|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE****PRESIDENTE** **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****10/05/2013** |

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**10/05/2013**

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 40ª Audiência Pública, Seminário Verdade e Infância Roubada, 10 de maio de 2013. Auditório Teotônio Vilela. Está instalada a 40ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 10 de maio de 2013, na Assembleia Legislativa, Auditório Teotônio Vilela, para oitiva de depoimentos sobre o caso de crianças que foram atingidas na ditadura do Brasil.

Inicialmente, a leitura do texto Verdade e Infância Roubada, por Thais Barreto.

**A SRA. THAIS BARRETO –** Verdade e Infância Roubada. Crianças foram sequestradas e escondidas nos centros clandestinos da repressão política. Foram arrancadas do convívio com seus pais e suas famílias. Foram enquadradas como elementos subversivos pelos órgãos de repressão e banidas do país. Foram obrigadas a ficar em orfanatos, morar com parentes distantes, a viver com identidade falsa, na clandestinidade, impedidas de conviver, crescer e conhecer o nome dos seus pais.

Levadas aos cárceres da ditadura militar, foram confrontadas com seus pais nus, machucados, recém-saídos do pau-de-arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzadas, intimidadas, torturadas. Algumas foram torturadas antes de nascer. Nasceram em prisões e cativeiros. Sofreram torturas físicas e psicológicas. Houve crianças que assistiram ao assassinato de seus pais, outras não conheceram seus pais assassinados, cujos corpos não foram entregues aos seus familiares para que fosse feito o sepultamento. Crianças que não tiveram contato direto com os agentes da repressão, mas seus familiares foram atingidos, o que causou a elas sentimento de dor, de perda, de medo e humilhação.

A ditadura não poupou as crianças. Sacrificou-as como forma de ampliar e perpetuar os efeitos das torturas a elas próprias e a seus pais.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Então, vamos organizar a mesa, apresentar as pessoas e aí começa as apresentações. Priscila Arantes, André Arantes, os dois irmãos do mesmo lado. E depois a Iara Lobo e a Raquel Rosalen.

Primeiro nós vamos apresentar as quatro pessoas. Aqui está a Priscila Arantes, o André Arantes, a Iara Lobo e a Raquel Rosalen. Então, quem começa a apresentação? Ela mandou a apresentação, então a gente pode fazer no fim. Vamos fazer primeiro quem está aqui, está bem?

Vamos começar. Priscila Arantes.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES –** Essa é uma foto da Priscila e do André pequenos, que a Dodora mandou para nós. No exílio não é? Cadê a Dodora? Aqui mesmo em São Paulo? Em São Paulo.

André Almeida Cunha Arantes e Priscila Almeida Cunha Arantes são filhos de Aldo Arantes e Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. A Dodora.

André nasceu durante o exílio de seus pais em 13 de junho de 1965, em Montevidéu, no Uruguai. Priscila nasceu no dia primeiro de maio de 1966, na cidade de São Paulo. Ambos viveram com os pais durante todo o período em que Aldo e Dodora permaneceram clandestinos no Brasil, de 1966 até 1977, 11 anos.

Em dezembro de 1968, imediatamente após a decretação do Ato Institucional número cinco, André e Priscila foram presos juntamente com os pais no sertão de Alagoas, em Pariconha, na região de Água Branca. Permaneceram presos com Dodora de dezembro de 1968 até maio de 1969. Quatro meses e meio. A polícia se negou a registrá-los como presos, permanecendo sequestrados, sem qualquer documento que provasse que estavam presos com a mãe.

Juntamente com Dodora, foram deslocados por quatro diferentes cárceres. DOPS Maceió, Cadeia Pública de Maceió, Escola de Aprendizes de Marinheiro e Policlínica da Polícia Militar do Estado de Alagoas, confinados na ala de doenças infectocontagiosas. Esses cárceres estavam sob responsabilidade das Forças Armadas responsáveis pela prisão e sequestro, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de Alagoas e a Marinha do Brasil.

André e Priscila foram matriculados com os nomes de André Guimarães Silva e Priscila Guimarães Silva no curso primário e no curso secundário, ensino básico e fundamental, em escolas públicas do Estado e da Prefeitura de São Paulo, e somente souberam seus verdadeiros nomes em 1977, após a prisão de Aldo Arantes na Chacina da Lapa, em dezembro de 1976. Durante dois anos e nove meses visitaram o pai na prisão em São Paulo, no Presídio do Barro Branco.

Vou colocar de novo a foto deles.

Adriano, a gente pode apresentar o Memorial da Rita de Cássia antes de remontar a mesa? Pode ser? Ivan Seixas.

**O SR. IVAN SEIXAS –** A mensagem enviada pela Rita de Cássia que diz assim: À Comissão da Verdade. Meu nome é Rita de Cássia Resende. Tenho 51 anos, moro em Goiânia/GO. Aos cinco anos de idade, em 1968, fui morar com meus pais Gilberto e Rosemary em um povoado camponês no interior de Alagoas chamado Pariconha.

Ali eles eram chamados de Juarez e Rosa. Minha mãe me explicou que eles deveriam ser chamados por esses nomes para nossa segurança e que isso seria nosso segredo.

Pelo que me lembro, apesar da pobreza do lugar, as pessoas eram boas e eu brincava com a meninada como uma criança normal. Fui feliz ali, até que aconteceu o que uma criança não pode entender nem suportar sem sentir pavor e insegurança. Uma noite de pesadelo. Acordei com batidas fortes na porta, gritos, depois porta caindo, a casa sendo invadida por soldados fortemente armados. Hoje eu diria que foi um filme de terror. Depois a prisão. Falta de tudo. Acabou o sol, as brincadeiras, comida pouca e ruim. Eu gostava de correr, mas tinha que ficar parada. Tínhamos 15 minutos para almoçar em um refeitório que saia para um pequeno pátio. Corríamos para lá. A Priscila, o André e eu. Crianças presas políticas. No intuito de brincar, víamos ratos enormes subindo pelas calhas do prédio velho. Havia muita sujeira, e hoje sei que era lixo hospitalar jogado a céu aberto no pátio do hospital do 20º Batalhão da Polícia Militar de Alagoas.

Mais de cinco meses ficamos presas, mães e crianças. Para mim representou uma eternidade. Sei que sofri muitas perdas, mas sempre me recusei aprofundar nessa questão, talvez por fuga, medo.

Apesar dos esforços dos meus pais, depois que saímos dali só consegui me alfabetizar aos nove anos de idade. Durante anos me fechei e não suportava política e polícia. Depois entendi que a causa dos meus pais era nobre. Lutaram por um ideal de justiça e igualdade social. Quando criança, e mesmo adolescente, sentia que me tiravam o direito à vida. A Advogada que nos defendeu falou aos militares no julgamento, que nós, crianças presas, éramos uma ameaça à segurança nacional. O tempo passou, e apesar de tudo o que me foi tirado, hoje sou uma pessoa feliz, dentro do possível. Tenho uma filha, Maria Tereza, e um neto de dois anos, Joaquim, que proporcionaram muitas alegrias. Completam minha vida. Penso que eles vivem em uma sociedade melhor, e que eu, inconscientemente, contribuí para isso.

Envio a essa Comissão da Verdade cópia do documentário ‘Rosa, Uma História Brasileira’, do cineasta Luís Eduardo Jorge, que registra a participação política da minha mãe em Alagoas, com depoimentos jurídicos, inclusive da nossa prisão. Espero que o filme possa contribuir com a Comissão da Verdade. Agradeço o convite para participar desta audiência que, infelizmente, no momento, não posso atender, mesmo sabendo da importância que isso representa. Goiânia, sete de maio de 2013.

Fragmentos da memória. Em Pariconha lembro que brincava de fazer carro de boi com cacto e palito de dente. Fazia guerra de mamona. Ganhei um pote de barro para carregar água na cabeça, mas quebrou. Brincava com coisas simples da região, pois não tinha brinquedo. Na primeira prisão, lembro que chegou uma mala cheia de coisas. Fiquei desesperada para ver o que tinha. Por sorte, eles me deixaram pegar os brinquedos. Um boneco chamado bonitão, de roupinha azul, ele era de plástico. Fogãozinho e panelinhas. Foi onde minha mãe achou cartas de Goiânia com a verdadeira identidade dos meus pais e escondeu. Ela falou que eu precisava ir ao banheiro, então leu as cartas e jogou fora. No mesmo lugar, andando no pátio da prisão, vi várias celas pequenas e em uma delas estava meu pai, deitado em um banco de madeira. Tentei a todo custo abrir a grade da cela. Então, no tanque ao lado tinha uma faca enorme. Peguei a faca e falei para o agente que eu ia matar todo mundo. Ele olhou para mim e disse, menina ruim. Eu fiquei muito brava aquele dia vendo meu pai ali. Nesse dia meu pai escreveu uma carta para mim. Era meu aniversário. Tenho uma cópia até hoje, porque a original se perdeu com o tempo.

No cômodo que ficávamos tinha pouco e ainda pisei em um ferro enferrujado. Nessa mesma prisão o agente carcerário deu para mim, o André e a Priscila os presentes que ele tinha ganhado de natal para seus filhos na campanha de natal e o que eu escolhi foi um barco azul e branco. Isso significou muito para mim. Como se eu visse o brilho de uma joia na lama.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES –** Ela mandou algumas fotos. São alguns bonecos que ela cita na carta e o barco e o jogo das panelinhas. E ela enviou também uma carta que o pai enviou para ela no sétimo aniversário. Muito longa para a gente ler agora, mas ela enviou para nós. E essa é uma foto recente da Rita com a sua filha e o neto. Imagino, não a conheço, que ela seja essa.

Eu vou voltar ao começo só para mostrar algumas fotos de infância que ela enviou também. Essa é a Rita pequena. Essas duas fotos que ela enviou para nós. É isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos lá. Priscila.

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Bom dia a todos e a todas. Eu sou bastante emotiva, então eu estou bastante emocionada de estar aqui. Representa muito para mim. Queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade por essa oportunidade de poder compartilhar os momentos da minha história e da minha família.

Já acalmei. Eu queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade por estar aqui e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes a minha, de poder estar aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que estão aqui e os outros companheiros. E parabenizar a iniciativa da Comissão da Verdade por esse resgate público de parte da história do nosso país.

Como eu sou uma pessoa bastante emotiva eu resolvi preparar um texto. Me sinto um pouco mais segura na escrita. Vou iniciar a leitura desse texto e depois eu fico disponível caso tenham perguntas a serem realizadas.

À Assessoria da Comissão da Verdade. 10 de maio de 2013.

Antes de iniciar meu depoimento, gostaria de recorrer a um mito antigo que versa sobre a história de um sobrevivente. Refiro-me ao poeta Simônides, considerado inventor da arte da memória na Grécia antiga.

Diz o mito, que o poeta teria estabelecido as bases da mnemotécnica, a arte da memória, em função de acidente vivido por ele próprio. Simônides foi o único sobrevivente do desabamento do teto do salão de um baquete onde se comemorava a vitória do pugilista grego Escopas. O que importa nessa história é o que aconteceu após essa tragédia. Os parentes das vítimas, que queriam enterrar seus familiares, não conseguiam reconhecer os mortos, que se encontravam totalmente desfigurados pelas ruínas. Recorreram então à Simônides, o único sobrevivente, que graças a sua memória, conseguiu se recordar dos participantes do banquete na medida em que se lembrou do lugar ocupado por cada um deles durante a comemoração. Essa história de Simônides está muito distante do nosso tempo. Por outro, ela ilustra bem o embate contra o esquecimento da história.

Aquele que testemunha, de certa forma sobreviveu a uma situação limite. Traumática. No meu caso, e de meus familiares, a época da ditadura militar no Brasil. Como filha de pais que foram presos, torturados, exilados, foragidos e clandestinos e eu mesma presa com minha mãe e meu irmão quando tinha três anos de idade, no sertão de Alagoas, apesar de não ter a lembrança desse episódio, deixo aqui meu depoimento na esperança que ele possa contribuir, não somente para construção de uma memória coletiva, mas que, de alguma forma, ele possa servir de dispositivo para que essa história não se repita nunca mais em nosso país.

Recentemente meu pai me pediu um depoimento sobre as memórias da minha infância. Gostaria então de compartilhar aqui alguns trechos dessa carta que recebeu o título de ‘Identidade, Nome e o Paradoxo à Liberdade’. Carta aos meus pais.

Talvez um dos dispositivos mais antigos na humanidade seja o de dar nome às coisas. Dar nome as coisas significa dar a elas vida, história, identidade. É assim que uma criança recebe um nome ao nascer, carregando para o resto de sua vida. Escolher, dar um nome a uma criança é fazer uma espécie de doação de uma história simbólica familiar. Doação que a insere na continuidade de uma filiação, a inscreve nas linhagens maternas e paternas, uma espécie de fio de Ariadne que lhe indica um caminho sem traçá-lo de antemão.

Priscila Almeida Cunha Arantes. Foi este nome que meus pais me deram em primeiro de maio de 1996, quando nasci. Mas não foi este o nome que utilizei até os meus 11 anos de idade, quanto então meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida na época da ditadura militar.

Até os meus 11 anos sempre fui Priscila Guimarães Silva. Uma criança feliz que vivia como outras de minha idade, na periferia de São Paulo, com sua família. Existia, por vezes, uma sensação velada que talvez, pela minha idade na época, não conseguia entender. As janelas da casa na Avenida Itaquera eram forradas de papel e sempre me davam a impressão que estávamos a esconder algo que eu não tinha muito claro o que era. Muitas vezes, quando eu via meu pai escutar a Internacional em seu rádio pequeno em seu quarto, bem baixinho, ficava sempre uma pergunta no ar. Por que ele tem que escutar o som tão baixo? Mas os natais eram sempre muito gordos ao meu olhar. Recebia sempre muitas roupas, que apesar de serem usadas, vinham sempre envoltas em um lindo papel celofane vermelho, que somente a minha mãe sabia fazer. A casa da Avenida Itaquera tinha um quintal grande, que apesar de receber às vezes a visita de alguns amigos indesejáveis, enormes ratos, brincava com minhas bonecas e com meu exército de formigas, minhas companheiras inseparáveis.

Certo dia, fomos tirados as pressas da Avenida Itaquera e levados por meu tio Bruno, irmão da minha mãe, de carro, até Belo Horizonte, para casa de minha avó materna. Não entendi ao certo por que estávamos indo para Belo Horizonte e muito menos o que de fato tinha acontecido, mas sabia que era algo muito grave e que tinha acontecido algo com meu pai.

Ele e minha mãe tinham combinado de que se meu pai não voltasse de uma viagem em uma determinada época é porque alguma coisa tinha ocorrido. E de fato ocorreu. Meu pai tinha sido capturado em plena estação Paraíso do metrô, nome engraçado, pelos militares.

Dezembro de 1976. Não lembro desse dia com detalhes, mas me recordo do desespero de minha mãe, que nos levou às pressas, eu e o André, na casa do tio Bruno. Na viagem a Belo Horizonte fomos parados por um policial. Acho que o tio Bruno estava dirigindo muito rápido. E senti um nervosismo muito grande no ar. Chegamos à casa de minha avó. A casa era muito grande, tinha quase 40 cômodos e fomos acolhidos em clima de festa e com muito carinho pela família da minha mãe. Uma família que, no entanto, eu nunca tinha visto. A única exceção era a querida tia Tei, que nos acompanhou por diversas vezes na época da clandestinidade. Eu e o André moramos por lá até minha mãe poder viver em liberdade. Encontramo-nos, acho, somente um ano depois, na casa da tia Diva. Minha mãe estava pálida, magra, fruto da dieta forçada e macrobiótica que teve que passar quando ficou escondida na casa de conhecido no Rio de Janeiro. Seu corpo enfraquecido me chamou a atenção naquela época. Uma imagem que jamais vou esquecer.

Foi em Belo Horizonte que pude, de fato, me tornar Priscila Almeida Cunha Arantes. Anos antes, meu pai, quando ainda morávamos na Avenida Itaquera, tinha comentado comigo e meu irmão que nossos sobrenomes não era Guimarães Silva. Naquela época, apesar da surpresa, esse comentário não teve significado nenhum para mim. Eu continuava sendo Priscila Guimarães Silva, vivendo com os meus pais na Avenida Itaquera.

Foi em Belo Horizonte que uma nova realidade se apresentou para mim, de fato. Talvez hoje, mais madura, eu possa reconhecer o paradoxo daquela sensação. Por um lado, pude descobrir que tinha um nome real. Outro. Este sim verdadeiro, que trazia com ele uma família, uma história, uma outra identidade. Mas, ao mesmo tempo, e talvez esse fosse o fator que mais me assustou, assumir a minha verdadeira identidade e meu nome trouxe a perda da convivência com os meus pais. E, mais do que isso, a consciência de que eles estavam em uma situação de perigo iminente. É exatamente no momento que nossos nomes podiam ser utilizados que meu pai foi preso e minha mãe ficou foragida.

Obviamente, esse paradoxo de identidade se tornou mais acentuado em momento de adolescência, quando essas questões já são colocadas à mesa. Para além de uma mera crise de identidade, era uma real crise de identidade. Seria melhor continuar sendo Priscila Guimarães Silva e poder viver clandestina com meus pais em liberdade ou seria melhor ser Priscila Almeida Cunha Arantes e poder viver em liberdade com meus pais presos? Independentemente da minha opção na época, eu não tinha escolha real a fazer.

Esta sensação paradoxal veio acompanhada por outra experiência que foi muito marcante na minha adolescência. Estávamos em Belo Horizonte, quando dois ou três homens entraram na casa da vovó Isa dizendo que eram amigos de meus pais. Não me lembro exatamente quem foi me avisar das supostas visitas. Olhei à espreita por uma das portas da sala e tendo a nítida sensação de que aquela visita vinha carregada de alguma ameaça, me escondi debaixo de uma das mesas redondas que havia na sala da minha avó. Foi exatamente em volta desta mesma mesa que minha avó, minha tia e os dois visitantes sentaram-se para conversar. Fiquei ali um bom tempo a escutar a conversa que não vou esquecer nunca mais. A conversa em tons de ameaça, pois o que eles queriam saber era onde mamãe estava. Descrevia com minúcias e detalhes a tortura recebida pelo meu pai. Espancamento, pau de arara, corpo inchado, quase morte. Anos depois vim saber que esses visitantes faziam parte da equipe de torturadores de meu pai.

Nessa época, fui acometida por uma série de desmaios. Pequenos lapsos de consciência. Talvez por um desejo real de esquecer, por um pequeno espaço de tempo, algo que me incomodava em profundidade. Meu grande refúgio, no entanto, eram as aulas de pintura. Certa vez fomos à casa da tia Leda. Em uma das salas de sua casa vislumbrei uma tela em branco presa a um cavalete. Ao seu lado, um pequeno livro que continha, na sua capa, a imagem do carteiro do Van Gogh. Não tive dúvida, peguei um carvão e desenhei na tela em branco a imagem do pintor impressionista. A partir desse dia, tia Leda me matriculou em curso de pintura. Esse contato com o mundo das artes nessa época talvez tenha sido uma das molas propulsoras de minha profissão atual e de meu interesse pelo mundo da cultura.

Assim que voltamos de Belo Horizonte fomos morar na Bela Cintra. Nessa época, eu, minha mãe e meu irmão íamos visitar com frequência meu pai no Presídio Barro Branco. Me lembro da ambrosia, dos desenhos em pelo gravura, das conversas com Ariston, do querido Ari Tanam, das pinturas do Guerra, da revista da polícia, da greve de fome vivida pelo meu pai. Apesar de meu pai estar preso, nossos telefones estavam sempre grampeados. Era comum eu ouvir ruídos ou xingamentos do outro lado da linha. Mas, talvez, um dos dias mais marcantes de minha vida foi o dia em que meu pai foi solto. Ele descia a rampa do presídio com uma pequena mala na mão, estávamos ali novamente, a família reunida fora do espaço confinado das quatro paredes da prisão.

Hoje, tenho 47 anos e com muito orgulho me chamo Priscila Almeida Cunha Arantes, filha do Aldo e da Dodora, irmã de André, casada com Wagner e mãe de Thiago e Carolina.

Para muitos o nome é um bem. A continuidade do nome, como referente da pessoa, pode, em alguns casos, não se interromper com a sua morte, necessariamente. Alguns nomes existem e permanecem vivos na memória de outros homens, principalmente quando se referem a nomes que contribuíram para construção de uma história coletiva. Trago comigo essa história marcada por um duplo nome, um nome clandestino e um nome verdadeiro. Sinto orgulho dos meus pais, pessoas, nomes que lutaram e que contribuíram para construção de um mundo melhor, e que possibilitaram a mim, Priscila Almeida Cunha Arantes, desfrutar da vida em liberdade. Priscila Guimarães Silva, presente.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** André, você prefere com esse microfone e com este? Com qual você se sente melhor?

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Eu pensei que vocês iam fazer perguntas para Priscila para dar um tempinho para eu me recuperar. Aquele descanso. Bom, mas eu vou aqui mesmo.

Presidente, eu também, para não deslizar aqui, fiz um texto que eu vou ler. A ideia está baseada nesse texto. É um texto que serviu, em uma palestra em 2010, foi um convite da Coordenação Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação para falar sobre questão de direitos humanos no MERCOSUL, eu fiz uma fala que eu achei que podia ser uma fala referencial dessa fala também. E a minha escolha foi trazer o texto e aí fazer alguns comentários e tal.

Meu nome é André. André Almeida Cunha Arantes. Sou filho do Aldo Arantes e da Maria Auxiliadora, que estão aqui, ex-militantes da Ação Popular.

Gostaria de agradecer o convite e agradecer as pessoas todas que estão aqui. Aline, a namorada, a Juju, o Wagner, a Carolina, o Thiago, enfim, todos os familiares, colegas, algumas pessoas não conhecidas, mas, com certeza que são pessoas sensíveis à causa da luta pela democracia no país.

Queria iniciar, antes de falar do texto, fazendo um agradecimento a toda uma geração que dedicou a sua vida por um Brasil mais justo, um Brasil de todos. Não é uma questão de pessoas, mas de geração. Essa geração ficou marcada com essa cor. A cor da luta pela democracia, pela liberdade. Queria agradecer também aos meus pais, Aldo e Dodora, que estão aqui, por terem nos poupado do sofrimento. Na verdade eu acho que meu depoimento ele vai muito por aí. Eu acho que a escolha que eles fizeram, a forma como eles trataram as questões, na verdade, durante o momento mais difícil, fez com que absolutamente, quem não sabe o que poderia ter está feliz com o que tem. E era exatamente isso. Além dessa escolha, tem nos proporcionado de um convívio social rico e diversificado, porque a história de ter vivido no campo e depois de ter vivido na periferia, eu acredito que deu uma sensibilidade de determinadas questões que só tem quem fez parte. Não, você foi fazer um trabalho, uma atividade social em um final de semana na periferia de São Paulo ou no interior no... Isso é uma coisa. A outra coisa é você viver, achar que você é dali, que as pessoas são seus amigos, são seus tios, são seus parentes, as suas referências estão todas ali. Isso dá uma outra sensibilidade. É como se você fosse dali mesmo. Não é você estar vendo de fora. Então, é uma oportunidade social rica. É óbvio que eu não acredito que nenhum pai fizesse uma opção dessas se tivesse que fazer, mas, em tendo feito, eu acredito ali que ali tem qualidades muito interessantes. E eu credito a decisão dos meus pais também toda uma preocupação em estar alimentando um desejo pela justiça, pela igualdade e pelo amor ao país, que é uma característica dessa geração. Amar o país, gostar do país, lutar pelo país. Então eu acho que isso é um legado muito grande.

E, por fim aqui, eu agradeço a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em nome do Deputado Adriano Diogo, que se propôs a essa iniciativa fantástica de resgatar fragmentos da história recente brasileira, pela perspectiva dos filhos. Porque os diferentes olhares trazem visões diferentes do mesmo fato. E, com certeza, pode trazer os filhos revela coisa que, em geral não passa pela cabeça, pelo menos dessa geração. Da geração que foi, vamos dizer assim, protagonista dessa situação toda. Os filhos são filhos. Os filhos estão indo de carona. Quem está indo de carona não escolhe a caminho. Vai de carona. Mas, enfim, a gente fica com marcas também, fica com histórias, e é muito interessante.

Recentemente eu tive, sempre gostei dessa temática, recentemente eu tive com os familiares que aqui estão e minha namorada vendo um filme argentino, ‘Infância Clandestina’. Olha, eu achei muito bacana. É engraçado, minha mãe já não gostou. Achou que tinha um monte de coisa que ela não achava legal. Eu falei, olha, você pode não ter gostado, mas, para quem está desse lado e sentiu como criança, como filho, é impressionante como algumas coisas aparecem e elas se repetem em português ou em espanhol, aqui, na Argentina, no Uruguai, onde for, algumas coisas elas são muito similares.

Bom, o que eu escolhi então eu já expliquei. Vou fazer a leitura do texto, vou fazer alguns comentários. Vamos lá.

No ano de 1965 meus pais Aldo e Maria Auxiliadora estavam curtindo o frio do inverno sul-americano na praia de Punta Gorda em Montevidéu. Não foi uma escolha voluntária, até porque a melhor época para aproveitar as praias do Uruguai é no verão, entre os meses de janeiro e fevereiro. Por outro lado mesmo, teria sido bom ter ido para Punta del Este, que é a praia mais bonita e procurada desse pequeno país. Mas o motivo para passar férias assim é uma imposição do momento político do Brasil, que acabava de mergulhar em um período de ditadura militar que duraria aproximadamente duas décadas.

13 de junho de 1965. Durante esse período de férias forçadas no Sanatório Americano, minha mãe ficaria feliz pela primeira vez de me ver chorar. Moramos no Uruguai quase um ano. Depois voltamos para o Brasil e fomos morar em São Paulo. Mais tarde, dentro da política de integração da produção, fomos morar no Nordeste.

Tem uma coisa interessante que eu fiquei sabendo de um depoimento que minha mãe fez há algum tempo. Que em geral, todo o corpo político brasileiro daquela época que estava em Brasília, que estava no Governo Jango, que fazia parte do Governo Jango, foi basicamente para o Uruguai. E por algumas questões básicas. A primeira é que o Uruguai é do lado. É quase Brasil. Segundo, que o Brizola tinha uma fazenda no Uruguai, tinha postos no Uruguai e tinha ido para lá também. E terceiro, porque o Brizola fez a cortesia de alugar um hotel, um hotel de veraneio, é verdade, daqueles que é mais barato no inverno porque ninguém vai, e fez a cortesia de alugar esse hotel e ceder para esse grupo, que era um grupo grande, não era um grupo pequeno de pessoas que tinham ido para o hotel. Eu fui para o Uruguai a primeira vez eu acho que 2003 ou 2004. Eu sou da área de esporte, eu trabalhei com Spinning muito tempo e eu fui convidado para dar um curso no Uruguai em um clube que chamava Clube Carrasco, que é um clube muito bacana no Uruguai, um dos melhores clubes que tem. E foi a partir daí que eu tirei um momento para conhecer um pouco dos lugares que meus pais passaram. O Sanatório Americano onde eu nasci, a Rua Palmas (ininteligível) que foi onde nós moramos. A praia de Punta Gorda, que foi onde tinha uma foto muito bonita dos meus pais, o Betinho, irmão do Henfil, mais um amigo, na praia. Eu sempre gostei muito daquela foto. Uma coisa daquelas que você fica lembrando assim, das imagens que reverberam. Foi muito interessante ter ido conhecer esse lugar.

Bom, voltando ao texto.

Tinha três anos e lá estávamos em mais uma situação estranha. Durante a noite, uns amigos de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa que ficava no interior de Alagoas, precisamente em Pariconha, distrito de Água Branca, no alto sertão alagoano. Nos levaram de jeep para um castelo, Policlínica da PM de Alagoas, em Maceió. Lembro que achei aquilo estranho. Como era noite, o castelo pareceu meio sombrio. Acreditei que, quando acordasse de manhã, perceberia que o castelo era legal. Quando despertei no outro dia, estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades.

Eu queria dizer o seguinte, fazer um relato aqui, que a minha mãe, que estava com a gente nesse momento, é responsável por ter nos enganado o tempo todo. Queria confessar aqui na Comissão da Verdade que eu não senti aquilo como um clima violento, eu não senti a prisão como uma prisão, porque ela transformou os policiais em amigos. Ela transformou a prisão em um castelo. Se eu sou criança, eu tenho três anos de idade, qual é o referencial de vida que eu tenho? Em quem eu confio? Eu confio na minha mãe. Se minha mãe disse que eles eram amigos, eles não eram ruins. Se ela disse que aquilo que era estranho era um castelo, então aquilo era um castelo. E assim ela foi enrolando a gente o tempo todo. Eu não sei se você tinha essa impressão, entendeu, mas eu sempre fiquei com essa impressão de que estava sendo enrolado.

Mudamos algumas vezes de endereço. Depois do castelo, fomos para Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia, descíamos para brincar em um pátio cheio de lixo e ratos. Coincide muito, o que a Rita colocou, que a gente viveu junto esse período. Minha mãe apelidou carinhosamente o rato de Jerry. Quer dizer, quem é da minha idade assim, viu desenho animado, eu não sei se passa hoje em dia, que era o Tom e o Jerry. Então ela transformou aquele bando de rato em um monte de rato legal. Porque a gente ficava torcendo para os ratos correrem. Poxa, provavelmente tem um gato correndo aí atrás. E era um lugar horrível, mas, não era tão horrível assim, quer dizer, a percepção era outra.

Jerry era o ratinho esperto de um desenho animado da época que vivia fugindo de seu algoz, o gato Tom. Como eu era pequeno eu não percebia, mas o Tom tinha nos pegado. Estávamos detidos em uma prisão da Marinha. Comia no restaurante dos oficiais até o dia em que um oficial pediu que a minha mãe me deixasse com ele e a esposa, já que ela não tinha futuro para me oferecer. O que o oficial não sabia é que o mundo dá voltas. Mais do que depressa, minha mãe me pegou pela mão e saiu dali. No dia seguinte, já estávamos comendo no restaurante dos soldados e, dias mais tarde, fomos transferidos para outra prisão.

Eu, minha mãe e minha irmã ficamos aproximadamente quatro meses presos. Meu pai, que foi preso dias depois, ficou sei meses na prisão. No final desse período, meus pais foram levados a julgamento em Recife. Durante a sessão, eu e minha irmã, que nessa época tínhamos dois anos, a Rita estava junto nesse momento também, ficamos correndo por toda sala e fazendo uma bagunça danada. Depois eu vim saber que isso foi orientação da advogada. Mas isso foi muito interessante porque a advogada fala assim, olha, manda essa molecada fazerem bagunça porque é o jeito de vocês saírem daqui. E isso acabou dando certo porque, vendo essa confusão, um militar do Conselho de Sentença procurou saber o que a gente estava fazendo ali. O que esse bando de menino está fazendo aqui de confusão? O escrivão, que já estava sensibilizado com a nossa situação, disse que estávamos presos com nossos pais. Durante o julgamento, não se tocou em nossa presença. Todavia, o mesmo militar questionou um PM de Alagoas por que minha mãe estava presa. E ela respondeu que, em Alagoas, quando não encontravam o marido, prendiam a mulher. Isso era uma prática. Não encontra o marido prende a mulher que o cara aparece. Com isso, nossa advogada pediu a libertação de nossas mães. Nunca a libertação da gente, porque a gente não existia ali, entendeu. Era sempre no embalo. Era a mãe. Acatado o pedido, fomos os três libertados. Meu pai ficou preso por mais algum tempo e depois fugiu da prisão durante um jogo de futebol entre os dois principais times de Alagoas.

Aqui tem um negócio que, outro dia, eu conversando com a minha mãe, ela me contou. Imagina o sufoco que foi. A gente saiu dessa prisão, tudo para mim é férias, de um lado para o outro. E aí a gente foi para uma estação rodoviária em Recife. Ou seja, a gente já sai de quase seis meses de prisão em um cubículo e eu tinha acabado de ter uma ordem de ficar correndo lá dentro. Na hora que nós saímos do negócio eu saí em desabalada carreira e subi na rodoviária de Recife. Eu tinha três anos de idade. Minha mãe ficou desesperada. Correu atrás de mim gritando. E eu, quando me dei conta já não sabia onde estava. Ela me encontrou sentado no colo de uma mulher já dentro do ônibus indo sei lá para onde. Imagina o que ia acontecer. Passamos seis meses presos, na hora que pode ficar feliz porque está liberado o menino some. Foi efeito colateral da ordem da advogada. Ninguém avisou que era para parar de correr. Só avisaram corre, corre, corre. Aí não mudou a ordem eu continuei correndo.

Depois dessa aventura, ficamos algum tempo em Goiás, na casa de meus avós paternos. Assim que as coisas esfriaram, fomos para São Paulo, onde um novo capítulo começava. Durante esses anos de ditadura, o contato com nossa família foi muito pequeno. Era uma questão de segurança. Conhecia apenas alguns tios e um casal de primos que morava em São Paulo, sendo que o contato era esporádico. Esse era o tio Bruno, que morava em Santo Amaro, que era o irmãozao da minha mãe que sempre nos apoiou. Sempre passávamos as festas, aniversários, natal e final de ano sozinhos, sem contato com outros familiares. Mas também não sentia falta porque para mim era aquilo ali. Estava muito bem acompanhado. Mesmo assim, o natal era uma grande festa, cercada de expectativas.

Lembro que recebia muitos presentes, mas nunca sabíamos direito quem havia dado. E nunca ninguém dava muita informação, mas a gente também não perguntava, porque o fato concreto é que tinha muito presente, entendeu. Então estava bem resolvido. Mas não parava para pensar nisso, só queria curtir os presentes.

O tempo foi passando, fui crescendo e percebi que a gente mudava bastante, basicamente por bairros da periferia da Grande São Paulo. Aquilo parecia normal, tinha uma família, estávamos na escola, fazia natação em um clube da periferia de São Paulo. Tudo fluía bem, até que dois conhecimentos chamaram a atenção.

O primeiro foi quando meus pais resolveram que eu e minha irmã tínhamos que conhecer os nossos primos e tios em Belo Horizonte. Anualmente, todo esse pessoal, os primos, iam de trem para uma casa em Angra dos Reis. Meu tio era Engenheiro de uma empresa dessas, da empresa estatal de trens, eu não lembro como é que chama o negócio. Ele como era Diretor, e Diretor Engenheiro. Ele tinha uma casa em Angra dos Reis e ele tinha um vagão que ia até a casa dele. Era uma mamata, mas a gente nunca participava disso. Era muita gente. Só primos de primeiro grau, fora o pessoal que ia a mais, eram 15 na casa. Uma casa enorme.

Durante uma brincadeira em que cada um tinha de fazer uma apresentação, aconteceu um problema. Porque era muita gente, a família muito grande, onde os primos não têm muito contato sempre rola em um momento dessas das pessoas se apresentarem, quem é o pai, quem é a mãe, para as pessoas irem se localizando. Quando chegou a minha vez eu falei o meu nome frio. André Guimarães Silva. Na verdade, o meu nome era André mesmo. O que eu acho que é uma coisa interessante. Mas o fato dos nossos nomes, os primeiros nomes serem os nomes que a gente usou a vida inteira me deu a impressão que não foi tão estranha no momento que a gente mudou de nome, porque também foi uma armação dos dois. A gente nunca chamava eles pelo nome, a gente nunca chamava as pessoas que conhecia pelo nome, era sempre tio, tia, pai e mãe e no máximo eu era André e eu chamava a Priscila de Priscila.

Na verdade o nome era André mesmo, mas o sobrenome era frio e bem diferente do dos primos. Quando eu acabei, um dos primos levantou e disse que eu tinha falado meu sobrenome errado, pois não tinha relação com nosso nome de família. Como tudo que tem criança junto, a história acabou em briga, pois eu me senti ofendido que alguém dissesse que eu estava mentindo com relação ao meu nome. E sempre tinha esse negócio, a gente era meio esquentadinho, como é que você está dizendo que eu não sei qual é meu nome? Está ficando maluco. Aí saia na porrada.

Já de volta em São Paulo, relatei o ocorrido em casa. Meus pais não foram. Meus pais não falaram nada, como era o jeitão deles tratarem. Assim, ah, está bom. Mas o fato concreto é que a gente nunca mais voltou para Angra dos Reis. Morreu ali. Acabou aquela história.

Quando tinha oito anos, esse é o segundo fato que me incomodou, não queria pressionar meus pais, pois tinha muito carinho por eles, porque eles sempre foram pessoas muito amorosas com a gente, muito atenciosas. Apesar dessa confusão toda, mas eu tinha os pais bem amorosos. Mas, a certeza de que aquilo que meus primos falaram em Angra dos Reis a respeito do nome da nossa família fosse verdade foi aumentando. Aquela coisa ficou reverberando na minha cabeça.

Mais ou menos nesse período, tive uma conversa franca com meu pai. Ele sempre ia contando, a gente ia para escola e meu pai ia levando a gente, cara, andava para caramba, acho que andava uma meia hora, 40 minutos e ele ficava inventando história. E aí ele fazia esse caminho para escola contando a estória dos três irmãos coelhos. Você lembra disso? Zico, Zeca e o Zoca. Eram três coelhinhos espertos e com muito bom caráter. Já ia ali colocando um monte de mensagem. O coelho é isso, o coelho é aquilo, para ir enrolando a gente. Eles eram corajosos e nunca mentiam. Tinha sempre essa introdução. Aí a gente ficava com aquele negócio na cabeça. Eu me sentia o próprio Zico. Esses coelhos eram meus heróis. Então, em um determinado dia, meu pai insistiu comigo que eu não deveria contar aos primos, porque essa história está reverberando, onde a gente morava. Aí eu fui para cima dele, poxa, pai, você ensina a gente que não é para mentir e agora está me pedindo para mentir.

Meu pai arregalou os olhos, pensou um pouco e disse assim, olha, filho, você vê o seriado do Zorro, não vê? Você acha que o Zorro pode sair contando para todo mundo qual é a identidade verdadeira dele? Aí eu olhei para ele e falei, lógico que não, pai. Só o mudinho sabe disso. Se o Sargento Garcia souber a identidade do Zorro, vai prender ele. Pois é filho. Essa é nossa situação. Já entendi pai. Pode deixar comigo que eu vou guardar segredo. E assim foi.

E aí acompanhado a essa história toda, veio a explicação. Existiam os barrigudões, tipo sargento Garcia, e o povo, magro. Gordo, Sargento Garcia e magro o povo, que não comia e tal. Havia uma briga entre esses dois grupos, assim como no filme do Zorro, e nós estávamos lutando do lado do povo, contra os barrigudões. Bom, para mim estava mais do que boa a explicação. Vi que havia desvendado o segredo da família e ainda por cima descobri que era filho do Zorro. Estava no auge. Eu que antes gostava do Zico agora sou filho do Zorro, o patamar só estava ficando elevado.

Agora, ser filho do Zorro trouxe um certo sentimento de dever a cumprir que acabaria tendo um preço a ser pago mais tarde.

O segundo momento estranho foi quando meu avô paterno faleceu. Eu tinha quase dez anos de idade. Foi enviada para meu pai a caneta de meu avô, que continha seu nome inscrito na lateral. Um dia, no quarto/escritório de meu pai, que é esse que a Priscila colocou, que era forrado de jornal, era o negócio mais estranho do mundo. Tinha parede na frente e o quarto ainda era forrado de jornal. A janela, aquilo eu via lá as coisas, cheio de recorte de jornal picotado, um negócio de louco. Bom, li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso. Então disse, descobri, descobri, o nome do vovô é Galileu e é Arantes. Esse é o nome da nossa família. Que até então ela não tinha contado. Essa tática de ir enrolando a criança o máximo que der. Ele descobriu que o nome não é esse, ok, não é esse, mas não conta qual é o nome. Então a tática vai protelando. Diante disso, meus pais contaram a razão de nosso sobrenome trocado. Esse momento foi o momento em que eles chegaram, conversaram com a gente. Naquele dia fiquei sabendo que o nome de meu pai era Aldo e o nome da minha mãe era Maria Auxiliadora. Virei para meu pai e disse, você não tem cara de Aldo e sim de Roberto, que era o nome frio dele. E assim foi.

Entre seis e 11 anos, moramos na zona leste de São Paulo. Vila Formosa, Rua Itaquera, Mooca, Vila Manchester, eram os lugares que frequentávamos. Nesse período, fiz natação no Clube da Vila Manchester, que era um clube social que eu ei que ainda existe, ainda preciso fazer uma visita a esse clube. Era um clube da prefeitura de São Paulo, bem equipado com pista de atletismo, campo de futebol, quadras cobertas, sala de ginástica, piscina. A Priscila fez ginástica olímpica lá, eu fiz natação. Passava a tarde nadando. Fiz muitos amigos, treinei bastante e, como todos, tinha um sonho, treinar natação no melhor Clube da cidade. Qual era? O Corinthians. Me desculpem os que não são corintianos, mas naquela época o melhor clube de São Paulo, da natação, era o Corinthians.

Sonho que não durou muito. E explico. Com essa história de ser filho do Zorro e ter de manter a identidade secreta da família, eu entendi que não podia aparecer. Isso significava que, se ficasse bom e fosse para o Corinthians, ia acabar entregando minha família. Então, desenvolvi um certo sentimento de ir me distanciando do desejo de melhorar e ir nadar no Corinthians.

Em 76, no final do ano, bem perto do natal, meu pai foi preso em um episódio chamado Chacina da Lapa, onde morreram vários companheiros dele do PCdoB. Ângelo, Arroio e Pomar. E vários outros foram presos. Fomos acordados bem cedo pela minha mãe, pegamos algumas coisas, colocamos na mochila e nos mandamos de táxi para casa de meu tio, tio Bruno, lá em Santo Amaro. Era um tio que eu já conhecia, irmão da minha mãe. Ele e minha tia Tei, também irmã de minha mãe, eram praticamente os únicos parentes que víamos de vez em quando. Minha mãe não contou nada para a gente a respeito do ocorrido com meu pai. Ficamos alguns dias nesta casa imaginando que já estávamos saindo de férias.

Certa manhã, minha mãe me chamou com uma revista na mão e pediu que eu lesse a matéria. Quer dizer, ela vinha o tempo todo protelando, nesse momento é o momento da revelação. Essa matéria era uma matéria que trazia fotos de meu pai e alguns amigos que foram presos na mesma reunião. Ele estava com o rosto todo machucado e eu não conseguia nem reconhecer. Então, se tem um momento que a coisa fica dura é exatamente essa. Quer dizer, lá pelos 11 anos de idade, entre 11 e 12, quando efetivamente fica claro aquilo tudo. A tortura, o sofrimento, as pessoas que foram assassinadas, quer dizer, tudo acontece de uma vez, então é um momento que tem um impacto. E a partir daí, obviamente, as coisas mudam um bocado.

A partir daí, tudo foi devidamente esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Deixa eu só te interromper. Você viu todas as fotos? O jornal publicou as fotos?

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Na verdade eu acho que foi a Veja, não sei se é a Veja ou Isto É. Veja? A Veja ela trouxe na capa. Ela tinha uma tira que tinha o meu pai, o Haroldo, a Elza Monnerat, mais dois ou três companheiros que tinham saído da tortura. E depois tinha uma matéria dentro. Então, o que ela fez foi entregar a revista e disse, leia.

Tem aqui, enquanto minha mãe, meu pai estava sendo, continuava sendo torturado e a partir daí minha mãe sai, foge, vai para o Rio de Janeiro então e a gente fica um tempo sem ela. Mas a gente foi para a Belo Horizonte, o período em Belo Horizonte foi um momento de transição muito complicado. Sem meu pai, sem meus pais, mas conhecendo uma infinidade de tios e primas que eu nunca soubera que existia.

Estranhei um pouco, pois, além de estar sem meus pais, era tudo muito diferente. E assim, só para deixar claro, a gente saiu de uma situação de periferia e vai para uma situação de classe média, classe média, média, média, media alta, entendeu, seja lá o que for. O padrão de vida era absolutamente diferente, as pessoas eram diferentes, eram estranhas. Era um mundo novo. Bem novo.

Eu acabei entrando no Minas Tênis Clube porque eu tinha vários primos que faziam natação, minhas primas nadavam e aí já aproveitavam que iam nadar me colocaram no Minas Tênis Clube, que é um excelente clube lá em Minas Gerais, para eu nadar.

Depois de um ano, as coisas se acalmaram e voltamos a nos encontrar com minha mãe. Retornamos todos para São Paulo, mas, agora, o endereço era outro e já estávamos na Bela Cintra, uma das boas ruas da capital paulistana.

Aqui tem uma anotação que eu fiz que é o seguinte, em 2006, quando eu já trabalhava no Ministério do Esporte, foi organizado uma atividade pelo Minas Tênis Clube e ela aconteceu na Escola Estadual Pedro Aleixo, que é uma escola pública em Belo Horizonte. Chegando ali percebi que tinha sido a escola onde eu e a Pri tínhamos estudado quando fomos morar com a minha avó. Então a gente fez a sexta série lá. Foi exatamente o momento de transição da clandestinidade nesse novo momento. Falando com a Diretora, solicitei nosso registro na escola, meu e da Priscila e voltei para fazer uma palestra como ex-estudante da escola para uma plateia de quase mil pessoas. Eu inclusive juntei aqui, Deputado, um documento, essa história, eu vou deixar com o Senhor também para que fique aí registrado.

A rotina era estudar, treinar no Paulistano ou no Pinheiros, sair com os amigos e, no final de semana, visitar meu pai na prisão. A gente tinha em torno de 15 anos. 14, 15, não, 13, 14, 15 anos aí. Percebi que, apesar de estar em clubes bons.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Onde ele estava preso?

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Ele estava no Barro Branco. Presídio político, ficou dois anos e meio. Esse foi o presídio que era o presídio onde estavam todos os presos políticos. Eu inclusive estive agora, eu fui fazer o ano passado, fui fazer alguma coisa com a minha namorada lá em, como é que chama aquela região, sei lá, Santana, Tremembé e aí acabei passando lá no Barro Branco para ver, e é impressionante como a visão de um garoto de 15 anos, para alguém de mais de 40 agora, é totalmente diferente. Eu achei que o negócio era enorme. A entrada é um bequinho, um negócio assim, mas, enfim...

**A SRA. –** É pequeno?

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** É pequeno assim de fora. A gente sempre ficava com a impressão que era um negócio enorme. Na hora que entra é um corredorzão tem um monte de coisa...

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** (ininteligível).

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Mas é isso.

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Minha lembrança realmente é de que era enorme. Realmente eu acho que eu vou ter que voltar lá.

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Vai ter que voltar lá. Eu achei interessante. Eu acho que é interessante a gente rever. E esse momento no presídio foi um momento interessante, porque de qualquer jeito meu pai, apesar da greve de fome que passou, ali tinha uma qualidade de pessoas muito grande.

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Só para compartilhar essa imagem do André, que é muito interessante, aquele momento era um momento muito paradoxal. Eu acho que uma questão que sempre me acompanhou e que eu falei um pouco na questão, um pouco em relação ao nome, esse paradoxo, porque a gente tinha uma vida ali no Colégio Gávea, no Palmares, vivendo ali em uma situação privilegiada, com colegas de classe média, a gente teve uma formação e uma educação privilegiada, apesar de ter estudado em colégio público durante muito tempo, mas nos finais de semana a gente ia visitar então o meu pai no presídio. Como o André está falando, era um presídio muito especial porque era um presídio de presos políticos de diferentes alas. Foi lá então que eu conheci o Ariston, o Guerra, enfim, companheiros que estão vivos hoje, que estão lutando. Então, tinha essa situação um pouco paradoxal. Agora, a imagem que eu tenho realmente do presídio é de que era um lugar enorme.

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Esse momento é um momento interessante porque, como eu estava falando, ali não eram pessoas quaisquer. Era uma intelectualidade, era um grupo muito qualificado de intelectuais, de artistas, de dirigentes políticos brasileiros naquele momento. Então era um negócio, assim, era ruim ver o pai preso, mas, de qualquer jeito era sempre muito rico aquelas visitas. Vários artistas brasileiros passaram lá. E a gente teve a oportunidade, a Bruna Lombardi, o Carlos Riccelli, a Eva Vilma, o Carlos Zara e diversas outras pessoas que ficaram muito próximas aquele momento porque compartilhavam daquele momento. Então era, tinha assim um ‘q’ interessante naquela confusão toda.

 Percebi que, apesar de estar em clubes bons, que eu estava aqui em São Paulo treinando no Paulistano e depois fui lá para o Pinheiros, não tinha muito desejo de competir e vencer. Aos poucos, fui percebendo que me sentia fazendo parte do time das pessoas que eram oprimidas. E eu comecei a fazer uma certa relação de opressão com o não vencer, com as pessoas que perdiam. E, por outro lado, os opressores eram os vencedores. Aqueles que tinham torturado meu pai, nos prendido, separado a família. É isso que eu acho que é perverso. Porque começa haver uma confusão que você não domina muito de onde ela vem, entendeu. Mas, no momento em que você percebe, que é o momento que a gente se dá conta das coisas, o que aconteceu, etc. Então, alguns momentos estranhos e complicados começam a acontecer.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Quanto tempo seu pai ficou preso?

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Ficou preso dois anos e oito. Dois anos e oito, pai? É.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Vocês foram todos os fins de semana?

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Sim.

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** A gente deve ter faltado uns porque é sempre assim, filho é muito pangaré, quando tem alguma coisa muito bacana para fazer, olha, avisa lá para o pai que semana que vem eu vou. Tenho certeza que todo filho passou...

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Antes do Barro Branco, o papai ficou preso no Hipódromo. Era um presídio bastante diferente do Barro Branco porque era um presídio, esse realmente muito maior, e não era um presídio só de presos políticos. O Hipódromo era um presídio comum. Essa foi uma cena muito forte, porque foi ali, na verdade, que a gente pôde ter contato com o meu pai depois do momento que a gente estava ali em Belo Horizonte. Para mim foi muito forte, eu me lembro muito dessa cena no Hipódromo, da gente ali onde tinham várias pessoas presas. E para mim realmente foi muito forte porque essa cena do debaixo da mesa é uma cena que me marcou muito. Porque, como o André está falando, a cena do debaixo da mesa para mim, não só a escuta em relação à tortura, ao meu pai, mas era uma cena de opressão. Você estar debaixo da mesa, você estar escondido em algum lugar. Então, para mim, ver o meu pai logo depois daquela escuta, e no Hipódromo, foi realmente uma imagem muito forte. Foi aonde encontrou o papai depois que ele foi preso e antes do Barro Branco.

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Bom, esse sentimento ele é o efeito colateral do tomar conta, do ter a coisa revelada e começar a digerir o mundo com essa informação, que até então ela não estava clara.

O desejo de vencer estava cada vez mais longe de mim, como algo proibido. Se eu associo a opressão a vencer eu quero vencer por quê? Eu quero lá me identificar... De jeito nenhum. Eu quero passar longe. Mas eu gostava de treinar, gostava de competir. Era um negócio que estava dentro de mim.

Em agosto de 1979 foi aprovada e sancionada a Lei da Anistia. No mesmo dia da sua publicação, meu pai foi libertado do presídio de presos políticos em São Paulo. A Priscila narrou essa passagem, aqui tem uma foto muito bacana na Folha de São Paulo, que somos nós quatro, eu, a Pri, meu pai e minha mãe. Eu guardo essa foto com muito carinho também. A família se encontrou novamente e passou a viver junto. Esse foi um momento muito bom. Meu pai, foi assim, na sequência, porque isso foi em 79. Então, em 82 meu pai foi eleito Deputado Federal e fomos morar em Brasília, onde eu moro até hoje. Tudo diferente. Uma situação bem diferente. Absolutamente diferente.

Eu estava com 18 anos, já tinha parado de treinar natação e outros esportes também. Como todo adolescente nessa faixa etária, não sabia muito bem o que queria fazer. Sentia que as coisas tinham mudado, mas ainda não tinha entendido muito bem o que ia dentro de mim.

Entrei na faculdade, primeiro em Economia, depois em História, mas nada me agradava. Revolvi mudar para São Paulo. De São Paulo, fui de bicicleta para o Rio de Janeiro. Eu decidi essa viagem em uma semana. São 623 quilômetros. Eu ia de bicicleta para PUC, eu estudava na PUC, aí eu encontrei um cara que também ia de bicicleta. Eu não gostava muito do curso de História. Você fala, poxa, esse curso está chato, tal. O que é que você vai fazer a semana que vem? Não sei. Vamos para o Rio? Vamos. Vamos de bicicleta? Vamos. Seis dias pedalando, 100 quilômetros por dia. Eu não era atleta nessa época nem nada, mas foi muito interessante. Quase morremos atropelados no meio da estrada, não tinha comida, enfim, foi bem interessante. E fazendo essa viagem de bicicleta para o Rio de Janeiro, durante a semana, na Rio-Santos, que tinha sido recém-inaugurada, então tinha pouquíssima coisa.

Senti, nessa viagem, gostos que já tinha esquecido. Gosto por estar livre, do esforço físico, foi um negócio que eu sempre gostei muito e do contato com a natureza exuberante. Que tem, daqui para o Rio de Janeiro, é um negócio maravilhoso. Quem foi de carro sabe o que eu estou falando. Acabei resolvendo ficar no Rio de Janeiro. E trabalhei um ano com o Cacá Diegues, com o Silvio Tender, tentei fazer alguma coisa, não sei o que lá, porque cinema era uma coisa que eu gostava muito. Fiquei 1 ano no Rio de Janeiro e acabei sendo capturado pelo meu pai para voltar para Brasília.

A gente estava em meados de 1986. Meu pai tinha sido reeleito Deputado Federal e morávamos em uma quadra só para Deputado Federal na Asa Norte. Uma quadra muito bacana, sofisticada, tudo funcionando direitinho. Isso tudo deixou bem claro que a situação tinha mudado e se consolidado. Nos já não éramos do time dos perdedores. Isso aí já estava lá do outro lado. Eu estava liberado para vencer. E é engraçado como essa coisa ela se dá difícil de você perceber. A coisa não acontece de imediato. A mensagem ela não vem de imediato. E eu acho que, a pessoa ela demora um pouquinho para se refazer. Mas essa coisa que foi externa a mim, que foi uma situação concreta que o país estava passando, mas também foi uma situação concreta que a família passou. A família conseguiu se reorganizar, meu pai conseguiu ser eleito Deputado Federal, foi Deputado em 1982, depois a segunda foi Deputado constituinte. Então, isso consolida uma outra situação.

Essa foi a senha para eu voltar para o esporte e tentar vencer. Já não tinha mais amarra. Não precisava mais me esconder. Agora eu queria vencer. Eu devia ter uns 23 anos aqui. 22, 23.

Foi um momento de mudança radical em minha vida. Senti-me integrado, pela primeira vez. Eu não sei se os outros filhos têm essa impressão, de ficar meio assim, entendeu. Eu estou aqui mas não sou daqui. Não sei de onde é que eu sou. Que acho que é um negócio que no filme que eu falei, da ‘Infância Clandestina’, aparece muito. É um negócio meio maluco. Eu sou daqui mas não sou muito desse mundo. Então esse foi o momento que eu percebi, meu, estou aqui agora. Estou 100% inteiro.

**A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES –** É interessante isso que o André está falando, porque essa sensação do que eu estou aqui e não é aqui, que é essa sensação um pouco do paradoxo, que eu acho que realmente foi uma sensação que nos acompanhou até o momento que eu saí de baixo da mesa e ele pôde, como ele estava dizendo, estar do outro lado do time. Porque quando você é clandestino você está usando um nome que não é o seu nome. Quando você começa usar o seu nome você está usando o seu nome, mas você também não pode revelar quem você é. Porque, por exemplo, no caso de Belo Horizonte, apesar da gente estar ali, ter sido super bem recebido, a gente não podia falar com toda liberdade a situação que se encontrava meu pai e a minha mãe, para os primos ali. Quer dizer, então você é, mas você não é. Então, essa sensação de que você pode, não pode, é, não é, que sempre tem um, é realmente uma sensação que nos acompanhou durante muito tempo, e você se libertar dessa sensação e ser realmente quem você é e assumir a contribuição que a Comissão da Verdade está explicitando aqui, por isso a importância desse movimento para os filhos e para história do país, é muito importante. Porque é o momento que a gente pode ser, na integridade, e assumir essa falas e essa dor publicamente.

**O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES –** Então, esse momento é o momento do realinhamento. De, agora eu estou no trilho, agora eu vou do jeito que eu quero.

Então eu resolvi fazer Triatlo, que era uma modalidade que tinha aparecido na época. Uma modalidade nova. O Triatlo é uma modalidade que surge na Austrália, nos Estados Unidos, em San Diego, etc., e ela estava mais ou menos vindo para o Brasil nesse momento. Como eu tinha feito natação e sempre gostei de correr, e tinha feito a viagem de bicicleta para o Rio, e o Triatlo é uma atividade que combina natação, ciclismo e corrida, e eu falei, opa, eu vou por aí. Eu treinei muito, e como eu estava represado esse tempo eu reinei muito, demais até. Consegui ganhar várias provas em Brasília, Goiás e Espírito Santo. Participei de campeonatos brasileiros. Fui selecionado para fazer parte da Seleção Brasileira em campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais. Foram 12 anos viajando pelo mundo, competindo como atleta de elite do Triatlo, com diversas limitações, com a idade que já estava avançada, etc., etc., etc. Mas para mim tinha menos importância isso, mas mais o fato de poder, efetivamente, fazer, dar o máximo, me colocar. E aí, limitação, limitação. Nós vamos até aqui mais fácil aqui, difícil ali. Mas esse não era um problema concreto. Nunca foi um problema concreto e foi um momento muito rico.

Acabei entrando no curso de Educação Física, porque nesse bolo eu falei, não é nem História, nem Economia, nem outra coisa qualquer. Meu negócio é Educação Física. Na Faculdade Dom Bosco. Fiz especialização em Treinamento Esportivo na UNB, fiz mestrado em Educação Física, hoje em dia estou enrolado no doutorado que eu estou terminando na Universidade do Porto, na área de Ciências do Desporto.

De 2000 a 2005, fiz parte do JGSPINNING, trabalhei muito tempo em academia aqui também, que é o maior programa de ciclismo de academia do mundo. Fui convidado pelo próprio fundador do programa, que é um sul americano. E a gente teve uma empatia muito boa e com a história eu acabei rodando o mundo também passando essa experiência de pedalar. Fui aproveitando um pouco do background que eu tive lá de triatleta. Estive representando o programa SPINNING em vários países da América do Sul, com duas conferências nos Estados Unidos.

Em 2003, fui convidado pelo então Ministro do Esporte do Governo Lula, o primeiro Ministério do Esporte do Brasil, pelo agora Governador Agnelo Queiroz, para ser Secretário Nacional de Esportes de Alto Rendimento. Nessa função no Ministério eu tive em missão oficial nos Jogos Pan-Americanos Santo Domingo, na República Dominicana, foi em 2003 e na Olimpíada de Atenas em 2004.

Como diretor também do Ministério eu participei dos Jogos Pan-Americanos do Rio em 2007, como oficial.

Hoje em dia, sou diretor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte e dou aulas de Educação Física no Centro Universitário UniCEUB, que é um centro universitário em Brasília.

Quando eu olho para trás eu vejo como esporte e política sempre tiveram entrelaçados na minha vida. Quando criança, minha leitura dessas questões sempre passou pelo corpo. Se alguém falava em superar obstáculos eu me imaginava saltando barreiras em uma pista de atletismo. Se diziam que era preciso ser forte eu me imaginava levantando um grande peso. E se dissesse que era necessário ser resistente eu me imaginava em uma maratona. Era minha leitura das coisas.

Enfim, era um jeito muito particular de sentir as coisas. Como foi também relacionar a vitória à opressão e o perdedor aos oprimidos. Decidir não aparecer por medo que minha família fosse descoberta. Enfim, cabeça de criança fantasia muito e essas coisas ecoam na adolescência. Esta foi a minha história, com cicatrizes geradas pela ditadura e com oportunidades criadas pela democracia.

Acredito que, no peito da minha mãe, aproveitando para puxar o saco da minha mãe, não só porque eu amo ela, mas nós estamos aqui também no mês das mães. Mas acredito que no peito da minha mãe, lá no fundinho, ela tem vontade de encontrar aquele oficial da marinha, aquele lá do início, quando a gente está preso, correndo dos ratinhos lá, que queria me levar para morar com a família dele, e que disse para ela que ela não teria futuro para me dar, ela ia encontrar para ele assim, bem no olho dele e dizer assim, está vendo. Eu tinha certeza que o futuro do meu filho seria melhor comigo.

É isso aí.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Não vou fazer pergunta. Vou passar adiante. Vocês podem ficar mais um pouco? Pode? Ficou de vir um vídeo, não é, que á Rita que mandou. Não vai apresentar porque deve ser um longa. Mas tem esse documento?

Ainda queria compor a mesa com a Dora Rodrigues, filha do Darcy Mukudai. Cadê a Dora? Fica aqui, por favor. Bom dia. Vamos lá. Então, Iara, chegou sua vez. Vamos lá. Com calma. A Iara é filha da Maria Regina Lobo Leite Figueiredo e Raimundo Gonçalves Figueiredo.

**A SRA. IARA LOBO –** Bom dia ainda. Parece que não é meio dia. Já é meio dia? Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade desse depoimento e o faço na figura do Deputado Adriano. E quero agradecer também a tantos cabelos brancos aqui presentes que eu redescobri como minha família.

Eu sou muito emotiva e, como Priscila, é difícil, muito difícil para mm falar sobre os meus pais. Principalmente sobre a memória deles, porque eu não as tenho. Quando meu pai morreu eu tinha dois para três anos e quando minha mãe morreu eu tinha três para quatro anos. Então eu tenho pequenos flashes e tenho a memória da voz dela, da minha mãe, e do cheiro dela, que para mim é muito precioso. De meu pai eu tenho o sorriso e os bigodes. Lembro deles.

Minha irmã Isabel ela não pôde vir. Acredito que ela esteja assistindo. Isabel, te amo. E ela escreveu uma carta com algumas ideias inseridas minhas, mas, na maioria foi redigida por ela. Eu gostaria de lê-la.

Como inicialmente não compareceríamos ao presente encontro, solicitaram-nos que fizéssemos então um depoimento por escrito. Confessamos que hesitamos em fazê-lo, uma vez que temos a sensação de que algumas coisas que temos para falar não são exatamente o que os grupos que tratam do assunto em questão querem ouvir. Mas, aqui eu acrescento, resolvemos fazê-lo em memória a nossos pais, ao amor que eles dedicaram ao país. Então é em nome do amor mesmo que estamos fazendo esse depoimento.

Somos filhas de Raimundo Gonçalves Figueiredo e Maria Regina Lobo Leite Figueiredo, mortos pela ditadura nos anos de 1971 e 72, em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente.

Sempre é muito difícil lidar com a morte dos nossos pais. É um assunto muito delicado para nós, que mexe com sentimentos muito profundos. Queremos conhecer os responsáveis pelas mortes dos nossos pais sim. Mas queremos que, nesse processo desencadeado pela instalação da Comissão da Verdade, as imagens de nossos pais sejam respeitadas, principalmente a do meu pai.

Nosso pai foi apontado como um dos responsáveis por um ato no Aeroporto de Guararapes/PE, com o objetivo de atingir o General Costa e Silva, e que, não dando certo causou a morte de duas pessoas. Não nos cabe e não podemos julgar tal ato e muito menos nosso pai. Sentimos muito e sinceramente a morte dessas pessoas e, de alguma forma, sabemos que estamos ligadas a elas. Ocorre, porém, que o referido ato foi uma ação planejada por um grupo. Um grupo de pessoas, que com exceção de um padre, aproveitaram que nosso pai estava morto e jogaram toda responsabilidade sobre ele. Para isso, denegriram a imagem de nosso pai, algumas vezes publicamente. Não se importaram com o fato desse homem ter dado a sua vida pelo ideal que acreditavam e que, segundo os relatos que conseguimos posteriormente, tenha salvado a vida de diversos dos seus companheiros em diversas ocasiões. Temos conhecimento que um dos envolvidos no ato, que muitos anos depois responsabilizou nosso pai, foi quem o delatou à polícia. O que resultou em sua morte.

Outro, bastante tempo depois, ao ser interpelado por nós por denegrir a imagem de nosso pai, desmentiu as informações feitas por ele mesmo na imprensa. Mas não teve o trabalho de desmentir também publicamente.

Outro, ao ser procurado por nós, em 1995, quando estávamos começando a desvendar e a montar o dossiê de nosso pai, procurado por nós muito tempo depois, quando de uma série de reportagens falando sobre o caso de Guararapes, que o apontava também como autor, contou-nos que ele propriamente não estava envolvido, mas que o nosso pai e um grupo sim. Este Senhor pediu-nos para xerocar um papel particular que tínhamos em mãos alegando que era para guardar em seu arquivo particular. Bom, dois dias depois esse material foi publicado na imprensa, na Veja, em resposta às referidas reportagens, tentando inculpar somente o nosso pai pela ação.

No nosso caso, tivemos que lidar muito cedo com questões muito além do bem e do mal, dos bons e dos ruins. Foi muito difícil ver esses homens, que já foram companheiros do meu pai, se aproveitando tanto da morte do nosso pai. Aproveitando tanto da morte dele quanto da nossa fragilidade.

Da mesma forma que concordamos que a impunidade dos militares envolvidos com os crimes da ditadura têm repercussões nos dias de hoje em várias esferas da sociedade, acreditamos que a covardia com que o nosso pai foi tratado por seus companheiros, tem reflexo até hoje na cultura de nossa esquerda.

Vimos com bons olhos a instauração da Comissão da Verdade, principalmente no Governo da Presidente Dilma, que sentiu na pele o sofrimento daquela época.

Faz bem ver alguns estudantes hoje protestarem com autêntica emoção, como também é bom ver a Deputada Erundina, nos seus 80 anos, tão verdadeiramente empenhada em garantir justiça às mortes ocorridas no regime militar. Faz bem sim, principalmente em um país com uma cultura como a nossa. É muito ruim perceber o deixa disso, sem ao menos as pessoas se colocarem em nossos lugares e pensarem o que sentiriam com a impunidade e com o descaso se fossem os seus familiares.

Porém, além da morte dos nossos pais de forma tão violenta quando éramos muito pequenas, e de toda falta que eles fizeram, tivemos que nos deparar com atitudes desses Senhores. No entanto, toda essa vivência foi o que nos impeliu muito fortemente, cada uma a sua maneira, a buscar uma superação, um conforto, muito embora isso seja um trabalho para todas as nossas vidas. Porque a dor, Senhores, ela não acaba nunca.

Gostaríamos que nesse processo em curso houvesse um pouco de profundidade e transcendência, que estamos buscando na elaboração da morte dos nossos pais. Porque buscamos também a história deles. Não se trata de buscar apenas justiça, mas e ver além disso. Só assim acreditamos que o processo possa contribuir, de fato, para as vítimas, estejam elas mortas ou vivas.

Gostaríamos que esse processo pudesse contribuir de alguma forma, por exemplo, para os parentes dos mortos no episódio de Guararapes. Para que eles tivessem, talvez, um olhar compassivo para com o nosso pai. Que tivessem um entendimento de que os que lutaram naquela época foram os que mais captaram toda a necessidade de liberdade e justiça social que havia na época. Que soubessem que nosso pai era, sobretudo, um homem muito caridoso. Um homem simples, filho de um celeiro e de uma parteira de uma cidade do interior de Minas Gerais. Fazia o que podia para ajudar quem precisava. Segundo nossa avó, Anita, mais de uma vez, quando rapaz, chegou em casa sem camisa e sem os sapatos, pois os havia dado na rua.

Temos posições diferentes, nós duas, quanto à necessidade de responsabilização pela morte de nossos pais. Mas ambas necessitamos de que o processo e curso trate a história de nossos pais de uma forma muito, muito cuidadosa.

Não gostaríamos, por exemplo, de ver fotos de nossos pais mortos espalhadas pela internet. Nossas lembranças, Senhores, são por demais tênues e preciosas. Ter a lembrança da água entrando em nossa casa por causa de uma cheia do Rio Capibaribe, nós em cima da cama de casal dos nossos pais, e só conseguir recordar de uma grande alegria, andar na casa só de barco. Depois, no cangote do nosso pai, correndo da cheia, e sentir-se segura. Reconhecer, nos breves momentos, o cheiro da minha mãe, da mulher mais linda desse mundo. Reconhecer em alguém algo que lembra nossa mãe. Eu reconheço em vocês as recordações tristes. Senhores, elas existem muitas, mas essas são as que preservamos com maior cuidado.

Gostaríamos de ter, muito, os restos mortais do meu pai. Muito em consideração a mãe dele, vovó Anita, uma pessoa muito, muito, muito católica, que já é falecida. Que um ano antes da morte do nosso pai, perdeu sua outra filha afogada. Nossa avó, por não estarem achando o corpo da minha tia, fez uma promessa, que não sairia de casa durante 15 anos se achasse o corpo da minha tia. E acharam o corpo da minha tia. Um ano após isso o filho dela desapareceu. Ela não pôde enterrar. Nossa mãe foi sepultada, embora, no momento do reconhecimento do corpo, meu tio e pai de criação, médico, quando foi reconhecê-la junto com os outros tios, não pôde sequer mexer no corpo dela. Foram proibidos de vesti-la e passaram por inúmeros interrogatórios à época, meu tio chegou a ser internado em um manicômio e até a morte dele ele tomou remédios controlados.

Enfim, gostaríamos que o processo em curso, mais que mexer nessas feridas tão grandes, aplique os remédios e os cuidados necessários para que elas possam cicatrizar.

Por último, em homenagem também ao dia das mães, eu queria falar uma poesia para todas as mães aqui presentes, para minha mãe de criação, Maria Alice, que já é falecida, e em especial para Maria Regina, minha mãe. Uma poesia de Carlos Drummond Andrade.

‘A cada dia da minha vida percebo mais que o grande desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, ao esquivarmo-nos do sofrimento, perdemos também a felicidade’.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Raquel Rosalen.

**A SRA. RAQUEL ROSALEN –** Vou fazer uma fala um pouco improvisada em cima das memórias. Não estava muito preparada para essa situação, mas a convite da (ininteligível) Arantes.

Vou tentar dizer alguma coisa. A pedido também da Amelinha e da Criméia, vou fazer uma fala sobre os meus pais. A gente cresceu, acho que como todos que estão aqui hoje, sobre essa situação da ditadura, e em parte em uma certa clandestinidade. Minha mãe é a Maria Lúcia Rato, que casada com meu pai, Dalmo José Rosalen, virou Maria Lúcia Rosalen. Ela foi presa em Ibiúna, junto com a Criméia, e nessa época eu ainda não era nascida. Ela era estudante e os estudantes se reuniram em Ibiúna para um congresso e, obviamente esse congresso que junto tantas pessoas em um lugar tão pequeno foi rapidamente descoberto. E alguns anos mais tarde o meu pai foi preso no DOPS/SP e minha mãe nessa época estava grávida da minha irmã, dois anos e meio eu tinha, minha mãe grávida. Eu não consigo lembrar muito da época. Eu sei que nossa casa funcionava como aparelho do Partido Comunista do Brasil, e haviam reuniões e havia, hoje, muitas das coisas que eu sei ou que eu, realmente não sei se elas me foram contadas ou se eu realmente recordo dessas histórias. Eu sei que a gente foi morar com os meus avós durante o período que meu pai foi preso e torturado e não me recordo exatamente também quando ele voltou para casa. Só sei que minha mãe passou um tempo, passou buscando por ele, procurando, enfim, onde ele estava, se estava preso, se estava vivo ou se estava morto, até que o encontrou e, enfim, por sorte ele pôde voltar para casa. Mas essa foi uma história que marcou, obviamente, não só a minha família, mas marcou toda uma geração, eu acho.

Escutando os outros depoimentos aqui na mesa eu estava pensando que contribuição essa fala poderia dar e eu penso que, de alguma maneira, mesmo improvisada, ela acaba virando um documento importante na preservação da memória e no desejo muito forte de que essa situação nunca mais se repita e que nenhum de nós tenha que passar novamente por situações desse tipo. Acho que esse é um trabalho importante da Comissão da Verdade que eu espero que seja, enfim, que fique realmente como um marco em uma certa transição. Porque eu acho que enquanto esses documentos não forem, enquanto os responsáveis por essa situação não forem realmente levados a depor, não existe exatamente um final nessa história. É uma história que se perpetua nessa impunidade que ficou e que ficou marcada na vida acho que de todos nós. É isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Dora, filha do Darci. Dora Augusta Rodrigues Mukudai, filha de Darci Rodrigues.

**A SRA. DORA AUGUSTA RODRIGUES MUKUDAI –** Eu vou tentar ser rápida. Acho que já deve estar todo mundo com fome.

Eu também me preparei para esse depoimento. Quando recebi a mensagem por e-mail me convidando para participar eu, em um primeiro momento, pensei que não tinha nada para contribuir. Que eu não tinha nada que pudesse ajudar, porque eu conheci crianças que, especialmente quatro crianças, que uma delas eu espero encontrar hoje aqui. Eu soube que ela vem na parte da tarde, que perdeu os pais. Um deles, que tem a minha idade, que já veio na quarta feira, que aos dois anos de idade foi fichado no DOPS como subversivo perigoso, o Ernestinho. E os seus primos, que também vieram na quarta feira e eu não pude encontrar. E de antiga situação que eu sei que eles viveram eu achava que eu não tinha muito a acrescentar.

Eu nasci em 1968, em Osasco, em plena greve geral. Uma confusão, um caos nos país, especialmente na região de Osasco. O meu pai, Darci Rodrigues, ele servia no quartel de Quitaúna. Ele era Sargento na época e Lugar-Tenente do Capitão Carlos Lamarca.

Quando eu tinha seis meses de idade, meu pai, ciente da gravidade da situação, tentou, e conseguiu, obviamente, livrar, poupar a minha mãe e eu de qualquer problema que ele sabia que estava por vir e nos mandou para Europa no mesmo voo com a esposa do Capitão Carlos Lamarca e seus filhos.

Então, quando eu recebi esse convite eu falei, o que é que eu tenho para falar? Eu fui poupada de tudo. Eu não vi nada. Felizmente eu não perdi meu pai, que apesar de tudo o que ele passou ele está vivo. A minha mãe, assim como o André e a Priscila falaram, fez de tudo para transformar nossa vida em uma vida normal.

A minha mãe estava grávida na época, eu com seis meses, ela não sabia, nem meu pai, que meu irmãozinho estava chegando. Nós fomos para o exterior, passeamos por alguns lugares naquela, ‘passeamos’, até conseguir asilo político em Cuba, onde fomos todos, a esposa do Lamarca, os filhos, minha mãe, eu e meu irmãozinho que nasceu em Cuba.

Eu vivi em Cuba minha infância inteira, até meus 11 anos de idade. Um país que eu amo. Um país que me deu a base para o que eu sou hoje. Um país onde eu aprendi que pessoas como meu pai, como os pais da Priscila e do André, da Iara, da Raquel, são pessoas que a gente tem que respeitar e admirar. Que tinham um ideal e que passaram o que passaram para hoje, 40 e poucos anos depois, nós termos um país melhor.

Eu sou a última aqui nessa mesa e o que me deixa mais emocionada é saber que cada um deles falou coisas que eu não sabia e que eu teria que falar aqui. A questão da gratidão aos nossos pais por tentarem poupar a gente ao máximo.

O meu pai, até hoje eu não sei tudo que o meu pai passou. O meu pai, a sensação que a Priscila comentou que ela viveu durante a sua infância, de que ela, era uma sensação, o que você falou eu entendi porque é o que eu senti durante esses 11 anos de vida fora do país, e depois, quando voltamos, em 80, para o Brasil, de que a gente não sabia exatamente o que era que estava acontecendo, mas a gente sabia que alguma coisa ruim estava por trás daquela situação toda.

A Raquel também mencionou uma coisa muito importante, a questão do respeito a imagem dos nossos pais. Hoje, na internet, tem muita coisa que eu descobri do meu pai que meu pai não contou para nos poupar. Eu lembro, em 96, eu tinha um hábito de ler a revista Isto É, pela internet, toda segunda feira. E eu fazia isso no meu horário de almoço. Eu não lia a revista inteira porque não dava tempo. E em uma segunda feira eu abri na revista Isto É e vi em uma reportagem de capa uma matéria sobre o assalto ao cofre do Ademar de Barros. E eu li aquilo e falei, não me interessa. E continuei lendo a revista, as outras matérias. E fiquei com aquilo na cabeça porque eu não sabia o que era aquilo do assalto ao cofre do Ademar, mas alguma coisa me falava que eu já tinha ouvido aquela história, que aquilo tinha a ver comigo. Eu li outras partes da revista e estava acabando minha hora de almoço e aí eu resolvi olhar para a matéria. Eu não sabia o que era, mas, de repente eu vi a foto do meu pai naquela matéria. 16 anos depois de eu estar no Brasil eu ainda não sabia o que tinha acontecido com meu pai. Eu me assustei. E eu não sabia de nada disso e, por ter passado todos os anos da minha infância com os meus pais protegendo a gente, até hoje eu não corro atrás de certas informações. Eu descubro as coisas a conta gotas em livros, pela internet. Alguns sites falam do meu pai de uma maneira muito pejorativa e muito triste. Isso magoa demais, porque eu sei que meu pai é guerreiro, é briguento, é bravo. Quando se trata de justiça ele é muito bravo. E eu tenho muito orgulho dele por saber que ele não teve medo de fazer justiça, sejam elas os métodos, não interessa os métodos que ele usou, mas ele tentou fazer justiça. Meu pai sempre foi muito honesto. Muito honesto. E é isso que eu levo de toda essa história. A esperança, como disseram os demais, e que a justiça seja feita, e a esperança de que nós não tenhamos mais pessoas que enxergam a verdade que querem enxergar.

O André, ele comentou que diferentes olhares trazem diferentes visões do mesmo fato. E a gente sabe que muita gente nesse país ainda acha que pessoas como os pais do André e da Priscila, os pais da Iara e da Raquel, os meus pais, os pais das quatro crianças que eu mencionei, são terroristas. O que eu mais quero com essa Comissão da Verdade é que um dia ninguém mais pense assim.

Eu só queria mencionar, já que eu estou fazendo um depoimento, um histórico que eu passei para fechar. Nós chegamos em Cuba quando eu tinha mais ou menos seis meses de idade. O meu irmão nasceu em Cuba. O meu pai foi preso. Ele ficou aqui no Brasil, na clandestinidade, no Bale do Ribeira. Ele esteve preso, torturado, e ele foi um dos 40 que foram trocados pelo Embaixador alemão. Nesses 40 estão essas quatro crianças que eu mencionei. E o meu pai finalmente chegou em Cuba quando eu já tinha dois anos de idade, o meu irmão já tinha um ano de nascido.

Nós passamos os 10, 11 anos em Cuba como cubanos. Estudamos em escolas como cubanos. Mas tinha um grupo grande de brasileiros exilados em Cuba que se reuniam com alguma periodicidade, e ouviam o Hino do Brasil com muita emoção, e ouviam gravações da Voz do Brasil e trocavam informações entre eles porque era muito difícil ter notícia do que acontecia no Brasil na época, notícia dos familiares. Eu lembro que quando chegava uma correspondência na nossa casa que vinha dos nossos familiares era um motivo de muita alegria e de muita apreensão. Era muito difícil receber informações naquela época, as correspondências chegavam todas violadas. Fotografias chegavam rasgadas. Demorava meses para chegar.

Eu lembro que em uma dessas correspondências chegou a notícia de que eu tinha perdido meu avô materno, que eu não conheci, e eu lembro que, nessa sensação que eu acho que é a mesma que a Priscila menciona, de que a gente não sabia exatamente o que acontecia, mas que a gente sabia que alguma coisa ruim podia acontecer ainda.

Os meus pais sempre deixaram claro para mim e para o meu irmão que aquele não era o nosso lugar e que a qualquer momento a gente podia ir embora. Que a gente precisava voltar para o nosso país. Então nós passamos 10 anos da nossa vida sem poder se apegar a amigos, a brinquedos, a lugares, aos professores, a escola, porque a qualquer momento a gente ia embora.

E a gente queria muito vir embora, porque a gente sentia a paixão dos meus pais pelo país, a necessidade que eles tinham de voltar, além do desespero de voltar para o convívio dos familiares aqui.

Depois, em 80, quando a gente voltou para o Brasil, a gente foi morar no interior de São Paulo, em Bauru. Eu lembro que foi uma época muito difícil porque depois de mais de 10 anos fora do país os meus pais não tinham mais casa, não tinham mais nada do que eles tinham deixado aqui. Então foi um momento difícil para a gente. Além de que, nenhuma escola em Bauru queria matricular eu e meu irmão. Por dois motivos. Porque era tudo muito recente, as pessoas tinham medo de envolvimento com pessoas perigosas. E também porque o Ministério da Educação demorou para validar nossos estudos.

Mesmo assim, felizmente, com a ajuda de companheiros, nós conseguimos assistir, participar em uma escola como pessoas transparentes. A diretora do SESI de Bauru aceitou que eu e meu irmão assistíssemos às aulas na série em que meu pai afirmava que nós estávamos, independente do MEC validar ou não. E nós ficamos por um período, eu na sexta série e meu irmão na quinta série, sem ter o nome na lista de chamada, fazendo as provas, nossas provas escondidas, separadas e, obviamente, isso tudo a gente sabia que a gente era visto como diferentes, apesar do meu pai e da mãe tentarem fazer a gente acreditar que estava tudo bem.

E aí o André também comentou que em uma época, em um determinado momento depois de 79, quando eu tinha 23 anos se não me engano, você falou que foi quando você percebeu que você já podia ser quem você era. Da sexta série até o colegial eu também vivi nesse momento de não poder falar muito por que eu tinha morado em Cuba, quem era eu, quem era meu pai. Só depois de alguns anos que a gente percebeu que as pessoas começaram a entender melhor, e quando eu entrei no colegial, eu estudei no Colégio Técnico da UNESP em Bauru, tinha uma professora de História que mandou a gente ler o livro ‘Feliz Ano Velho’. E até então eu tinha muito medo de falar do meu passado. E eu fiquei muito feliz de saber que eu tinha uma professora que incentivou o debate, e que finalmente eu podia falar o que eu pensava daquilo tudo, que finalmente eu tinha encontrado pessoas que eram solidárias a tudo isso e aceitavam toda essa situação. Então eu fico feliz de ser a última aqui porque, juntando o depoimento de todos, eu descobri que eu tenho coisa para falar. É isso. Eu também queria, desculpa, eu falei isso, mas só queria comentar que hoje eu sou casada, meu marido, Jorge Mukudai descendente de japoneses, muito simples, uma família que não tinha, nunca teve participação política, nem entendimento político nenhum. E eu sou muito grata a ele, à minha filha, porque eles sempre entenderam e tiveram orgulho dos meus pais e da minha família. E queria também agradecer uma pessoinha muito especial, que apesar do meu pai ter tentado poupar o tempo inteiro, pela sua fisionomia e seu físico frágil, delicadinha, professora, meu pai poupou muito essa mulher, sem saber que ela é uma pessoa extremamente guerreira, ela segurou toda essa onda com muita, com muita garra e com muita classe, com muita elegância. Apoiou o meu pai até hoje, que é minha mãe. Hoje eles estão separados, mas eles são muito, muito, amigos, e ela sempre apoiou meu pai, apesar de não ter sido muito ativa em todo esse processo. É isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT**  Muito obrigado. Seu pai continua muito ativo e acredita na recuperação da memória e na punição aos torturadores. Antes de encerrar, o Ivan vai recompor um pouco a história da Iara Lobo, fazendo a leitura do dossiê do pai e da mãe da Iara.

Nós estamos já concluindo. O Ivan vai fazer a leitura do dossiê.

**O SR. IVAN SEIXAS -** Eu tenho que ler aqui sentado, porque esse livro, Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, o dossiê ditadura, não é um livro portátil. É um livro pesado, porque os crimes que a ditadura cometeu, só, só sobre mortos e desaparecidos, não é pequeno. É um livro pesado, difícil, que conta a história dos mortos e desaparecidos.

**A SRA. IARA LOBO -** Ivan antes de você começar aí eu gostaria de só, dar um relato meu, com relação ao que, como estou agora.

Bom, me encontrei com o Direito, finalmente, aos 35 anos de idade. Atualmente trabalho como Advogada de vítimas de violência. Isso me dá um conforto, um alento enorme. Trabalho em um programa, pela primeira vez o Estado que está custeando. É um programa multidisciplinar com Psicólogo, Advogado e Assistente Social, prestando realmente apoio incondicional às vítimas diretas e as invisíveis, que somos nós, nesse caso.

Sou mãe de dois filhos, Gabriel com 24, Marina com 16, e casada há 18 anos. Moro em Brasília.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Eu estou falando desse livro, com esse peso, com essa consistência, porque os crimes cometidos contra os mortos e desaparecidos, eles são muitos e estão aqui nesse livro. Os crimes cometidos contra os sobreviventes, quando for escrito, ele será muito maior. Contra as crianças, que na época sofreram, com certeza vai ser maior que todos eles juntos.

Eu estou muito emocionado com esse Seminário que nós fizemos aqui, e agora tive que sair para atender um telefonema de uma jornalista, que me contou o que foi que aconteceu em Brasília,

Agora de manhã, houve uma audiência publica para ouvir o depoimento do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Primeiro teve a oitiva do Sargento Marival Chaves, que era subordinado do Ustra, e ele contou o que viu lá. Como eram expostos os corpos dos militantes, como se fosse um grande troféu da ação criminosa deles. Depois o Gilberto Natalino, que é Vereador aqui de São Paulo, foi lá para Brasília e deu o seu depoimento de como ele foi torturado, pessoalmente, pelo Ustra. O Adriano, nosso querido companheiro que banca essa Comissão corajosamente é outro que foi torturado, pessoalmente, por esse monstro, que ao ser colocado para falar usou a democracia para preservar os crimes cometidos pela ditadura. Com habeas corpus, se declarou com o direito de não esclarecer seus crimes. E, para ser mais arrogante ainda fez uma declaração em que disse que combateu o terrorismo e que os terroristas, inclusive se referindo a Presidente Dilma Rousseff, os terroristas estão aí. E se ele não tivesse combatido o terrorismo, ele talvez fosse fuzilado por esses terroristas. Se referiu, obviamente, que a ação criminosa deles era uma ação preventiva para que o Brasil não se transformasse em uma grande Cuba e defendeu todos os crimes cometidos pela ditadura.

A gente ouviu aqui na quarta feira os filhos de Virgílio Gomes da Silva, que com muito orgulho, comentaram que passaram por Cuba e foram carinhosamente protegidos pelo povo cubano, pelo Governo cubano, como agora acabamos de ouvir a Dora falando sobre essa mesma coisa.

Cuba tem esse papel histórico de ter protegido os nossos sobreviventes, principalmente os filhos dos sobreviventes. Essa gente Carlos Alberto Brilhante Ustra, que pessoalmente dirigiu o assassinato do meu pai, que dirigiu pessoalmente a tortura a muitas pessoas, ele é um deles. O cara que dirigiu o massacre da Lapa, o Valdir Santos Maciel, é tão rato que alegou para o Ministério Público que não podia ser ouvido porque ele tinha morrido. Ele mandou avisar isso. Essa é a covardia e a canalhice elevada à enésima potência.

Eu queria falar aqui em meu nome, em particular, obviamente, todo mundo sabe quem sou eu. Eu fui participante da luta armada, me orgulho muito disso, de ter resistido, acho que nós tivemos, tínhamos e temos o direito a lutar contra a tirania. Isso está previsto inclusive na Declaração de Independência dos Estados Unidos, que patrocinava o golpe aqui, a ditadura. Que estava previsto na Declaração dos Direitos Humanos também, o direito a resistência às ditaduras. E eu estou falando isso porque eu acho que nessa mesa aqui, a emoção que tomou conta de todos nós, tem na voz de cada um aqui, a voz dos herdeiros dos heróis. O Aldo e a Dodora eles são heróis. Não só porque deram a vocês a dignidade da luta pela vida, mas deram a dignidade pela luta pela democracia que vocês expuseram aqui tão fortemente. A Raquel a mesma coisa. A Dora e a surpresa que nós tivemos aqui da figura da Iara, que a gente conversando ontem aqui, a gente se identificou como uma grande família.

O Adriano, quando ele chegou ao presídio do Hipódromo eu era, apesar de ter 17 anos na época, eu era um dos mais antigos presos que estavam ali, e eu ajudei o Adriano a se recuperar das torturas, fisicamente e psicologicamente, porque todos nós estávamos assim. E eu sou testemunha do que esse criminoso, Carlos Alberto Brilhante Ustra fez, com tantos outros, mas especialmente com o Adriano, que é meu amigo, que é meu companheiro e que banca a mim, a Amelinha, que somos conhecidos como militantes que passamos presos, nessa atuação dessa Comissão. Peço desculpas por ter falado tanto, mas eu vou falar a tarefa que o Adriano me passou.

Raimundo Gonçalves Figueiredo. Nasceu em 23 de Março de 1939 em Curvelo/MG. Filho de Francisco Gonçalves Viana e Ana Gonçalves de Figueiredo. Morto em 28 de Abril de 1971. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, VAR-Palmares, a mesma Organização da Presidenta Dilma Rousseff. Era Bancário em Sete Lagoas/MG, onde participava da JOC Juventude Operária Católica. Logo foi transferido para Belo Horizonte, permanecendo por pouco tempo no trabalho, pois foi despedido. Estudou em um Seminário em Belo Horizonte, onde participou de mobilizações estudantis e mutirões em favelas. Nesta época, iniciou sua militância na AP, Ação Popular. Após romper com essa Organização, participou da Ala Vermelha do PCdoB, uma dissidência desse partido e mais tarde ingressou na VAR-Palmares.

Esteve preso no DOPS da Guanabara, antiga Capital do Rio de Janeiro, Distrito Federal do Rio de Janeiro. Em outubro e novembro de 1968 ele foi solto por meio de um habeas corpus. Era casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, que foi assassinada em 29 de Março de 1972, pela repressão política e morava no município de Jaboatão dos Guararapes. Tiveram duas filhas Isabel e Iara, que na época da sua morte estavam com três e dois anos de idade, respectivamente.

Em depoimento prestado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Governo Federal em quatro de fevereiro de 1996, Arlindo Felipe da Silva, irmão do desaparecido político Mariano Joaquim da Silva declarou: “Em 1971 era militante da VAR-Palmares, que atuava junto com Raimundo Gonçalves Figueiredo. Na ocasião eu o conhecia apenas por Chico. Só vim a saber seu verdadeiro nome, após a prisão ocorrida em 27 de abril de 1971, as 19 horas, no bairro de Sucupira, Jaboatão. Estávamos na casa de Áurea Bezerra, juntamente com seus filhos menores, quando a polícia chegou atirando para todo o lado. Estava escuro e chovendo, faltava energia e eles eram muitos. Primeiro eles deram um tiro de revólver que atingiu o braço de um dos filhos menores de Áurea e disseram, saiam todos de mão na cabeça, estão todos presos. Áurea tentou fugir e foi presa, aí eles começaram a dar rajadas de metralhadora e uma das balas atingiu Raimundo, que caiu de joelhos e disse muitas vezes, calma não atirem, parem, a casa tem crianças. Escutei ele dizer isso várias vezes, mas a polícia não atendia e continuava atirando. As crianças corriam dentro de casa apavoradas. Saí com as crianças, a Áurea já tinha sido agarrada quando tentou fugir. Raimundo ferido, ficou na sala, não podia sair. Fui encapuzado e colocado dentro de um carro. Raimundo ferido foi levado preso em outro carro. Fui levado para um local que até hoje não sei onde é. Fui torturado juntamente com Áurea e seu filho adolescente José Bezerra. As crianças foram levadas para outro local. No dia seguinte, fomos levados para a Secretária de Segurança Publica. Após dois meses e 18 dias incomunicável, fui levado para a Casa de Detenção de Recife, quando então soube pelos outros companheiros que Raimundo tinha morrido em um tiroteio reagindo à prisão. Reafirmo e desminto a versão dada pelos jornais da época. Raimundo não morreu reagindo a prisão. Foi ferido e levado preso pela polícia.

Documento encontrado nos arquivos do DOPS de Pernambuco informa: no dia 27 de abril último, era desbaratado o aparelho do alto da balança, em Sucupira. Agentes dessa especializada, juntamente com os do Departamento de Polícia Federal, ao realizar o cerco ao referido aparelho, foram recebidos a bala. Dominada a situação pelos agentes verificou-se que um dos subversivos encontrava-se ferido, tendo sido de imediato levado ao pronto socorro, vindo a falecer, no entanto no percurso da viagem. Seu corpo chegou ao IML às oito horas de 28 de abril com guia de remoção do dia 27 e conforme o laudo de perícia tanatoscópica do Instituto Médico Legal de Pernambuco, a morte teria ocorrido as três e 15 da manhã do dia 28. O exame necroscópico assinado pelos Legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa, atesta como causa mortis, hemorragia interna decorrente de ferimento transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo. Descreve, além do ferimento na região dorsal, responsável pela hemorragia, ferimentos à bala no rosto, um no antebraço, outro no punho e ainda mais um na perna. Foi enterrado com o nome falso de José Francisco Severo Ferreira. O jornal do Brasil de primeiro de Julho 71, dois meses após o fato, noticiou a sua morte com o título, ’Terrorista morre em Pernambuco’.

“A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco anunciou ontem a morte do terrorista Raimundo Gonçalves, acusado como responsável pela bomba que explodiu no Aeroporto dos Guararapes, em 1966 e a total desarticulação no Estado da VAR-Palmares, com 15 prisões. Segundo a Secretaria, o terrorista foi morto em um tiroteio em que dois policiais saíram feridos. Foram estourados três aparelhos subversivos, e em um deles, no Recife, foram aprendidos material explosivo, armas e muitos livros. O Relator da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Governo Federal, Nilmário Miranda, concluiu: Os fatos expostos permitem a convicção de que Raimundo Gonçalves de Figueiredo, efetivamente, não morreu em confronto armado com agentes do Estado. Não houve confronto armado. Raimundo foi baleado, preso e já sob domínio dos agentes públicos, foi morto. Assim, votou pelo deferimento do caso aprovado por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996’.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma das ruas no bairro da Lagoa.

Essa história de colocar culpa no Raimundo pelo atentado eles fizeram muito e usavam outras pessoas para fazerem esse tipo de acusação. Não só esse atentado, como vários outros. Todos feitos dentro do legítimo direito de resistir à ditadura. O Costa e Silva era o ditador que era o alvo suposto desse atentado. Era o ditador que mandava torturar e matar. Esse ato não tem, absolutamente, nenhuma convicção de que tenha sido feito por ele, porque até hoje ninguém descobriu quem fez esse atentado, mas se fosse, estaria absolutamente legítimo dentro do direito de resistir à ditadura.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT**  - Ivan, só para completar, lê o pequeno dossiê que tem da mãe dela também, por favor, que está marcado a página.

**A SRA. IARA LOBO -** Eu gostaria de colocar a foto deles aqui, porque é um momento muito feliz, é a única foto que eu trouxe, que é do casamento deles em Olinda.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Enquanto baixa eu vou ler o que está escrito no dossiê feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos sobre Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo.

Nasceu em cinco de junho de 1938, no Rio de Janeiro. Filha de Álvaro Lobo Leite Pereira e Cecília Lisboa Lobo. Foi morta em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, VAR-Palmares. Participou da JUC, Juventude Universitária Católica e era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, atual UFRJ.

Desenvolveu um trabalho na cidade de Marcos, no Maranhão, pelo Movimento de Educação de Base, MEB, apoiado pela Igreja Católica. Ali permaneceu cerca de três anos, dirigindo-se depois para o Recife. Casou em novembro de 1966, com Raimundo Gonçalves Figueiredo, assassinado em 28 de abril de 71, com quem teve duas filhas Isabel e Iara, as quais tinham três e quatro anos quando ocorreu sua morte.

Maria Regina foi ferida quando a casa em que se encontrava foi invadida por agentes do DOI-CODI/RJ, em 29 de março de 1972. James Allen Luz, que estava na casa e conseguiu fugir, chegou a ver quando Maria Regina foi ferida na perna e presa pelos agentes policiais e avisou a sua família. Esse massacre que foi feito era a represália à ação corajosa dessas pessoas na luta contra a ditadura. Além da Maria Regina, foram assassinados nessa chacina chamada Chacina de Quintino, Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Lígia Maria Salgado Nóbrega e Wilton Ferreira.

**A SRA. IARA LOBO -** Eu gostaria de finalizar dizendo que, sinceramente, eu acho que eu tive muita sorte, mas muita sorte mesmo, pelos quatro pais que eu tive, pelo carinho dos meus tios, pelo carinho dos meus pais biológicos e, principalmente, pela coragem que eles tiveram e que está impressa no meu DNA. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Muito obrigado. A sessão está encerrada.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Continuação da 40ª Audiência Pública Seminário, junto com o ILP, Instituto do Legislativo Paulista, da Assembleia Legislativa, Verdade e Infância Roubada.

O primeiro depoimento é da Marta Neli que vai fazer o uso da palavra.

**A SRA MARTA NELI –** Antes de eu começar assim, um pouquinho como tem acontecido. Porque dá para falar por 15 minutos, 20, uma hora? Como tem sido porque eu não vi nenhum dos dias?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você fala exatamente o que você quiser, no tempo que você quiser. Aqui não tem... o depoimento é o seu. Ninguém mexe no seu depoimento. E você fala o que você quiser. Depois a gente até pode fazer alguma pergunta para lembrar, para perguntar, para esclarecer, porque aqui não é depoimento para... embora se olhe nessas pessoas que estão te assistindo, são pessoas da luta, da resistência, mas é como se você estivesse falando do zero. A televisão está filmando e é documento. Então, você pode contar quem são seus pais, como você nasceu, onde você nasceu, quem você é: contar sua história básica, do zero, como se ninguém aqui soubesse, como se nunca tivesse ouvido.

**A SRA MARTA NELI –** Para registro. E só uma última pergunta. Quanto tempo às pessoas têm falado, são para eu não me perder? Uma hora, meia hora? 15 minutos? Varia?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Aqui não tem... depois vem a família Lucena e nós já pegamos litros e litros de choro.

**A SRA MARTA NELI –** Tudo bem. Eu nasci em janeiro de 1964, o ano do Golpe, e eu sou filha de um casal, claro! Ou não, enfim. Não tão claro, mas enfim era um casal. E a minha mãe à época era bastante jovem, ela tinham 19 anos. O meu pai era um pouco mais velho. Ela era um pouco mais velho. Ela era estudante de Ciências Sociais da USP. A época, a USP ficava ainda na Maria Antônia.

O meu pai era assim, apesar de ser jovem, muito ativo porque ele trabalhava na Pfizer como técnico industrial e também estudava Economia. Quer dizer, ele se formou em Economia, eu não sei exatamente quando, mas ele se formou em Economia mais ou menos por essa época.

Eles eram pessoas de esquerda. Na família, eu tinha um tio, irmão mais velho de minha mãe também que era um cara de esquerda, mas eram pessoas assim. Quer dizer, na verdade, acho que na família da minha mãe foi uma criação muito liberal. O meu avô era um livre pensador, ele foi dono de livraria. Era cultivada a irreverência como modo de ser assim.

O meu pai, na família do meu pai não era esse espírito, mas, enfim, a minha avó era uma pessoa de classe média que tinha já uma história triste porque a minha avó paterna perdeu o marido muito cedo. O meu pai tinha 13 anos de idade. Ele era o primogênito. E o meu avô paterno morreu em um desastre aéreo na Baia da Guanabara. Aliás, toda vez que eu vou o Rio de Janeiro, eu morro de medo.

Enfim, só estou situando um pouquinho para dizer que a gente era uma família de classe média. Mas o meu pai não era um estudante assim. Meu pai trabalhava, sustentava a família dele. Começou a trabalhar muito cedo, até porque a minha avó ficou viúva e teve que trabalhar.

Eles casaram, enfim, eu nasci e veio o Golpe. E a medida, o que foi a trajetória política deles foi ligada, digamos, mais a atividade do meu pai na ALN, Ação Nacional Libertadora, ligados ao Marighela. Inclusive, o Toledo, Joaquim Câmara Ferreira, se eu tenho algum avô paterno, esse avô paterno é o Toledo, a quem eu lembro muito sim. Quer dizer, faz parte das minhas memórias de infância. Ele estava sempre em casa. A gente sempre saía. Depois nós encontramos o Toledo em Cuba, em Havana.

Na verdade, das minhas memórias de infância, eu lembro pouca coisa do meu pai. O meu pai foi assassinado em 1970. Do que eu lembro assim, eu não consigo lembrar de alguma coisa de horror quando eu era pequena. O que eu lembro de uma vez chegando na vila onde a gente morava e todas as crianças na vila me dizendo que a polícia tinha entrado em casa.

Eu devo assim... quer dizer, até hoje eu tenho pesadelos noturnos horríveis. Acordo – anteontem mesmo – achando que tinha alguém no quarto. Depois eu fiquei sabendo que, uma vez que eu estava dormindo, a polícia foi lá em casa, reviraram a casa e tal. Não sei se isso tem a ver ou não, mas o fato é que até hoje eu acordo com essa sensação de ter alguém no quarto.

E quando o meu pai foi preso, eu não lembro. Eu era criança. Eu tinha quatro anos de idade. No meu aniversário de cinco anos, ele conseguiu sair da prisão. E, ao sair, ele foi liberado por alguma razão e, ao sair, foi no meu aniversário. E era o dia do meu aniversário que ele foi me visitar. Então, eu lembro do meu pai chegando ali de camisa vermelha, e a minha avó dizendo "Olha, Marta, tem uma surpresa para você". E era o meu pai.

Depois disso, eu demorei muito para ver o meu pai porque ele foi para Cuba fazer treinamento militar. Minha mãe e eu fomos para lá também. Demoramos para encontrá-lo. Enfim, eu vi o meu pai poucas vezes em Cuba. Lembro assim vagamente, uma ou outra cena. E lembro dele muito preocupado em me passar o que seriam os valores éticos: o que é certo, o que é errado; o que você deve fazer; cuide de suas coisas; ajude a sua mãe; não dê trabalho; faça a sua ginástica; limpe os seus lápis de cor; não misture as cores da aquarela.

Aliás, a aquarela eu guardo até hoje e os lápis de cor também, acredite. E enfim, todos ali limpinhos. Mas assim, o que eu lembro dele é uma tentativa – hoje vendo em retrospectiva – tentativa dele de tentar ser pai. No meio daquela correria toda ele ainda tentando dar um norte ao que você deve fazer, o que não deve.

Meu pai saiu de Cuba, eu me despedi dele. Eu lembro da gente até esperando o meu pai no Malecón. E disseram "Ele está disfarçado. O teu pai vai aparecer disfarçado". E eu lembro da minha mãe e eu e mais um cubano que eu não lembro quem é. E a piada era a gente ver um monte de gente andando no Malecón assim e vinha um negão de dois metros e meio, "Ah, esse é o teu pai". Detalhe: o meu pai era loiro de olho azul. "Esse é o teu pai disfarçado". Daí, se divertindo as minhas custas. Eu ficava olhando "Não. Não é papai. imagina". Aí vinha uma anão, "Esse é o teu pai". Não é só tragédia exatamente. Um lado engraçado.

De repente, para a minha surpresa, aparece o meu pai no Malecón, entendeu? E ele viajou e o que eu sei é que ele mandou cartas para a gente de onde estava na Checoslováquia e depois na Itália. A gente não sabe exatamente na época que ele voltou para o Brasil. O que a gente sabe é que na data quase certa na qual ele foi assassinado, eu tive uma febre muito grande e fui parar no hospital e coincidiu de ser exatamente a mesma noite. E essas coisas marcam. Enfim, essas coincidências acabam marcando um pouquinho assim.

A bem da verdade, eu tenho pensando muito sobre isso ultimamente, sobre essa questão de quem era o meu pai, do tamanho da dor de perdê-lo, do que significa não ter pai. Porque na verdade ele já era um pai sem pai. Ele já havia sido criado pela mãe. Foi quase um carma familiar esse negócio.

E recentemente me ocorreu – até porque eu decidi que eu vou entrar na Lei da Anistia – e finalmente eu decidi entender que, apesar de eu ter negado a minha vida inteira, porque eu me senti quase que adestrada a não me sentir como vítima, a não me fazer de coitadinha, a seguir adiante, lutar e batalhar e olhar para frente, e vai nessa e tal, a verdade é que tem um rombo dos diabos, não é? Não é pequeno. E o tamanho desse rombo, estou vendo ele agora. Isso é terrível. Bom, ainda bem que estou vendo. Porque conversando com os amigos que têm pai, e alguns amigos que perderam o pai criança, eu me toquei que na minha vida, eu nunca me permiti imaginar o que teria sido a nossa vida se meu pai não tivesse morrido.

Eu não dei nem espaço para isso. Quer dizer, a necessidade de lutar, de ir adiante, os deveres daquilo que seria o ideal eram tão mais fortes que eu não tive nem tempo de pensar no que seria de uma família papai, mamãe e eu, entendeu.

E talvez seja esse um dos legados mais estranhos assim – eu não vou dizer que é o mais horrível – mas é muito estranho isso porque, na verdade, não deu nem para sonhar. E é aí que talvez tenha uma dimensão que eu não tinha percebido antes da questão de ser uma morte, por assim dizer, por questão de Estado, na morte do meu pai. É que, por ser uma morte por questão de Estado, e a gente também saber disso. Porque eu sempre soube disso. Eu sempre soube que o meu pai era herói, que tinha morrido pelo seu ideal. É como se assim... A vida ficou mais árida. Faltou um pedaço ali. Faltou um pedaço, e faltou um pedaço do sonho.

Enfim, o meu pai morreu. Eu lembro assim da cena quando a gente soube que ele tinha morrido. Porque, na verdade, nós não soubemos na época. A gente soube muito tempo depois, três meses depois quando meus avós foram para a França para contar para a minha mãe a notícia.

O meu pai foi enterrado com o nome falso. A polícia só contou da morte dele muito tempo depois, não permitiram a autópsia. E eu lembro da cena da minha mãe chorando, da minha avó chorando e eu, na verdade, eu não sabia nem muito que eu estava chorando ali. Porque o fato é que, até aquela época, eu não tinha muita convivência com o meu pai porque ele era técnico industrial, ele estudava e ainda era guerrilheiro nas horas vagas. Então, realmente, a convivência familiar com o meu pai não foi uma das mais assim assíduas.

Mas o mesmo tempo, o que eu posso dizer – e aí a gente teve um exílio de seus seis anos assim – que a gente morou na França e foi, acho que... Sei lá, tinha que se adaptar. E depois teve o Allende foi eleito Presidente do Chile. Fomos para o Chile porque era mais perto do Brasil e a gente podia falar com a família.

Hoje parece ridículo para quem não sabe, mas, na época, a gente, para ligar para o Brasil, tinha que pedir para a telefonista. Depois a telefonista, a gente desligava, a telefonista completava a ligação e chamava. E aí ficava todo mundo em volta do telefone e tinha que falar dois minutos porque era muito caro.

Então, falar com o Brasil era um glória e era um tormento porque assim,"Vovó, eu estou correndo, estou com saudade", e já desliga rápido. Era um negócio que era louco. Quer dizer, hoje em dia, é difícil acreditar porque ligou no celular, fala de Skype porque é de graça, usa o Viber, entendeu?

Mas na época, as saudades era um troço que era excruciante assim. Era horrível. Mas ao mesmo tempo eu me adaptei. Eu fui feliz em Cuba. A gente morou um tempo em Cuba, nove meses. Eu era criança, a gente morou um tempo em um hotel porque também a gente não ia ficar em Cuba.

A ideia era ir para a França, ir morar lá. Então, eu não cheguei a ter uma vida lá. A gente ficou só um tempo assim. Depois fomos para a França, a minha mãe casou, tinha escola. Depois fomos para o Chile, tinha escola, e teve a Copa do Chile, eu vou trabalhar na França. Enfim, era tão agitado que eu acho que não dava nem tempo de sofrer muito. Era tanta adaptação o tempo todo: língua, escola, colega, vizinhança. E finalmente, eu lembro que eu era feliz na França. Porque, vamos lá que Paris nos anos 70. Primeiro que ser exilado político era uma coisa que era legal. Eu morava em uma... O que a gente chama de Bonlieu, que era uma cidade fora de Paris. E na Bonlieu onde a gente morava era uma prefeitura de esquerda. Então, um exilado latino americano era bem visto. Eu era boa aluna e a minha vida era tranquila. Eu podia dizer quem eu era, Marta, filha de guerrilheiro. Obviamente, eu já era amiguinha das crianças. Os pais diziam "Oh, que legal! Ela é filha de guerrilheiro". Então você já ia lá e já era bem tratado.

Mas eu sempre tinha aquele sonho, "Eu vou voltar para o Brasil. Família, família." Eu tinha muita saudade da minha família. E eu era estrangeira. Quer dizer, eu cheguei a ter briga na escola porque eu era brasileira. Isso era o lado B de ser estrangeira. Não era só glória. Também tinha aqueles que não iam com a sua cara porque você era brasileira.

Mas enfim. Quando a gente chegou no Brasil é que realmente a ficar horrível. E eu não sei se isso somou com a minha adolescência, mas o fato é que quando eu cheguei para cá foi um pesadelo porque, de cara, eu não podia falar quem eu era. Eu era obrigada a falar que o meu pai tinha morrido em um acidente de automóvel e nós somos de uma família de diplomatas. E se alguém perguntasse mais alguma coisa, eu também não falava nada. Segundo que em 1975 também foi à época onde logo depois teve a revolução de abril e começaram a chegar a São Paulo todos os portugueses de diretas egressos tanto de Portugal quanto das colônias liberadas.

Então, não só eu não podia falar quem eu era, como eu ainda tinha que aguentar na minha classe um monte de angolanos, moçambicanos, portugueses de extrema direita que esses sim eram vistos como "Oh, coitadinhos. Foram obrigados, comunistas e tal". Então eu realmente me sentia assim que era ditadura. Era ditadura e isso também era difícil explicar para quem não viveu. E de fato não poder dizer quem é, é algo que fica tão entranhado que acho que eu mal contei essa história para os meus filhos.

### Na escola onde eu estudava... Primeiro, eu fui a uma escola por razões de segurança porque a minha mãe e o meu padrasto foram militar em jornais, digamos, de esquerda, o Em Tempo em Movimento. A gente começou a receber em casa cartas de ameaças para a minha mãe, mas que ameaçavam a mim de sequestro. A minha mãe achou por bem me pôr em uma escola de rico achando que lá eu estaria protegida. Então, eu fui para uma escola Nossa Senhora do Morumbi – para quem sabe é o antigo [Des Oiseaux](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CE4QFjAG&url=http%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FCol%25C3%25A9gio_Des_Oiseaux&ei=J3mfUY3BJ8WDOKi4gMAH&usg=AFQjCNFTsil6u_H-Je7KSdnw9iF5YMGwKg&sig2=EJBL5pglRUtRsnkfh0_PIw&bvm=bv.47008514,d.ZWU) – e aí o pesadelo realmente foi um negócio louco porque eu convivi com aquela turma toda do milagre brasileiro endinheirado, para quem a Ditadura era uma glória. Enfim, não foi fácil. Realmente, não era o lugar certo.

### Depois, eu fui para o Palmares, que pelo menos era uma escola de esquerda, onde pelo menos os professores, mais ou menos, sabiam quem eu era, o que facilitou. Mas eu estudava com os filhos da Dodora, com o André e com a Priscila Arantes. E a gente nunca... Olha, era tanto medo, a gente dizer quem era quem que, apesar de saber quem eles eram, eu nunca sequer conversei...(você é o André, não é? Não. Quem é o André? Já foi. É que ele parece. Já saiu). A gente, nem no recreio, a gente tinha coragem de dizer um para os outros que nós éramos quem nós éramos. Mas nem no recreio. Inclusive, eu evitava contato para não ser vista perto, e vice-versa. Não é que eu não era perseguida. A gente não era. Eu sou até hoje. Vamos deixar isso claro. Não era uma imposição. Era uma questão de... Quando você é criado... porque, mesmo em Cuba, por exemplo, em Cuba, acho que quem morou lá, não seu, acho que as Lucenas falarão melhor que eu porque moraram lá mais tempo.

### Mas, por exemplo, eu tinha que passar, o meu nome era Sofia, eu passava por portuguesa. Mas, claro, quem morava no hotel, todo mundo sabia quem era quem porque os argentinos passavam por uruguaios e os uruguaios por argentinos. Agora, é claro que quem era uruguaio sabe que aquele cara é argentino e vice-versa. Então, entre nós era um teatrinho acordado. Mas com os de fora, não.

### Então, eu lembro que, com cinco anos – até eu conto essa cena no filme – eu encontrei o meu pai no elevador e fingi que não conhecia. Eu tinha cinco anos de idade. No hotel, quando as pessoas falavam comigo em português, eu respondia em espanhol. Eu tinha cinco anos de idade. Então, essas coisas, se você me disser, eu acho isso totalmente natural. Porém, isso marca assim de alguma forma.

### Mas voltando aqui ao Brasil, na verdade, o fato é que a gente sobrevive. Isso é muito forte, assim, sobreviver. E, na verdade, é difícil avaliar o quanto... Quer dizer, é claro que quando eu cheguei aqui e tinha a Ditadura aqui ainda, eu sabia que era menos alegres com os meus colegas. Eu não conseguia ter aquela coisa de todo mundo: brasileiro tem que se abraçar. Eu me sentia muito francesa. Primeiro, porque de fato eu era, eu tinha uma formação francesa, que não se pega tanto. É um pouco mais reservado fisicamente. E segundo, eu não entendia da onde vinha toda alegria toda. Para mim aquilo ali era inconcebível. As pessoas estão sempre rindo, sempre felizes.

### Então, assim, eu fui me sentindo pior ainda porque além do mais eu não dava conta de ser tão feliz quanto às pessoas eram. Então, não só eu era totalmente diferente, como também eu era aquela que estava sempre de cara fechada. E isso era cobrando, "Por que você está sempre de cara fechada? Por que você não está rindo? Por que você é tão tristinha? Por que você é tão...”.

### Enfim, foi indo, foi indo foi indo. Vieram as Diretas e, na verdade, eu acho que eu só fui entender quem eu era ou isso começou há ficar um pouco mais forte quando eu engravidei da minha da minha filha Cleo, a minha filha mais velha em 1991. Porque aí deu vontade realmente de recuperar a história do meu pai porque até então tinha atestado de óbito que dizia que ele tinha se enforcado e isso era uma coisa muito ruim porque eu tinha que conviver com aquele atestado de óbito o tempo todo. Porque toda vez que eu queria fazer uma viagem, eu tinha que mostrar, até eu ser emancipada, o atestado de óbito do meu pai era uma peça que viajava comigo. "Por que não tem a autorização do pai?" "Porque o meu pai morreu". Então, eu carregava aquilo comigo. Não era um documento que passasse batido. Eu quase sei de cor o texto. "Se enforcou com uma gravata fantasia em um hotel da Alameda Norte quando foi encontrado..." E quando a gente chegou ao Brasil, fizemos uma tentativa, quer dizer, a minha mãe fez de falar com advogado e o que nos disseram é que teria de haver uma testemunha da morte dele, que pelas vias da justiça criminal nós não poderíamos entrar com nenhuma ação, como a família Bresolin havia feito. Porque a família Bresolin tinha todas as testemunhas de ter um desaparecido preso, e de ouvir os gritos.

### No caso do meu pai, ele entrou no Brasil clandestino, foi enterrado com nome falso e, na verdade, a polícia montou uma farsa que comprovava que ele havia se matado. Tinha falhas, claro, porque era uma farsa, mas havia uma tentativa de montar uma farsa, inclusive, assinado pelo Romeu Tuma. Isso eu recuperei depois, esses documentos. Mas, enfim.

### Quando eu fiquei grávida da minha filha é que eu falei "Puxa, quem era o meu pai?" Foi aí que eu comecei a pensar em fazer um filme. Eu falei "Eu vou fazer um filme sobre essa história. Até o filme chamava-se 'Procura-se uma Testemunha". Eu comecei a fazer o roteiro só que lá pelas tantas ficou claro que o roteiro ia contar uma história para quem já sabia da história. E, na verdade, o mais interessante era contar a história para quem não sabia. Então, eu engavetei o projeto. Mas ele me ajudou a montar, ajudou a minha mãe a montar o dossiê que depois a gente encaminhou para a Comissão Especial de Justiça para comprovar que a polícia tinha montado uma farsa no caso da morte do meu pai, isso já em 1995. Quer dizer, em 1996, quando teve a Comissão.

### Então, não foi em vão, porém não foi um filme. Mas quando a Comissão foi nomeada, surgiu à necessidade de fazer uma pressão pública, assim como agora. Na verdade, nada mais é do que está acontecendo agora. Quer dizer, tem a Comissão da Verdade e surge a necessidade para que a Comissão da Verdade, por assim dizer, efetive a sua ação e realmente promova uma descoberta e promova documentos, tem uma pressão pública. E é o que a gente está fazendo aqui, com as devidas diferenças. Mas isso... Quer dizer, a sociedade, os interessados se organizam para pressionar o governo para que realmente a coisa saia.

### E da mesma forma em 1995, para que a coisa saísse, porque a Lei tinha sido promulgada pelo Fernando Henrique Cardoso, mas não havia nenhuma garantia de que aquilo ali realmente ia acontecer. Uma das ações feitas, foi a minha mãe que organizou até o evento na UNICAMP, que chama-se Revolução Possível, para exatamente que aquele debate não morresse. Então, foram às organizações dos direitos humanos, foram os familiares e tal. E eu fiquei a cargo, porque afinal das contas era a minha mãe, "Filhinha, você quer mesmo fazer a questão dos filhos?" Eu achei legal, mas eu fiquei pensando assim o que fazer. Porque, quer dizer, na verdade, eu não tinha muito o que dizer. Eu tinha as minhas memórias. Quem tinha o que dizer eram o meu pai e a minha mãe.

### E foi aí que eu falei com a Maria Oliveira que é outro caso como o caso da Priscila e do André Arantes. A Maria Oliveira era da minha turma, a gente já tinha passado férias juntas com a turma na Bahia. Todo mundo dizia "Olha, ela é filha da Eleonora". E acho que a Eleonora também, "Olha, acho que ela é filha da Maria Lígia". Mas a Maria e, acho que a gente nem tocou no assunto. A gente ia assim, tipo, turma de amigo mesmo. E engraçado é que os amigos – eu já contei essa história, mas eu vou repetir para quem não viu – que os amigos, viam as duas juntas assim, na esperança de que a gente fosse falar alguma coisa assim dos pais, e as duas mudas. Porque essas coisas de clandestinidade, de sigilo, elas colam. Não é assim que se sai abrindo. Não existe isso.

### Mas, enfim, nisso eu falei com a Maria porque a Maria trabalhava efetivamente com cinema. Ela trabalhava até como assistente de direção. E aí, a gente falou, "Não. Vamos gravar uns depoimentos e vamos editar esses depoimentos para, quem sabe, juntando às experiências a gente conseguisse passar para as pessoas da plateia, algo que fosse mais ou menos comum.

### Porque a verdade é que todo mundo tinha a memória de infância. A Maria não ia sentar lá para falar da avó dela duas horas. Ia ser um negócio muito estranho. Eu também não ia falar da minha história. Quer dizer, agora vocês estão com paciência para me ouvir. Mas a gente queria fazer algo que fosse mais efetivo. Que fosse... E aí com isso fizemos um. Mas aí assim, vamos tentar entender qual é a nossa experiência.

### Ao fazer isso, nós fizemos uma anamnese. Ou seja, nós tentamos descobrir o que era específico da nossa experiência sendo a Maria filha de guerrilheiros presos e eu filha de um cara que tinha sido assassinado.

### A pessoa da Comissão de Familiares, Amelinha, que está aqui presente nos ajudou e a Crimeia também a entrar em contato com os filhos. Tanto é que foi o Joca, filho da Crimeia, os filhos da Amelinha, a família Lucena. Quem pode ir, apareceu porque também a gente tinha tudo emprestado, era câmara emprestada, era sala emprestada – estúdio na verdade – e aí a gente fez um filme pensando nisso. A gente fez um fundo neutro, preto e branco para que se uniformizasse o máximo a imagem e a gente conseguisse gerar, anulando as diferenças estéticas, o tipo físico, a cor da roupa, os cenários, se a gente fosse gravar na casa da pessoa. A gente quis anular a diferença para separar apenas aquilo que seria uma soma de uma experiência comum, que retratasse essa experiência comum. E aí saíram os 15 Filhos, o filme.

### E na verdade, Os 15 Filhos foi legal porque ele foi à primeira etapa. Eu comecei falando aqui para vocês o que a dor, o trauma, o buraco. Mas Os 15 Filhos foi o primeiro momento para descobrir quem a gente era porque, na verdade, eu não sabia quem... Eu digo, eu não sabia quem a gente era. Eu sabia o que eu era, mas também não sabia. Se aquilo que eu tinha vivido era porque eu sou assim, ou se porque a história foi daquele jeito.

### É muito difícil quando se é criança separar o que da sua índole, porque tem gente que é tímida. Tem gente que é bom aluno. Você não é tímido e bom aluno porque o teu pai morreu na tortura, entendeu?

### Quer dizer, onde era a minha identidade? Onde estava eu e onde estava a história? O que era meu e o que era da história? O 15 Filhos ajudou. Eu acho que foi o primeiro passo para mim e acho que para quem participou, para quem assiste que não participou, para tentar entender que a gente, apesar de não sermos ativo na história – quer dizer, a gente era filho – a gente tem um legado difícil de administrar porque ele independe da nossa escolha. E porque ele independe da nossa escolha, e porque ele nos é dado é mais complicado de separar aquilo que você seria se não fosse por isso do que você seria tendo sido assim. Não sei se isso ficou claro, mas enfim.

### É difícil, mas de onde você vai criar uma identidade aí? E aí depois dos 15 Filhos, na verdade, foi um tremendo alívio. Eu acho que, pelo menos para mim, toda vez que eu assisto o filme, é uma sensação de alegria e alívio porque eu sinto que é uma angustia a menos, entendeu? "Ok, eu não estou mais sozinha. Eu faço parte desse grupo. Essa é a minha turma". E vocês lembram não é, Telma? Gente ficou tão feliz juntos, só sorridentes ali. Mas é verdade, a gente deu um alívio assim, "Ufa", "Não estou sozinho", "O pesadelo acabou". Pelo menos a gente tem os amiguinhos assim. Não sou o único ET. Tem vários ETzinhos espalhados por ai. Mas é verdade.

### Mas é um processo, e como todo processo, é lento. Ou se nem todo processo é lento, esse em todo caso foi. Eu acho que sobrou. Na verdade, eu acho que em mim, o que sobrou e, enfim, e vamos dizer que eu faço análise desde os 18 anos de idade, e já estou com 49. Ou seja, lá se vão 31 anos de terapia para descobrir que eu tenho uma dor e um grau de violência dentro de mim que eu não consigo processar e que eu dificilmente entendo qual é. Porque, na verdade, o que eu sinto é que... E aí é difícil realmente assim precisar o quanto disso é meu e o quanto disso deriva da história.

### Mas eu tendo a crer que a sensação de quando você é um perseguido pelo Governo e quando você está em uma situação de fragilidade; e que tem algo muito maior; e você não tem um pai e que tudo ali te persegue, te complica; e é uma situação muito difícil, uma das sequelas que eu sinto em mim é eu acho que é a violência. Assim, o que eu guardei dessa violência. O que eu guardei dessa porque a verdade é que – aí, isso eu até tiro da minha índole – eu não sou uma pessoa passiva. Eu sou muito reativa como natureza. Então, engoli toda, acontece que, às vezes, ela sai. É difícil de engolir. Muito difícil de engolir e, de fato, eu não engoli. Ela está aí ainda. Não digeri. Se engoli, não digeri. Então, eu sinto que eu vejo isso na minha família, eu vejo isso com as minhas filhas. E aí é curioso porque, antes, foi necessário fazer um filme, passar por um processo coletivo para entender que havia uma identidade de grupo.

### Mas o que me traz agora para esse novo patamar da dor, eu vejo em minha casa com as minhas filhas. Pelo olhar delas, eu entendo a minha dor e a minha tristeza e o meu grau de explosão pessoal, sabe? Tanto é que eu coloquei as minhas filhas, de fato, eu as convenci. Acho que não precisou muito para convencê-las a entrar na clínica de testemunhos. Não é possível, tem uma história aí. Tem uma história. E aí, inclusive, o que eu queria muito é que elas fossem assistir os depoimentos de grupo para entender e para ver os outros falarem porque eu também preciso do olhar delas para eu me entender.

### E na verdade eu estou nesse momento. Agora, o que eu tenho para dizer, eu acho que outro dia a minha filha me veio com um livro, uma biografia, acho que era o Luiz Gama. Quem é o poeta negro? Acho que era o Luiz Gama?

### O SR. IVAN SEIXAS – Era advogado.

### A SRA MARTA NELI – Mas quem é o poeta? Ele era advogado e era poeta também. Não era o Castro Alves. Eu acho que era alguma coisa Gama.

### O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele escreveu poemas também.

### A SRA MARTA NELI – Ele escreveu poemas também. Além de ser advogado... é o Luiz Gama.

### E Aí é interessante porque minha filha mostrou isso essa semana. E ela mesma tinha concluído. Ela falou, "Mãe, olha que coisa".

### Na biografia de Luiz Gama, consta o seguinte, que a mãe do Luiz Gama era pagã. Ou seja, ela era africana, de religião africana. Ela tinha se recusado a ser batizada. E o Luiz Gama nunca mais viu a mãe porque ela foi presa numa, enfim, um bando de malungo desordeiros. Na verdade, eles estavam fazendo um ritual de candomblé. Foram todos presos e desapareceram em 1800 e alguma coisa. Na verdade, desaparecido político nesse país tem faz tempo.

### Agora, assim como Luiz Gama foi ser advogado e superou aquela dor toda, ainda por cima negro no Brasil naquela época. Se hoje j não é fácil, imagina naquele tempo então. Mas eu acho que assim... porque estou falando da questão da violência? Porque eu acho que isso não é um detalhe. A nossa violência brasileira, para nossa sociedade, isso não é um detalhe. A carga de violência a cada geração, que tem desaparecido, que tem repressão, que tem esse Estado horroroso, por um lado horroroso, não é sempre, entendeu? Não é. Mas que tem essa polícia normativa que desaparece some e tortura com as pessoas e é irrefreável e, ao mesmo tempo, o policial também, se ele é negro, ele também foi um filho, um neto de escravo.

### Então, essa violência, ela está aí. E é por isso que eu acho que vale a pena falar disso para vocês. Porque se eu não visse em mim essa violência... Agora, não só sou obrigada a me deparar com ela, ainda que só a tenha conseguido ver recentemente, conforme eu digo para todas as minhas filhas – porque também eu achava que isso era normal –, na verdade, aparentemente, é traumático para elas, entendeu?

### Agora, isso para uma sociedade, quanta gente a gente não está engolindo? Eu acho que é algo que merece ser olhando, realmente merece ser olhado. E eu acho que eu tenho, acho que isso, eu estou nesse ponto. A próxima etapa, eu corro para mais dez anos de análise.

### A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Qual a idade das suas filhas?

### A SRA MARTA NELI – As minhas filhas têm 22 e 15 anos. São grandes já. Bom, então, eu terminei. Se alguém mais quiser.

### O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você pode ficar mais um pouco?

### A SRA MARTA NELI – Posso. Claro!

### O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então está bom. Vamos completar a mesa aqui.

### A SRA – Vamos primeiro fazer a apresentação e depois.

### A SRA VIVIAN MENDES – Boa tarde a todos e a todas. Sou assessora da Comissão da Verdade de São Paulo. Antes da gente montar a mesa, a gente vai ver um pequeno memorial sobre a família Lucena, resgatar um pouco dessa história, para contextualizar. Aí tem um foto de Antônio Raymundo de Lucena e da nossa querida companheira Damaris, que está com a gente no plenário.

### Antônio Raymundo de Lucena nasceu em 11 de setembro de 1922 em Colinas, no Maranhão, começou a trabalhar como agricultor aos sete anos, aos 18 foi trabalhar no campo na agricultura de Colinas dentro de propriedade do Governo. Lá ele virou mecânico.

### Trabalhou na indústria têxtil no Ceará e 1950 foi para São Paulo trabalhar na indústria Jafet, mesmo ano em que integrou o Sindicado dos Metalúrgicos.

### Damaris de Oliveira Lucena nasceu em 22 de agosto de 1925 em Codó no Maranhão. De família humilde, começou sua vida laboral aos sete anos como agricultora na lavoura maranhense onde permaneceu até os 16 anos.

### Também trabalhou na Indústria Têxtil ainda no Maranhão e depois migrou São Paulo em 1950, onde o marido Antônio já havia preparado as condições para a chegada da família e juntou-se a ele como operaria na mesma indústria.

Damaris juntou-se ao Sindicato dos Têxteis em 1950 onde virou delegada sindical. Participou do Congresso de Mulheres Operárias realizado no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1956 embora fosse autorizada pelo encarregado da fábrica a viajar, foi demitida na volta. Seu nome havia sido incluído na lista negra do sindicato, por isso não conseguia mais colocação como operária no setor. Foi através dessa colocação que Damaris se ligou aos comunistas e passou a militar no Partido. Como não conseguia mais emprego começou a trabalhar como empregada doméstica. E continuava a sua militância junto aos operários e foi presa em 1958 por isso. Antonio aposentou-se por invalidez em 1963 e começou a trabalhar em um Box na feira consertando panelas e vendendo miudezas com Damaris, o filho mais velho Ariston e seu sogro Daniel.

Damaris e Antonio trabalharam ali até entrarem para a clandestinidade. Em 1967 Damaris pediu afastamento do Partido Comunista e no fim do ano ingressou na VPR. Com a prisão de vários militantes entraram na clandestinidade em 1969.

No dia 20 de fevereiro de 1970 membros da Força Pública bateram na porta dos Lucena em Atibaia em São Paulo perguntando por uma determinada pessoa pelo primeiro nome. Damaris avisou Antonio sobre o efetivo de 14 policiais que se encontravam na porta da casa. Doutor, que era como era chamado o Antonio de Lucena, se apoderou de muitas das armas que estavam lá guardadas e iniciou combate, sendo posteriormente morto com um tiro na cabeça. A casa dos Lucena era um centro estratégico onde se guardava todo o material bélico da VPR.

Damaris foi presa e barbaramente torturada na Oban. Seus filhos foram levados ao Juizado de Menores, nessa mesma ligação sem nenhum fato de ligação com o outro, caiu Shizuo Ozawa, conhecido como Mario Japa, militante importante que tinha estado com outros companheiros, inclusive com o seu filho Ariston no campo de treinamento de guerrilha rural da VPR, no Vale do Ribeira, o que motivou uma ação de emergência por parte da motivação. O Comandante Lamarca conhecido como Cid solicitou que se fizesse o sequestro do Cônsul Japonês Nobuo Okuchi em São Paulo, o que foi realizado no dia 11 de março de 1970, pela libertação de cinco militantes presos em troca da libertação do diplomata. Assim foram banidos do território nacional Shizuo Ozawa, Madre Marina Borges da Silveira, Diógenes José de Carvalho de Oliveira, Otavio Ângelo e Damaris de Oliveira Lucena, conforme o Decreto 68.319 de 14 de março de 1970. Damaris seguiu com os três filhos menores. Os gêmeos Adilson Oliveira Lucena e Denise Oliveira Lucena de nove anos e Ângela Telma Oliveira Lucena de três anos e meio para o México, onde ficou nove dias. Recebeu então o convite do Comandante Fidel Castro para viver em Cuba. Um avião do Governo Cubano estava a sua espera. Damaris chegou a Cuba e foi internada por vários meses para tratar das torturas sofridas nos cárceres brasileiros. No exterior viveu e criou seus filhos com a inestimada ajuda do Governo Cubano. Damaris voltou ao Brasil em fevereiro de 1980 onde seu filho Ariston tinha permanecido preso por nove anos. Só então pode reunir novamente a família. Aí tem algumas fotos que a família forneceu para nós. Aí tem uma foto de uma passeata em 63 com a participação do Antonio e da Damaris, e aí no detalhe tem os dois no meio da multidão, para garantir que eles estavam lá mesmo. Não sei se eles querem explicar essas fotos, porque tem algumas imagens de jornais, se eles quiserem...

**A SRA. TELMA LUCENA –** Oi. Boa tarde. Eu sou a Telma Lucena. Esses são os cartazes de procurados. Aqui constam as fotos do meu pai. A minha mãe ainda não era reconhecida como terrorista. Ela tinha uma atividade. Meu pai é esse daqui, aqui também, esse outro cartaz de procurado. E aí foi o momento que eles caíram na clandestinidade. Essas fotos foram fornecidas recentemente por um jornalista que esteve no arquivo do Estado e conseguiu resgatar esses jornais para a gente. Essa foto foi feita no Dops um pouco antes de a gente sair no sequestro. Eu sou essa pequenininha do meio, o Adilson e a Denise. Esse é o Ariston quando foi preso. O Ariston tinha 17 anos nessa foto. Aqui é o Ariston no Barro Branco, esse com a bolinha amarela no rosto. Essa daqui foi à foto da nossa saída do Brasil. aqui estão todos os companheiros. Madre Maurina, Diógenes, Otávio, Damaris, Denise, Damaris, Shizu, Otavio, Telma, Yukito, aqui o Adilson, Denise, Otavio, Madre Maurina, Shizu, Diógenes, Damaris, eu essa pequenininha. Essa foto aqui tem uma história curiosa, no meio de todo o turbilhão das tragédias tem uma coisa curiosa que acontece. Se vocês olharem as fotos da Damaris vocês vão ver que a saia é muito curtinha, quase uma minissaia, o que era muito curioso para uma pessoa que estava saindo da cadeia, sair de minissaia. E na verdade, essa roupa foi emprestada por uma companheira que tinha estado presa com ela, a Eliana Rolemberg. Ela emprestou a roupa para a minha mãe porque a minha mãe não tinha roupa. Ela emprestou essa saia marrom e essa blusinha e tinha um detalhe engraçado porque não tinha calcinha. E a minha mãe diz que morria de medo de cair no meio da multidão sem calcinha. Ela falou: "Não tinha. Fazer o quê? Foi à roupa que eu consegui". É por isso que a saia é bem curtinha. E ela guardou essa roupa anos e anos da vida dela porque lembrava aquele momento em que ela conseguiu sair para a liberdade.

Essa foi também foi à foto do México. Aqui é o Adilson, a Damaris eu a Denise e os jornalistas Mexicanos.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Estava fazendo frio?

**A SRA TELMA LUCENA** – Estava. Estou até de toquinha. Não sei de onde saiu essa toquinha, mas... Aqui também essa foto é do México. Madre Maurina, Damaris e eu com uma carinha de choro, a Denise, o Adilson, o Diógenes e Otávio Ângelo.

E essa daqui foi um momento que nós chegamos à Cuba. Por isso estamos com essas carinhas de contentes. O Kito raquítico, coitado, parecia um retirante da seca. Tinha passado tanta fome o pobrezinho, estava magro. Acho que foi a primeira vez que ele sorriu naquele tempo.

A Denise e eu, essa pequenininha com cara de danadinha. Três anos e meio. Essa foto tem uma coisa muito curiosa. Aqui está o Honestinho, a Zuleide e eu. Essa foto foi na frente à igreja da Quinta Avenida de Havana. Os companheiros tinham acabado de chegar do Brasil e queriam ver os 'terroristinhas' que estavam em Cuba.

Chamaram a gente, estou com cara de sono. A gente tinha acabado de acordar, bem pequenininha assim de camisetinha e eles fizeram essa foto. Essa foto foi recuperada um tempo desses. A Zuleide tinha guardado e forneceu essa foto.

A Ñasaindy, aqui bem pequenininha em Cuba, junto comigo, em 1971. A Ñasaindy já era bem grandinha, maiorzinha que eu. Mas sempre chorona. Ela era muito choroninha. Aí vocês veem na foto que ela está muito choroninha. Aí vocês veem na foto que foi em 74 com um amigo nosso, a Ñasaindy, essa amiga que chamava-se Mimi e eu. Pronto.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos lá então. A Marta está lá fora. Vamos lá. Telma Lucena, Denise Lucena, Adilson Lucena, Ñasaindy Barrett de Araujo. Vamos tentar dividir um pouco de cada lado. Vocês põem as plaquinhas de identificação, por favor.

Ivan Seixas com a palavra.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Vou ler a carta do Ariston Lucena, que ele não pode vir porque passou por uma cirurgia e ele me pediu para a gente ler uma carta dele, é uma mensagem para os presentes que diz o seguinte: ‘meu nome é Ariston de Oliveira Lucena, nascido em 06/10/51 em São Paulo, sou filho de Damaris Oliveira Lucena, e Antonio Raimundo de Lucena. Ambos líderes sindicais desde a década de 50 e ativistas políticos da VPR. Damaris foi têxtil e Antonio metalúrgico. Comecei minha militância muito cedo, pois minha casa era um local de reuniões da organização. Decidi sair de casa aos 17 anos para me juntar aos companheiros da VPR. Não sabia que o meu destino seria o Vale do Ribeira sob o comando do Capitão Carlos Lamarca, os meus pais disseram que eu era muito jovem para assumir aquela luta. Respondi que esse era o meu desejo e que minha ideologia tinha sido forjada com o exemplo dele dentro de casa. Fui para o Vale no dia sete de janeiro onde permaneci até o dia 31 de maio de 1970. Soube da morte do meu pai e da prisão da minha mãe pelo rádio. Fiquei transtornado e quis vir para São Paulo, mas Lamarca me conteve. Fiquei no treinamento de guerrilha por quatro meses feito no Vale do Ribeira. Escapamos de um cerco policial feito pelo Coronel Erasmo Dias ao Vale do Ribeira. Saímos dirigindo um caminhão do Exército que nos trouxe para São Paulo onde nos dispersamos. Cada um tomou um rumo diferente, ignorado pelo outro. Fui preso no dia 20 de agosto de 1970 em uma batida policial de rua no bairro de Vila Mariana. Levado para uma delegacia do mesmo bairro fui espancado pelos policiais de serviço. Isso ocorreu em uma quinta feira. Permaneci na cela até segunda-feira pela manhã quando fui transferido para o Dops. Lá chegando fui encaminhado para uma sala de tortura onde o escrivão Samuel Pereira Borba, o Samuca e outro policial que não sei identificar começara a me torturar com choques elétricos por todo o corpo. Estava pendurado pelo pau de arara. Fui torturado por algum tempo, mas não sei precisar a quantidade de horas. Quando me tiraram do pau de arara não podia andar, contudo, mesmo assim saíram em diligencia comigo por São Paulo para cobrir pontos com companheiros da minha organização, a polícia não conseguiu nada, pois eu já me encontrava preso fazia vários dias. Os meus companheiros já sabiam da minha prisão. Quero esclarecer que no dia em que fui preso eu estava junto com o companheiro que conseguiu fugir. Na quinta feira fui levado para a Operação Bandeirante pelo Capitão do Exército Mauricio Lopes Lima. Fui direto para a sala de torturas e prontamente colocado na cadeira do dragão. Comecei a ser torturado novamente pelo Capitão Benoni de Arruda Albernaz e por outros policiais e militares da Oban. Aos poucos fui sendo destrocado pelas sevícias. Passei dois meses na Oban. Fui massacrado pelas equipes de policiais e militares da Oban. O comandante desse órgão era o Tenente Coronel Valdir Coelho que ordenava as torturas aos presos políticos. Havia outros torturadores, então, Homero Cesar Machado, Pedro Mira Gracieri, também conhecido como Tenente Ramiro, que possuía uma âncora tatuada no braço. Dalmo Lucio Muniz Cirilo, entre outros torturadores. Certo dia apareceu um homem me inquirindo. Disse que se fosse à auditoria para audiência e se confessasse o que estava acontecendo na Oban pagaria as consequências. Eu disse que faria isso mesmo. Exatamente isso. Ele me ameaçou dizendo que eu iria ver o que é bom. Qual não foi a minha surpresa quando fui prestar depoimento na auditoria o referido Senhor que havia me insultado era o Procurador da Justiça Militar. Senhor Durval Airton Moura Araujo que funcionou como acusador dos militares. Em meados de outubro de 1970 fui levado de helicóptero para o Vale do Ribeira pelo Coronel Antonio Erasmo Dias para fazer a Constituição de nossa fuga. Lá chegando, Erasmo ameaçou me jogar do helicóptero se eu não contasse o que ameaçou a prisão de outros companheiros meus. Colocou-me na cova onde havia sido executado o Tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Junior em maio de 1970, Erasmo Dias simulou o fuzilamento disparando rajadas de uma metralhadora Thompson ao redor do meu corpo para me intimidar. Aliás, o Coronel assumiu esse episódio em declarações feitas no jornal Folha da Tarde. Fui condenado a (ininteligível). Quero reafirmar que não me arrependo do que fiz. Sinto muito orgulho por pegar em armas para lutar contra a ditadura instaurada no Brasil. essa convivência foi adquirida no convívio com os meus pais, Antonio de Oliveira Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Meus velhos, apesar de terem baixo nível de escolarização tinham uma profunda consciência de classes. Conheciam profundamente as mazelas da sociedade onde pobres, negros e desvalidos são as maiores vítimas do capitalismo nacional e internacional. Minha família não possui riquezas materiais, mas é detentora de um excelente capital intelectual que é plena consciência dos problemas desse país. Fizemos a opção pelo povo e identificar e fazer valer os seus direitos. Agradecemos ao Deputado Adriano Diogo e a Comissão Estadual da Verdade a oportunidade de contar a minha história. Assinado, Ariston de Oliveira Lucena. São Paulo nove de maio de 2013.

**O SR. ADILSON LUCENA –** Eu gostei muito da Amelinha ter trazido a Damaris. Já dá um frisson. Adilson Lucena. Eu também agradeço a essa Comissão Verdade e, aliás, muito apropriada o nome. E eu acho que, de certa forma, essa infância roubada que nós tivemos, por conta da Ditadura, nós começamos a recuperar em Cuba e, com a ajuda da Damaris, que foi esse muro poderoso. Apesar de que ela não estava muito bem de saúde na época em a gente saiu da cadeia. Ela nos ajudou muito a superar essa nossa infância roubada. E, principalmente, eu quero fazer um agradecimento à Revolução Cubana, que foi a pátria de muitos brasileiros e a casa de muitos brasileiros que aqui estiveram.

Agora, há pouco estávamos conversando com a Dorinha que todos nós éramos pequenininhos. A gente começa a relembrar aquelas etapas nossas em Cuba, e me lembro também que, em Cuba, inclusive, nós chegamos a instituir, com a ajuda dos cubanos, uma escolinha onde a gente aprendia Português, História do Brasil, Geografia. Acho que até conseguiram uns discos. A gente cantava o hino do Brasil e comemorávamos o sete de Setembro no ICAP. Os cubanos sempre lutaram para que os nossos pais não deixasse a gente esquecer o nosso idioma pátrio. E nunca faltava nossas comemorações pátrias e nos reuníamos para cantar as nossas músicas. E lá tinha aquela escolinha. Estavam eu, Telma, Honestino, todos nós.

Então, acho que o meu agradecimento profundo à Revolução Cubana. Eu me lembro que o grande herói da Revolução Cubana, das lutas pela Independência e Cuba, José Martí dizia que ele queria colocar na Constituição de Cuba quando triunfasse a luta contra o colonialismo espanhol, que alei primeira da República fosse à dignidade do homem, a dignidade plena do homem. E isso nós encontramos em Cuba. O eixo principal daquela sociedade é a dignidade plena do homem. Onde os homens, realmente, o ser humano – Eu fico tremendo. Eu fico um pouco nervoso – a tônica daquela sociedade é o ser humano. Então, todos nós que passamos por lá nos tornamos marxista porque Marx é uma ferramenta para a gente entender o que acontece nessa sociedade. Mas acho que, com certeza, nos tornamos martianos.

Quem aqui não escutou a guantanamera com os versos de Martí? Então, todos nós saíamos de lá amantes do Martí. E aprendemos esse sentido da dignidade em Cuba, de valorizar o ser humano em primeiro lugar. A respeito da nossa vida, não guardo mágoas. Todos nós somos pessoas muito alegres e eu principalmente. Atualmente, eu agradeço a Cuba porque sou professor de Espanhol. Cuba também me deu um idioma, me deu a cultura. Eu gosto muito de botar os meus amigos para cantar e bailar também porque eles adoram. Há uns tempos atrás eu ia muito na casa da Amelinha para a gente dançar nos bares dos cubanos. Vamos retomar de novo.

Agradecemos muito, aprendemos muito da cultura cubana, aprendemos muito do Brasil em Cuba. Os cubanos sempre tiveram essa preocupação. E a respeito da nossa vida na clandestinidade, eu lembro das muitas mudanças de casa quando os meus pais entraram na clandestinidade, nós tínhamos que... praticamente saímos de São João Clima, onde era nossa casa, e fomos morar em outros lugares. E sempre aquela agitação, muitas reuniões de casa, (ininteligível) por onde a gente passou. Depois na (ininteligível) parece que um companheiro tinha caído nas mãos da Repressão e tivemos que sair correndo (ininteligível) praticamente com a casa cheia das coisas da Organização. Estivemos em Santos, estivemos em Embu Guaçu, e outros lugares, até que a gente foi parar em Atibaia e, como a gente não conseguia mais frequentar a escola por conta dessa clandestinidade, a Damaris estava nos alfabetizando em casa no dia em que a casa foi cercada. E foi uma coisa muito rápida. Era uma tropa de milicianos. Muito nervosismo. Todo mundo sabe o que acontecia com os militantes quando caíam na mão da polícia. E o meu pai é de origem nordestina. Ele disse: "Nunca vou me deixar pegar vivo!" E, de fato, aconteceu. Houve um tiroteio dentro de casa. Eles entraram dentro da casa. Acho que eu fui o primeiro a sair da casa quando cessou o tiroteio. E quando eu saí, ele estava sentado ao lado do tanque. Acho que ele já estava praticamente quase morto. Estava sem camisa. Tinha tomado muitos tiros. E eu fiquei desesperado, enlouquecido. Eu entrei, acho que a Telma também saiu com a Denise. A minha mãe saiu com a Telma na mão. Depois entramos de novo e aí se gerou aquele impasse dentro de casa porque eles nos encurralaram em um canto da cama. Uns achavam que deviam matar a gente ali mesmo. Outros, "Não. Vamos esperar, vamos aguardar", e ficava aquele impasse, aquela tortura em cima da gente com as armas apontadas. Talvez, pelo fato de querer tirar informação do que estava acontecendo, naquele momento foi poupada a nossa vida.

Depois me lembro que o fato ocorreu à tarde, quando nós saímos lá da casa, a região estava toda cercada de soldados do Exército. O Jardim das Cerejeiras – eu nunca tinha visto tantos soldados em minha vida. Inclusive, o caminho que nos levava até a saída, a estrada principal, eles postaram soldados. Isso a cada dez metros tinham soldados do Exército. De lá, nós fomos levados para a Delegacia de Atibaia. Me parece que o fato se tornou público e, quando chegamos à delegacia, tinham milhares de pessoas na porta da delegacia para ver a gente, como se fossemos selenitas. Ficamos na delegacia até à noite até que nos tiraram da delegacia. Posteriormente, ficamos sabendo que a Damaris começou a ser torturada ali mesmo na delegacia. Nós fomos levados para um orfanato que chamava Largas Mariquinhas. Mariquinha Lopes. E lá nós permanecemos uma etapa da nossa prisão. E de vez em quando, acho que umas duas ou três vezes, a polícia vem me buscar para me levar na casa novamente e aquilo era massacrante para mim. Imagine vocês, eu tinha estado ali uma pequena parte da minha infância e chego lá e vejo toda a casa revirada. Ainda, estava possa de sangue do meu pai ali. E ele queriam que eu desse conta de um buraco de lixo que nós tínhamos num canto da casa. E eles consideravam que talvez tivessem armas ali e eles me bateram com a bainha de facão do meu pai para eu contar o que tinha naquele buraco. Como eu não sabia, eu chorei e acho que, talvez, eles deixaram de lado porque pensaram que eu, de fato, não sabia de alguma coisa do que havia naquele local. Posteriormente, nós fomos tirados de lá desse orfanato, pelo Capitão Maurício, e fomos levados para São Paulo. Eu lembro que nós percorremos várias instituições religiosas e eu via que as irmãs acenavam com a cabeça negativamente. Eles queriam nos deixar naquelas instituições e as irmãs não queriam que a gente estivesse lá. E eu escutava que nós éramos filhos de terroristas. Então, em vários lugares, realmente, não fomos admitidos. Até que eles nos levaram para um Juizado de Menor que fica em Atibaia que fica na Celso Garcia, que me deu muita má impressão porque, quando eu cheguei lá de noite, as crianças dormiam três crianças em cada cama. Imaginem o choque que eu tomei com aquilo. E lá permanecemos durante toda a prisão. Aqueles castigos constantes. Às vezes, a gente ficava na sala que estávamos assistindo TV, tínhamos que ficar com a cabeça para baixo sem poder assistir à TV. Imagine uma criança que gosta de ver TV não poder ver as coisas que gosta. Então, foi realmente muito massacrante naquele Juizado. Eu lembro que o nome da Diretora acho que era Valquíria. O Samuel, inclusive, passou por lá e ele me falou que era Valquíria o nome da Diretora da instituição.

Até que um belo dia Valquíria foi nos buscar, nos banhou e nos vestiu uma roupa mais ou menos e disse que a gente ia sair, ia para lá para sair do país. E fomos em direção ao DOPS e, pela primeira vez em 20 e tantos dias de cativeiro, nós vimos a Damaris. Estava magra a coitada. E macabra. Acho que a Telma nem reconheceu a Damaris de tão magra que ela estava. Estava com essa roupa que vocês viram aí na foto. E entramos no ônibus. Uma escolta muito grande. Os companheiros que sair naquele sequestro e fomos em direção do aeroporto. Acho que era Congonhas. Quando nós subimos o avião e estava lá o Mario Japa sentado. Anos depois nós ficamos sabendo que eles entraram ele escondido por trás do avião porque ele não conseguia andar porque tinha sido muito torturado. Entrou carregado no avião, não conseguia... estava sem articulação nas pernas. Foi barbaramente torturado e que foi talvez uma das razões principais daquela ação do Sequestro do Nobuo Okushi. E aí tinha outros companheiros também – a Madre, o Diógenes, o Otávio Ângelo.

E eu lembro que, também, no avião, foram 10 policiais da Polícia Federal para gerir, para o México. E eles queriam, inclusive, algemar Damaris e ela fez o maior escarcéu, porque imagine: tinha a menininha pequena e eles queriam algemá-la. E aí ela já brigou com eles dentro do avião que "não vai acontecer" até que enfim eles acabaram não algemando você. Nós chegamos no México. Imagina aquela movimentação da imprensa internacional por conta. Houve uma briga dos policiais brasileiros, inclusive uma pancadaria por conta que a gente queria descer do avião e estava à imprensa e a Polícia Federal não queria. Até que enfim, nós acabamos descendo do avião e fomos para a imprensa, às entrevistas. A Damaris deu as primeiras declarações delas, que, aliás, foram muito importantes porque acabou salvando a vida da Eliana Rosenberg, que ela denunciou para a imprensa internacional que a companheira estava sendo muito torturada. De lá do aeroporto, nós fomos para o hotel. Me lembro também como foi solidário aquele moço que cuidava da gente, o comandante. Ele encheu uma sacola...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pode falar no microfone.

**A SRA DAMARIS LUCENA –** Era o comandante do avião. Ele encheu uma cesta de frutas, de doces e disse: "A Senhora leva porque a Senhora não sabe onde a Senhora vai parar com essas crianças pequenas. Então, a Senhora leva isso aqui para eles comerem e a Senhora também". O comandante do avião em que nós viajamos. Não sei que testamento ele tinha. Não sei se era de esquerda, se era humano. Eu sei que ele ficou muito penalizado até ele tá com a Telma no colo na hora de descer. Eu estava tão fraca que não aguentava segurar a menina. Aí ele pegou a menina no colo e me deu a cesta de lanche. "A Senhora leva para a Senhora distribuir para as crianças onde a Senhora estiver porque não sei aonde a Senhora vai". Para mim foi uma ação muito humana, o que o comandante do avião fez para mim.

 **O SR.** – E aí nós fomos para o hotel. Toda aquela movimentação no hotel. E de repente, a minha mãe falou: "Bom, agora estão convidando a gente para ir para Cuba". Imagine. Nós éramos pequenos, mas o significado para ela que lutou toda uma vida por uma sociedade... ser convidada para ir para Cuba.

**A SRA DAMARIS LUCENA –** O Mário Japa, o Shizuo Osawa, foi ao Consulado cubano e lá tinha uma carta do Comandante Fidel Castro oferecendo asilo para mim e as crianças. Que se eu quisesse, eu podia ir para Cuba. E quando ele chegou e me falou foi uma das maiores satisfações da minha vida em receber um convide de um Estadista de um país me convidando. Eu que era uma simples trabalhadora, semianalfabeta, mas para mim foi uma das maiores alegrias que eu tive na minha vida. Eu tive três coisas terríveis na vida quando eu vi meu marido morto e eles com a arma em cima de mim, "Mata ela. Mata os filhos dela", para mim foi uma coisa muito terrível. Muito terrível. Outra vez quando tiraram elas dos meus braços e disseram que iam me matar e matar os meus filhos. Foi muito triste porque quando eu estava presa junto a Dra. Eliana, que inclusive, eu estive com ela esse tempo, ela me agradece muito porque eu salvei a vida dela, e ela chegou à polícia com o Capitão Homero e não sei quem mais com os meus filhos. Quando eu vi os meus filhos – embaixo assim, eu estava em uma janela. Eu vi eles – me deu uma crise tão que quase morro. Teve um momento que eu pensei que eu ia perder o juízo. Eu me disse: "É. Veio torturar os meus filhos para eu ver, e que eu tinha que falar onde estavam os meus companheiros". Para mim foi uma das coisas mais tristes da minha vida de ver os meus filhos serem torturados. Eu falei: "Se torturarem os meus filhos aqui, eu morro".

Eu falei para eles: "Olhem, me matem e matem os meus filhos. Está tudo terminado". Para mim foi muito terrível. Foi um momento duro da minha vida. Eu procuro esquecer, mas, de vez em quando, eu lembro das barbaridades da Ditadura.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Falou a Damaris Lucena. Continua aqui.

**O SR. ADILSON LUCENA –** Bom, eu acho importante dessa nossa dor a gente revelar as novas gerações, aos jovens, aos que não vivenciaram essa etapa a história do Brasil. pobre do povo que deixa esquecer sua memória. Então, eu fiquei muito contente quando vi aquela juventude fazendo aquele escracho na porta dos torturadores porque a gente falou, a nossa causa está garantida, não vai deixar morrer nossa memória. Muitos jovens que não eram nem nascido naquela época, (ininteligível) e aí eles foram rasgar a Constituição e implantaram uma ditadura no Brasil. então, o meu consolo é que a juventude está carregando essas bandeiras e não vai deixar cair nessa memória. E deixar aqui para as novas gerações a memória histórica do país. Então, eu agradeço muito a iniciativa do Adriano Diogo, da Comissão da Verdade Nacional, poderíamos avançar muito mais, mas já avançamos um pouquinho. Uma coisa que nos deixa muito contente, é que aqui está a versão dos pobres e dos oprimidos da terra. Até agora nós tínhamos a versão dos pobres e dos torturadores e estamos aqui para ter a versão do povo, contar a sua história e vamos deixar essa memória para as gerações futuras. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Quem continua?

**A SRA. –** A Denise.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos lá. Dá um microfone para ela. Vamos lá. Denise Lucena.

**A SRA. DENISE OLIVEIRA LUCENA –** Meu nome é Denise Oliveira Lucena. Eu sou gêmea com Adilson Oliveira Lucena. Acho que a maioria das coisas o meu irmão já falou. Mas, foi realmente muito duro para a gente sair daqui em 70, da maneira que foi. Meu pai foi morto na nossa frente. Eu fiquei com muito medo dele. Na hora que eu saí, que ele estava assim caído no chão, eu fiquei com muito medo. E foi uma situação muito difícil para a gente porque a gente só tinha nove anos. Mas passou.

Hoje a gente está em uma democracia. A gente foi para o juizado de menores em São Paulo. A gente foi muito mal tratado. A gente sofreu muito, mas, hoje as coisas mudaram. Então eu acho que a gente tem que resgatar a história desse país e a gente também faz parte da história desse país.

Então é um momento que já passou. E eu não consigo falar mais.

**A SRA. ÑASAINDY BARRETT DE ARAÚJO**  **–** Eu sou Ñasaindy Barrett de Araújo. A minha própria história, que depois eu vou voltar a ela, mas só para explicar, a história que está conectada com todo esse processo histórico brasileiro da ditadura me conectou à família Lucena de uma forma muito forte. Hoje eu sou uma integrante aqui da família Lucena e eu fico muito honrada. É muito emocionante ver meus irmãos falando sobre eles, sobre como foi para eles, porque, como disse você, a Marta, para nós as coisas são muito fortes, muito recentes. As coisas estão, de certa forma, acontecendo agora, e você percebe isso em todos os depoimentos. Que as pessoas estão se conectando, menos frágeis com a própria dor. Após a vivência, a experiência de cada um, de vida, a gente se fortaleceu, foi se fortalecendo, foi se reconhecendo, se encontrando.

Eu sou Ñasaindy Barrett de Araújo. Já fui Ñasaindy de Oliveira Lucena. Eu tinha uma certidão que continha esse nome. Foi com essa certidão que eu vim para o Brasil como filha legítima da Dona Damaris, como se ela tivesse, foi um milagre ter chegado grávida em Cuba.

Desde um ano, aproximadamente com a idade de um ano, eu e a minha mãe fomos morar com a Damaris e os filhos dela, recém-chegados a Cuba, exilados. Com toda a sua dor, que eu imagino que ela devia, naquele momento, carregar, apesar de eu não perceber. Isso é uma coisa importante. Eu acho que todos nós temos...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Com a sua mãe você foi? Qual o nome da sua mãe?

**A SRA. ÑASAINDY BARRETT DE ARAÚJO**  **–** Eu vou chegar lá. Bom, a minha mãe, Soledad Barrett Viedma. Eu sou filha de José Maria Ferreira de Araújo. Os meus pais se conheceram em Cuba. Eu nasci em Cuba e, um ano após o um nascimento, Damaris Oliveira Lucena chegava com sua família em Cuba, no exílio. E foram colocadas a convivência em conjunto, na mesma casa, não só a minha mãe e ela, mas também mais uma outra senhora com as outras crianças.

O meu pai, quando eu tinha um ano e dois meses, saiu de Cuba, veio continuar na guerrilha, militando aqui no Brasil, e dois meses depois ele foi preso, em setembro, foi torturado e morreu em tortura.

Minha mãe, ainda em Cuba, depois de uns quatro meses, mais ou menos, ou seja, em dezembro do mesmo ano, partiu também para dar continuidade à sua militância, e eu permaneci em companhia da Damaris e dos seus filhos, já bem integrada, porque já morávamos há alguns meses.

Então a minha mãe continuou a militância. Isso era fins de 1970. E ela vai falecer em 1973, na Chacina da Chácara São Beto, em Pernambuco, naquele conhecido fato, devido à traição do Cabo Anselmo.

As notícias para nós chegavam assim, morreu, não morreu, desapareceu, foi preso, não foi preso. Ou seja, a gente não tinha uma verdade definitiva. Não tinha corpos. Essa questão do desaparecimento é uma coisa que é bem, para todos, a questão da dúvida. Então, apesar de eu estar permanentemente com a Damaris, e eu fui ficando, a própria condição, já que eu já estava ali, a gente foi ficando, foi ficando, foi ficando. Ela foi me assumindo como filha, eu fui assumindo ela como mãe, eles como os meus irmãos. Essa afetividade foi se compondo e se fortalecendo, e meus pais nunca voltaram.

Ao mesmo tempo, de alguma forma, eu não lembro exatamente os fatos, mas a própria condição de criança em Cuba com os outros exilados, as outras crianças, eu sabia que tinha alguma coisa diferente. Ou seja, que, a própria Damaris ela me lembra que, de alguma forma ela sempre dizia quem eram os maus pais, tudo. Mas eu me lembro que teve um momento que isso ficou um pouco mais visível, que foi com 10 anos, quando alguém, o Xavier, fez uma quadro que tinha umas fotos dos meus familiares. Acho que foi ali que eu tomei uma consciência assim da pera dos meus pais. E a partir daí eu comecei a sofrer isso com mais força. E também, ao mesmo tempo, desejar saber quem eram eles, como eles eram, onde eles estavam, se estavam vivos ou mortos. Mas, mesmo assim sempre estive muito acolhida com a Damaris, com os irmãos. É a minha família. Para que lado eu vou? Diga amigo. Porque é tanta história.

Mas, assim, são as tragédias que também nos colocam em situações que você não poderia imaginar melhores, se você for ver bem. Você falou, a questão da família, como seria? Eu não tinha um sonho. Como seria se eu tivesse pai ou mãe, não sei o que. Eu até questionei isso, mas eu tenho uma mãe. É uma coisa que aconteceu, que se deu por meio, inclusive, por motivo dessas tragédias. De ter perdido meus pais, eles nunca terem voltado. E aí hoje eu continuo convivendo com a minha família, com a Damaris, cada vez mais fortalecendo os nossos laços, que não são fáceis, porque foram muito polêmicos em algumas situações. Como você querer assumir o nome dos seus pais e, ao mesmo tempo, não rejeitar o nome da sua mãe que, ou pelo menos ela saber que não é essa a intenção. Você recuperar a sua identidade não quer dizer que você vai abrir mão de uma identidade que você construiu junto, ao lado dela, como família. Então são coisas que o tempo todo estavam muito presentes.

Eu tenho 44 anos hoje. Devido a todas as dificuldades com a nossa chegada no Brasil, em 1980, inclusive a Damaris precisou estirar por mais um ano a permanência dela no exílio, justamente porque não tinha uma solução muito definitiva para o meu caso. Foi uma situação complexa. Eu não era filha legítima, mas também não tinha como dizer que não era filha. Não tinha como abandonar, eu queria ficar com ela, tinha toda uma história.

Bom, no final das contas consegui vir para o Brasil. Para mim foi um choque. Para quem viveu em Cuba e conhecia a dignidade Martiniana e a ética do respeito ao ser humano. Para quem compreendia alguns valores da vida, da igualdade, da solidariedade. Sair de Cuba e encontrar, antes até tinha no Brasil, no próprio Panamá, eu lembro que foi a primeira vez que eu vi um mendigo. Eu nunca tinha visto isso. A gente ficou alguns dias ali e uma certa negligência do povo, das pessoas. Você estava em um país que a língua era castelhana. E eu lembro que ficou marcado porque todo mundo só falava inglês. E eu falava, gente, onde é que o pessoal fala espanhol aqui. E tinha toda uma situação. Tudo isso foi... E depois, quando e cheguei no Brasil que eu caí na real mesmo do que era ter saído de Cuba, aí foi bem complicado.

Resumindo, são 30 e tantos anos de uma terapia autodidata, feita á base da experiência, de um auto reconhecimento, conhecimento. Eu tenho quatro filhos. Os próprios filhos fazem a gente refletir muitas coisas. Fazem a gente se sentir criança. E eu tenho muito orgulho de ser filha de Soledad Barrett Viedma, de José Maria Ferreira de Araújo, e de Damaris Oliveira Lucena. De ter meus irmãos, até o (ininteligível). Fiquei emocionada ouvindo ele falar. Nunca tinha ouvido ele falar sobre esse fato, que eu acho que é muito traumático, de ver o pai sendo morto. Isso é muito forte. Da Denise. E eu tenho muito a agradecer a eles. Eu sempre passo um pouco, às vezes eu tenho a sensação que eu sou muito flexível. Eu acho que as pessoas não me veem como uma pessoa muito definida. Mas fica muito difícil para mim dizer que a minha tragédia não me trouxe benfeitorias. Porque a existência que eu tenho com a Damaris, tudo o que eu aprendi dela, a mulher que eu sou hoje, é por causa dela. Assim, a Soledad tem a sua força. É uma mulher incrível, que cada vez que eu conheço mais, gostaria muito de tê-la conhecido, com certeza. Eu acho que ela tem aspectos muito contemporâneos que foram calados. Ela era uma mulher muito livre. Eu acho que envolve, estudar a Soledad é falar da mulher, do Feminismo, é falar da importância da educação. É falar de um monte de coisas. Então, é uma mulher incrível. Minha mãe também. Mas, no dia a dia, na convivência, na educação, na criação, muitos valores foram transmitidos pela Damaris, pela família. E eu tenho muito a agradecer.

Quando a questão da Comissão da Verdade, eu já estive aqui há alguns dias, há poucos dias também. Eu acho importantíssimo isso aqui. É maravilho que esteja acontecendo, que tenha pessoas assistindo, presentes. Que seja, de alguma maneira, replicado. Não existe situação melhor para a gente refletir, inclusive sobre a nossa responsabilidade como testemunhas, como pessoas vivas da experiência. Essa coisa que, é incrível, passam os anos, e quando você desperta, de repente você contra alguém que fez parte daquele momento junto com você e que você não reconheceria na rua. Se não fosse esses momentos, esses encontros, da gente estar se recuperando, se aproximando, dando as mãos. E é engraçado que esse círculo cresce muito. Cada vez mais. Porque na hora que você inclui os netos, na hora que você inclui os jovens que estão aí hoje e que estão próximos a essa história por nossa via, nossos filhos, esse círculo cresce muito. Isso é muito importante. É muito importante que a gente continue valorizando. O grande personagem está na mesa, a Dona Damaris, então eu vou deixar ela falar. Obrigada. Se houver perguntas eu estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Damaris, fala um pouquinho.

**A SRA. DAMARIS OLIVEIRA LUCENA –** Pessoal, eu na verdade sou de origem da família mais pobre desse país. Meus bisavós saíram do Ceará na seca de 1877, que agora estão até jogando culpa na Presidente, que não cuida da seca. Em 1877 já tinha seca no Ceará. Meus bisavós saíram de lá com uma renca de filhos.

Minha família por parte de pais são africanos. Meu bisavô foi vendido aqui no Brasil com toda a família. Só ficou um pequenininho com minha bisavó. Então eu sou de gente, não rebelde, de gente que não se conforma com injustiça. Eu sempre fui crescendo e fui sempre achando que as coisas não eram daquele jeito. Que era injustiça que se fazia. E me casei com um homem também que não gostava de injustiça. No fim paramos em São Paulo. A minha história está aí, todo mundo sabe. E aí se envolvemos com luta armada e se envolvemos com reforma desse país, desse grande Brasil, dessa maravilha que é esse Brasil, cheio de riqueza, cheio de gente boa, cheio de cultura, mas, infelizmente a riqueza desse país é mal dividida, a cultura é mal dividida, tudo é aqui é mal dividido. Mas nós vamos tocando. Quem sabe que amanhã ou depois de amanhã isso será bem divido.

Eu cheguei em São Paulo, me envolvi com os movimentos sindicais, com Chamorro, com Martinelli, com João Lousada, com Matias de Carvalho, que era Vereador, e fui para o Rio de Janeiro, e todo esse itinerário de vida aí no meio de todo mundo que lutava. Eu assisti a Segunda Guerra, eu achava aquilo terrível. Eu lia os jornais para meu pai, eu achava aquilo uma coisa maluca. Quando começou a Segunda Guerra eu tinha 12 anos, quando terminou eu tinha 17, e para mim aquilo foi uma coisa maluca. Quando eu vejo hoje os filmes, meus filhos compram os filmes lá para mim ver, eu fico horrorizada. Ai meu Deus do céu, que coisa medonha. E eu vi aquilo. Acompanhava nos jornais, e as pessoas comentavam, e a gente tinha até muito medo dos alemães bombardear o Brasil. Meu Deus do céu, que coisa medonha.

Então eu sempre fui uma mulher analfabeta, mas lutadora contra a injustiça. E graças a minha disposição de luta, fui presa, fui torturada, mataram meu marido, maltrataram meus filhos, torturaram meu filho, foi uma coisa, as freiras batiam a cabeça que não queria nós, que eram os filhos terroristas. As freias, imagina, as religiosas, as irmãs de caridade, tudo de chapeuzinho branco na cabeça, se benzendo toda hora.

E eu parei em Cuba, graças a Revolução Cubana. Estudei, botei meu pé dentro de uma faculdade, que para mim foi uma das coisas mais maravilhosas que eu já vi, entrar em uma faculdade. Faculdade Cubana. Estudei. Faltou só um aninho para eu me formar. Acho que eu ainda volto lá em Cuba para mim me formar lá. De forma que eu sempre fui uma mulher batalhadora, e procurei educar meus filhos não dizendo para eles para eles serem comunistas, ou ser revolucionário, que eu nem sabia... Você sabe, uma vez eu vi meu pai conversando com uma russa e ela falou para meu pai, senhor Manoel, os vermelhos tomaram o poder lá na Rússia. Os vermelhos? Eu falei, será que eles tinham a pela vermelha? Eu tinha sete anos quando seu a Revolução Russa, foi em 17, eu nasci em 27. Eu tinha sete anos. Será que eles tinham a pela vermelha? Eu quase perguntei para meu pai, eles tinham a pela vermelha? Eu falei, deixa eu ficar quieta. A mulher falou que os vermelhos tinham tomado o poder. Os vermelhos? Eu nem via falar em comunismo. Eu vim escutar essa palavra foi aqui em São Paulo, foi que eu cheguei. Eu falei, gente, o que é comunismo? Ah, companheira, comunismo é as pessoas que querem que as pessoas tenham escola, tenham alimento, tenha hospital. Ah bom, então eu sou comunista porque eu quero que tenha tudo isso para todo mundo. Então por isso eu me envolvi com a luta de beneficiar todo mundo, de todo mundo ter hospital, de todo mundo ter moradia, de todo mundo ter escola.

E foi para nós muito duro. E no Governo do Presidente João Goulart, todo mundo na rua lutando por reforma. Reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional. Nem ninguém falava em comunismo, nem ninguém falava em religião. Se falava na reforma. Nosso entusiasmo era tão grande pela reforma, e ninguém queria criar partido, criar religião. Aí uma boa parte da igreja, com o senhor Lincoln Gordon, representante máximo daquela grande potência norte-americana aqui no Brasil, dono do mundo, dono da maior riqueza, que hoje estão pedindo esmola. Eu vejo as filas (ininteligível) um pires lá para comer sopa. Eu vi, não sei se é mentira, mas eu vi na televisão. E lá em Cuba não tem isso, graças à Revolução Cubana. Nós tínhamos tudo do bom e do melhor.

Então, foi uma coisa assim, deram um golpe brutal, mas brutal. Quando nós demos conta à costa brasileira estava cheia de navio americano. Eu falei, gente, o que é... Os navios americanos. Olha, o Presidente, se não tivesse ido embora ele tinha sido assassinado como assassinaram o Allende lá no Chile. Derrubaram o Governo lá de Honduras. Então é uma coisa assim, que a gente sabe que a luta é dura e difícil. Mas eu imagino que tem muita gente no Brasil, muita gente boa. Graças aos companheiros que fizeram essa luta, a Presidente Dilma, que conseguiu criar a Comissão da Verdade, o companheiro Deputado, que está lutando aqui para nós termos essa bela reunião com tanta gente boa, com tanta gente honesta.

Quero agradecer a meu genro, Celso Imperatrice, que quis casar com minha filha sendo filha do terrorista. Gente, isso para mim e muito difícil. Um homem querer casar com a filha do terrorista, pelo amor de Deus. Mas como ele é de origem italiana e lutador, eu imagino que ele achou que estava certo o casamento dele com a filha do terrorista. Então para um é um grande orgulho minha filha ter casado com ele.

Eu quero agradecer essa grande reunião de todo mundo, companheiro Deputado, a Vivian, toda essa gente presente aqui que veio nos prestigiar. Para mim é uma alegria muito grande. Eu fico muito feliz. E quero agradecer a todos os que lutaram para a anistia. Que tem uma pequenininha aqui que lutou tanto pela anistia. Cadê ela? A Fernandinha. Olha ela ali. Lutou pela anistia. Eu quero agradecer a ela e a todos os companheiros, todos os brasileiros que lutaram para a nossa volta ao Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Eu queria pedir para ninguém perguntar diretamente para eles, se eles quiserem conversar entre eles aqui na mesa, fiquem a vontade. Se alguém quiser perguntar, manda um bilhetinho e a gente pergunta. Mas gostaria que ele pudessem... Quer falar? Que bom. Legal.

**A SRA. ANGELA TELMA OLIVEIRA LUCENA –** Boa tarde. Primeiro lugar eu queria agradecer ao Deputado Adriano Diogo a instalação da Comissão da Verdade. Esse momento, que eu acho que é histórico, a gente poder vir a público contar as nossas memórias.

Sempre que a gente fala desse assunto às pessoas tem uma tendência a achar que filho de comunista é amargurado, mal humorado, irritadiço. Somos seres humanos, como todos os outros. Passamos por um processo difícil, sem dúvida nenhuma, mas isso não nos tornou monstros e nem insensíveis. Temos a nossa dor. Claro. Todos nós temos. Até os filhos dos comunistas. Ao contrário do que dizem não é? Porque dizem que comunista não tem sentimento.

É importante, eu vou fazer uma fala um pouco, de momentos, para que vocês entendam um pouco o que aconteceu.

Eu sou Ângela Telma Oliveira Lucena. Eu sou filha do Doutor, que era o apelido do meu pai, porque era um cara de extrema inteligência, então as pessoas o chamavam de Doutor, apesar de ser analfabeto. Minha mãe era operária, Damaris Oliveira Lucena, e a nossa casa sempre foi um ponto de reunião dos companheiros e de muito movimento e tal. Então, eu poderia dizer que nós perdemos a inocência muito cedo. Muito cedo. Mas perder a inocência não significava que nós também não fôssemos crianças e tivéssemos também momentos felizes. A gente tinha só muito clara qual era a atividade dos nossos pais. A gente sabia em que eles estavam envolvidos. A gente não imaginava a magnitude daquilo, e não imaginava os desdobramentos que isso poderia trazer. Mas a mãe sempre dizia, olha, não se afastem muito de casa, brinquem aqui perto, cuidado com o que vocês falam, não desapareçam porque se a polícia chegar à gente tem que sair correndo. Parece maluco dizer isso para uma criança de três anos e meio e de nove, mas quem é filho de nordestino entende. Nordestino fala claramente com os filhos. Isso sempre foi uma coisa, nossos pais eram muito claros, muito objetivos quando conversavam com a gente.

Então, momento em que a gente fica clandestino, vai para lá, vai para cá, aconteceu uma coisa muito curiosa. É uma lembrança muito boa que eu tenho, que na verdade eu tive muitos pais. Eu tive muitos pais. E tem um pai em especial que eu quero destacar aqui, que me tratou com muito carinho, com muito respeito, que era o Eduardo Leite Bacuri. Ele frequentava muito a nossa casa, ele tinha muita paciência, me pegava no colo, trocava minhas fraldas, dava comida. Eu tive a possibilidade de contar isso para há Duda um dia, a Duda falou que ela tinha uma dor muito grande, a Eduarda falou, eu queria que o meu pai tivesse feito isso para mim. Então é interessante porque nós tínhamos uma família que foi se formando nesses movimentos. Isso foi uma coisa muito interessante. Não era uma família biológica, mas foi mais importante e mais significativa do que a nossa própria família, que nós não convivemos. Então tem esse lado muito interessante.

Eu era perdidamente apaixonada pelo Bacuri, porque ele tinha um olho lindo. Aí ele me pegava no colo e eu ficava olhando para aquele homem. Eu acho que eu sempre, era meu sonho casar com um homem de olho claro, acho que por conta do Bacuri. Aí casei com um homem de olho azul. Muito engraçado. Eu olhava para ele, aquele homem tão bonito. Eu falava para minha mãe, mãe, ele é tão bonito não é. Uma coisa engraçada que eu lembro muito.

Então a gente foi tendo várias famílias. Vários irmãos, vários primos, vários tios. Para falar a verdade, muita gente eu vim a descobrir o nome recentemente. Eu não sabia como chamava. É o tio, a tia, não sabia como...

**A SRA. DAMARIS OLIVEIRA LUCENA –** Tudo nome de guerra.

**A SRA. ANGELA TELMA OLIVEIRA LUCENA –** É. Fulano. Eu ficava, mas seu nome é esse? Eu conheci por um outro nome. Era uma coisa muito curiosa.

**A SRA. –** Damaris, Dona Dulce, não é?

**A SRA. ANGELA TELMA OLIVEIRA LUCENA –** Dona Dulce, Dona Rosa. Eu não. Eu não trocava o nome. Eu era uma fedelha. Não precisava. Então foi interessante essa convivência com as pessoas, com os companheiros. Isso foi muito forte, muito marcante, porque eles faziam o papel dos pais que não estavam ali, então era curioso, ficar nos aparelhos, tal, dormia aqui e acordava ali. Um penteava o cabelo e o outro escovava os dentes. Você dormia com um companheiro de noite e quando você acordava já era outro. Você falava, quem é essa pessoa? Enfim, era uma coisa muito curiosa.

Tem algo que eu gostaria de destacar. As pessoas sempre colocam em dúvida se eu realmente consigo lembrar da morte do meu pai. Foi um fato para mim muito marcante. Eu tinha três anos e meio e as pessoas questionam e dizem, alguém com três anos e meio não pode lembrar disso. Então eu quero dizer o seguinte hoje. Eu gostaria muito, muito, de poder apagar esse momento do assassinato do meu pai da minha vida. Mas eu não posso, eu não quero e eu não consigo. E eu não vou. Porque a única memória que eu tenho do meu pai é exatamente o momento da morte. Foi muito violento para mim. Foi muito violento. Foi muito triste. Eu tive, daquele momento em diante, fortes crises de enxaqueca. Eu sonhava todas as noites com uma coisa que eu não sabia exatamente o que era. Eu não conseguia ver filme de guerra. Mas eu não deixava que minha mãe percebesse. Eu não queria que minha mãe percebesse que a gente estava sofrendo. Porque sofrer também fazia parte da nossa história. Então assim, foi difícil? Foi. Foi duro? Foi. Mas eu não quero apagar. Eu lembro perfeitamente. Eu lembro como ele estava vestido. Eu lembro exatamente naquele dia como tudo se desenrolou. Eu estava no colo da minha mãe, e durante muitos anos eu ficava, quando eu fui crescendo, pensando se eu tinha sonhado aquilo ou se aquilo era realmente um fato que tinha ocorrido. Porque eu vivia um conflito entre apagar, riscar aquilo do minha vida, mas, ao mesmo tempo, eu sabia que se eu riscasse eu estava riscando a história da minha família. E eu não queria isso. A minha mãe sempre teve, quando nós saímos aqui do Brasil, tudo, a minha mãe teve um oferecimento do Governo Cubano para que nós fôssemos ao psicólogo. E minha mãe disse, não, meus filhos não precisam do psicólogo. Eles próprios vão administrar e eu vou ajudar os meus filhos a administrar. Porque eu nunca menti para os meus filhos. Eu sempre disse para os meus filhos qual era a nossa atividade. Isso não é uma crítica a quem vai ao psicólogo. De jeito nenhum. Mas eu consegui administrar da minha maneira. Acho que meus irmãos também devem ter administrado da maneira deles. Então foi um fato que para mim mudou completamente a minha vida. A partir daquele momento eu sabia exatamente de quem eu era filha, como meu pai tinha morrido. Eu vi minha mãe muito torturada. Minha mãe começou a apanhar no momento em que meu pai foi morto, ali na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Eu lembro exatamente como aconteceu. Então, a nossa história e a nossa inocência, a minha, particularmente, aconteceu ali, naquele momento. Mas isso não me transformou em uma pessoa amargurada, nem frustrada, nem triste. Talvez uma pessoa mais introspectiva, talvez uma pessoa com excesso de responsabilidade, talvez uma pessoa que às vezes raciocina muito porque sabe qual é o peso de levar o sobrenome Lucena. Não é fácil ser filha da Damaris e do Doutor. Não é fácil. Você tem uma história de dois heróis da nação brasileira. De você saber que para você estar viva aqui hoje, contando a sua história, muita gente morreu para que você tivesse aqui hoje. Quantas pessoas tiveram que dar a vida para que a gente tivesse essa democracia? Então, é um conflito que a gente vive, mas é um conflito que eu acho que tem um lado muito positivo.

Quando nós fomos presos ali, fomos levados para o juizado de menores, as pessoas falavam, poxa, mas ela é muito pequena, ela não lembra. É lógico que eu lembro. As nossas camas eram molhadas. A gente dormia na cama molhada. Os filhos dos terroristas. Então você ficava ali, você via que todas as crianças te olhavam de uma forma estranha e você se sentia estranho também. Você dizia, puxa vida, eu estou vivendo isso aqui. Isso aqui não vai acabar nunca. Claro, você não tinha a noção de tempo, mas você sabia que tudo aquilo, eu tinha muito claro, que isso tudo tinha muito a ver com a atividade dos meus pais. Então foi um processo que eu comecei a trabalhar na minha cabeça, e que eu não queria causar para minha mãe mais dor e sofrimento do que ela tinha tido. Então não conversava sobre esse assunto com ela. Eu achava que eu não tinha que conversar. Ela já tinha sua parcela de dor, de culpa, de responsabilidade. Por várias vezes ela disse para a gente que ela se sentia mal de ter colocado os filhos na luta. E um dia eu disse para ela, não se sinta mal. Nós somos produtos do meio e da luta que vocês tiveram e nós temos orgulho do que nós somos. Nós estamos com vocês. Nós temos orgulho do nome de vocês. Nós queremos levar a luta de vocês adiante. Vocês foram capazes de pegar em armas para defender os ideais de vocês. Vocês acreditaram naquilo. Isso para nós é a coisa mais importante. É o maior legado que alguém pode transmitir para os filhos. Quando ela diz que ela nunca disse para a gente, ah, vocês precisam ser comunistas, ou revolucionários, ou de esquerda, é verdade. Ela nunca disse. O comportamento que ela tinha, a maneira como ela agia mostrava para a gente o que ela era, como ela acreditava. Ela sempre, a vida inteira ela foi coerente com o que ela defendia. A minha mãe sempre foi uma pessoa que lutou, compartilhou, dividiu tudo o que ela tinha com as outras pessoas. E ela não poderia ter caído em um lugar melhor.

O meu pai, quando era vivo, triunfou a Revolução Cubana, ele dizia para minha mãe, o meu sonho é que os meus filhos estudem em Cuba. Mal sabia ele que ele ia ter que dar a vida para que aquilo fosse possível. Então, para nós, é muito significativo. Dizem que os desejos às vezes se transformam em realidade. Eu acho que no fundo eles dois sabiam que, de certa maneira, o que eles estavam dando para a gente, era uma nova possibilidade de vida. Nós perdemos, de fato, a nossa inocência, perdemos o nosso pai. Fomos parar em Cuba. Eu cheguei com três anos e meio, fui para creche. Aprendi a falar espanhol, eu acho que hoje falo melhor espanhol do que português porque fui alfabetizada em espanhol. Então a gente viu que aquele sonho de liberdade, de uma sociedade mais justa, era possível. Tudo o que o meu pai falava e comentava, existe um país que se chama Cuba, que fez uma revolução, e aquilo era possível. E a gente via aquilo acontecendo. Então foi muito representativo.

A solidariedade do povo cubano, a importância que eles davam para o estudo, a importância que eles davam para que a gente mantivesse a nossa cultura, a nossa identidade. Nós nunca fomos tratados como coitadinhos, porque não somos. Somos pessoas que pagamos um preço pela escolha, pela ideologia dos nossos pais. Isso, deforma alguma é negativo. Ao contrário, eu vejo de uma maneira muito positiva. É evidente que, cada ser humano tem uma apreciação a respeito das coisas. Mas eu lutei muito, eu tive um conflito interno, e tentava, nós entre os irmãos não falávamos disso. Eu acho que é a primeira vez que cada um de nós conta a sua experiência para o outro. No entanto, o que é importante para nós, primeiro, é a oportunidade de que a gente possa falar para as pessoas o que é que nós vivenciamos para que isso nunca mais aconteça. Para que não se repita. Para que as pessoas saibam, que a única maneira da gente realmente modificar uma sociedade, transformar, é pela educação. A gente precisa ter consciência. E isso foi uma coisa que a Revolução Cubana permitiu que a gente tivesse. Consciência política. Nós temos muito claro o que nós queremos para o nosso país.

Agora, é evidente que, em alguns aspectos, claro que a gente tem alguns momentos de angústia, de dor. Todo mundo passa por isso. Isso é do ser humano. Mas eu queria deixar muito presente aqui uma mensagem que eu acho que resume um pouco, eu acho que fala no meu nome, dos meus irmãos também. Quem deu um golpe, rasgou a Constituição depois de um Presidente democraticamente eleito não fomos nós. Nós apenas nos defendemos. O que nós queríamos, em nenhum momento nós provocamos uma situação que justificasse a violência da qual nós fomos vítimas. A violência de Estado. Agora, quando a gente fala de vítima, infelizmente é uma coisa que se repete. Quando a gente vitimiza o ser humano é quando a gente não deixa que ele se expresse.

O Brasil fala que é uma democracia, no entanto, continuam pessoas sendo torturadas, os desaparecidos continuam desaparecidos, os arquivos continuam fechados Nós não sabemos onde nossos familiares foram parar. Nós queremos, exigimos uma resposta para isso. Nós queremos enterrar os nossos mortos. É um direito que nós temos, como seres humanos. Falo aqui eu acho que em nome de todas as famílias que não tiveram a possibilidade de enterrar os seus mortos. Inclusive meu pai, que é desaparecido. Eu não quero mais que meu pai seja uma estatística como tatos outros pais que estão por aí. Nós queremos a abertura dos arquivos. Nós queremos saber de que forma, em que circunstâncias os nossos pais foram assassinados. Nós temos esse direito. Qualquer nação séria vê dessa maneira. Então, quando nós dizemos aqui, viemos a público, todos os filhos falar, o que nós queremos é uma coisa muito simples. Nos queremos saber aonde foram parar os nossos pais. É um direito que nós temos como seres humanos. Em qualquer cultura as pessoas tem o direito não somente de chorar pelos seus entes queridos, mas também a possibilidade de saber como aconteceu.

Nós temos muitos desaparecidos nesse país. Nós não queremos que eles continuem desaparecidos. Então, por favor, eu faço um apelo aqui público, quem souber qualquer informação, quem souber qualquer dado que possa ajudar os familiares a descobrirem as circunstâncias da morte dos seus entes queridos à gente pede, que mesmo de forma anônima, a pessoa mande esses dados para a gente. Nós queremos. Nós precisamos. Enquanto nós não soubermos como tudo aconteceu, enquanto os arquivos não forem abertos, enquanto a gente viver com essa dúvida, nós não podemos ter tranquilidade. É um fantasma que nos atormenta. É um fantasma.

Então, a partir de hoje, o que eu peço é muito pouco. Eu acho que falo em nome de todos os filhos. Nós queremos saber onde estão os nossos pais. É um direito. É um direito. Um país que se diz religioso, eu acho que em qualquer cultura as pessoas têm esse direito. E nós queremos, exigimos, queremos que as pessoas nos ajudem a passar a limpo esse período da história, para que nunca mais aconteça. Muito obrigada.

**A SRA. DENISE OLIVEIRA LUCENA –** Eu só queria dizer que eu sou gêmea com o Quito, porque a minha mãe engravidou de mim e um mês depois engravidou dele. Nós nascemos no mesmo dia, na mesma hora, mas ele e mais novo que eu um mês. Então não somos gêmeos de placentas diferentes.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Tem o tempo que vocês quiserem. Só fala o nome. Só isso.

**A SRA. ÑASAINDY BARRETT DE ARAÚJO**  **–** A gente se perde na emoção estando aqui. É incrível. É uma coisa que você meio que elabora e quando você vai ver. E também porque são muitas informações. Eu queria pegar só um pedacinho do que seria, vamos dizer assim, o tema, da questão da ‘Infância Roubada’ e trazer alguns aspectos, algumas informações que talvez muitas pessoas aqui tenham vivenciado da mesma maneira, mas outras não. Quando a gente pensa na infância e quando a gente pensa na ausência, justamente pegar um pouco por aí, independente da afetividade, do acolhimento que tenha acontecido em Cuba, muito bem explorado aqui. A própria reunião dos exilados, dos brasileiros que existiam lá, tinham muitas crianças, tal. Tinha a questão do exílio, que eu acho que é muito forte. Isso é uma coisa que marca muito. Estar fora da sua pátria, longe dos seus familiares. No caso da Damaris ela tinha ainda um filho que estava preso, que é o Ariston. Esse que mandou a carta. E ele era presença constante, a segurança dele estava sempre em risco. Sempre tinha essa preocupação. Era uma coisa que permeava tudo em nós. Essa preocupação com relação ao Ariston, a como ele estaria vivendo, o que ele estaria vivendo dentro da prisão. Já se sabia de tantas barbaridades. Acredito que, eu sou mãe, quem e mãe aqui, pai, sabe. A conexão que a gente tem com o filho é uma coisa que, isso que ela falou, a dor dela ao ver os filhos se afastandoou sendo maltratados. São coisas tão fortes que só mesmo quem é mãe, pai mesmo pode realmente compreender. Então a gente sentia, eu sentia isso. Essa coisa dela com o filho, essa conexão, de como ele estaria. Isso é uma coisa que permeou a minha infância. Ou seja, a ausência dos meus pais biológicos, legítimos, vamos dizer assim, ficou muito presente quando eu tomei consciência disso. Passando pelos conflitos, todo um processo de questionar as escolhas deles, a experiência histórica. Chega uma hora que, internamente, você precisa ficar de um lado. Eu não tive essa consciência que Telma, essa memória que ela tem, de tão jovem contando como foi, é uma pessoa que tem uma dimensão, um nível de consciência e de memória muito aflorado. Eu não. Eu fui diferente. Cada pessoa é de um jeito. Eu, conscientemente, não tenho nenhuma lembrança. Nem de estar com meu pai e nem com a minha mãe. Mas, nos meus processos terapêuticos, vamos dizer assim, tive oportunidade sim de me encontrar com o que seria o momento de despedida da minha mãe. E, pelo que parece, não sei se é memória ou inventado, porque chega uma hora que você não consegue mais saber identificar muito bem, nesse momento eu escolhi morrer. No momento em que, ou eu perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer. E isso eu fiquei sabendo depois. E durante toda a minha vida, e talvez ainda até hoje seja ainda o que eu ainda quero. Então é muito difícil para a gente lidar. Você pode falar assim, não, eu me fortaleço. Mas a gente tem, traz, carrega essa questão.

E depois, a forma como ela foi assassinada, todo esse cenário, isso tudo também, de alguma forma, faz a gente tocar nessa questão da violência. É muito forte. E a gente conviver com isso, a gente tem que conviver com isso. Todo mundo quer conviver com flores. A gente tem que conviver... Agora eu relacionei flores a cemitério, relacionei o fato de não enterrar. Ou seja, as nossas flores a gente ainda não consegue fincar, de alguma forma ou de outra.

Têm muitas coisas, muitas, muitas, muitas. Inclusive considero, e gostaria de ter estado aqui naquele momento que estão falando do, considero uma ação importantíssima, não atrasada, a questão das clinicas, desse tratamento, desse olhar psicológico que foi muito necessário por um período e que não teve. E que talvez hoje, de uma forma ou de outra, venha a complementar em algumas questões. Não sei se está todo mundo ciente desse oferecimento por parte do Ministério da Justiça, das clinicas terapêuticas para os familiares dos desaparecidos estarem fazendo algum tipo de tratamento psicológico. Eu acho que isso foi muito importante, seria muito importante se fosse aplicado, nem que lentamente. Apesar de que, nós que já vivenciamos todo esse processo de forma um pouco solitária, custa pensar em tocar de novo todos esses pontos.

Bom, infância roubada. Eu tenho certeza que, eu costumo dizer que eu não tive infância. Eu sempre fui uma pessoa isolada. Brinquei um pouco, mas não o quanto poderia, vamos dizer assim. Sempre me vi, na fase da adolescência, como uma pessoa ET. ET é nomenclatura que você achou. Totalmente distanciada, muito solitária. Muito, muito, muito mesmo. Ou seja, a gente não tinha como compartilhar essas informações. Era um mundo totalmente a parte. Então, realmente, os filhos eu acredito que vivenciaram uma dificuldade de adaptação, de identidade, de autoconhecimento. A gente está todo mundo meio atrasado na vida. De alguma forma ou de outra você se atrasou. Eu pelo menos me considero muito atrasada. Eu me formei fazem dois anos. E, ao mesmo tempo a gente vê que a maioria das pessoas está de alguma forma engajada, comprometida com a sociedade, com aquilo que os seus pais, com esse sacrifício, com a oferta da vida dos seus pais. E a gente, com certeza, faz questão de dar continuidade a essa luta. Isso é uma coisa, é um comprometimento, mais do que, é uma coisa que está dentro da gente. Pelo menos dentro de mim. Mas eu acredito que a maioria de nós, sentimos do mesmo jeito. O meu caminho, a escolha principal é a educação, com certeza. Educação é, a princípio, um grande caminho. Mesmo assim pode ser bem desvirtuado. Mas, é muito importante que nós não deixemos de atuar, que a gente sempre se coloque, se posicione, diante de todas as situações. Que mantenha esse caráter ético constante de fazer a sua ação a sua palavra, a sua palavra a sua ação.

É isso. Eu queria falar um pouquinho dessa questão da infância mesmo, que eu acho que é o tema e que acabou pulando um pouco.

**A SRA. –** (ininteligível).

**A SRA. ÑASAINDY BARRETT DE ARAÚJO**  **–** Quando eu cheguei no Brasil eu tinha 11 anos. E vivi 16 anos no Brasil com uma dificuldade enorme de documentação, porque quando nós chegamos ainda era a ditadura e tinha toda uma dificuldade de acessar os órgãos responsáveis pela questão de RG, documento. Então eu fiquei 16 anos clandestina no Brasil depois da data que a gente chegou. Eu só fui adquirir minha identidade com meu nome legítimo só em 1996.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Amanhã é dia das mães aqui no Brasil. Amanhã não, depois de amanhã. E a Amelinha e o pessoal da Comissão organizou com muito carinho, Amélia Teles e toda a assessoria, a Thais, a Tatiana, a Vivian, o Renan, o Kobayashi, fizeram todo esse seminário, a Criméia também aqui todo dia conosco, Fernanda, todo esse povo, e eu queria que a Amelinha fizesse uma fala de fechamento dessa semana e agradecer essa maravilhosa família Lucena. Esse exemplo de conduta e de gente.

**A SRA. CRISTIANA PRADEL –** Eu queria dar parabéns para todos vocês da Comissão, os assessores e tudo, porque assim, não é fácil falar da infância, porque quando a gente fala da infância a gente lembra da nossa infância, e na infância somos muito vulneráveis, muito difícil ser... Esse negócio que infância é feliz não é verdade. A infância é um período muito difícil na nossa vida.

Então eu quero dar parabéns para a Comissão, para os assessores, por vocês terem coragem de mexer nesse assunto por uma semana. Eu fiquei aqui o máximo de tempo que eu pude e imagino o que é o trabalho de vocês no dia a dia. Então é isso que eu queria dizer. Achei muito importante, muito corajoso, e está todo mundo de parabéns. É isso.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES –** Boa tarde. Eu fico assim, primeiro estou muito honrada, porque essa família Lucena é uma família que é minha também. Eu me sinto da família. Eu fiquei muito tempo, eu e meus filhos, visitando o Ariston e o Ariston falando da família que eu não conhecia, porque eles estavam em Cuba, o Ariston lá no Barro Branco, fazendo aquelas brincadeirinhas que vocês conhecem, e ele gosta. E o Edson, a Janaína, o Joca, adoravam ficar com o Ariston. Então eu ficava imaginando quem era a Damaris, quem era essa família tão linda. A Ñasaindy é família. Ñasaindy, você tem que por Barrett de Araújo Lucena. Tem que por Lucena. Não tem jeito. Não dá para você ficar só com o Barrett de Araújo. E a Marta Neri eu acho lindo tudo que ela, desde que eu a conheço eu vejo muito lindo tudo como ela trabalha com essa história. Então é uma mesa muito bonita.

Mas eu queria dizer assim, que nós aqui da Comissão da Verdade, a Tatiana, Thais, a Vivian, o Renan e o Koba, o Ivan Seixas, nós organizamos e nos mobilizamos para essa semana com muito carinho. Porque nós temos uma história, essa Comissão da Verdade, essa assessoria, além de ser muito família, é muito família tingida pela ditadura. Então ela é muito, é como organizar nossa própria história um pouco, pensando em organizar a nossa história. Como é que a nossa história vai ser, entrar nesse relatório da Comissão da Verdade. Então a gente, não foi um trabalho que, o nosso trabalho é com muita paixão. Não tem como a gente separar. Eu sou aqui e aqui é a assessoria. Eu sou aqui uma pessoa, eu sempre fui da Comissão de Familiares, e aqui também.

E aí nós fizemos, o nosso trabalho aqui na Comissão, a prioridade foram os mortos e desaparecidos políticos. Aliás, foi e é os mortos e os desaparecidos políticos. E nós temos 155 casos para a gente investigar e levantar esses casos. O que nós estamos fazendo durante todo esse momento de construção, não só da Comissão, mas buscando uma construção coletiva da verdade, são audiências públicas, porque nós entendemos que todo mundo que puder vai construindo junto com a gente. E desses 155 casos nós já conseguimos ter audiências, oitivas de um terço desses casos e, de vez em quando, a gente sempre organizou de ter alguns temas. No mês de março a gente deu um destaque para as mulheres, em algum momento nós demos destaque para os sítios da repressão e que deviam estar na história, na memória. Nós demos um destaque para OBAN, que eu acho que nós temos que recuperar aquele espaço como um espaço de memória e de luta e de resistência. E nós temos que ter as nossas crianças também.

Então, as nossas crianças, em um primeiro momento nós conseguimos levantar uns 58 nomes. Vamos ficar com 58 nomes, mas a gente sabe que tinha muito mais. Mas foram os nomes que nos levantamos aqui. Uma pessoa que trabalhou muito com a gente aqui foi a Dodora, na preparação. Nós não podemos deixar de citar a Dodora. Ela ficou aqui com a gente. Deu muito suporte. E aí, quando a gente entrou em contato com essas 58 crianças, nem todas podiam, tinham disponibilidade de comparecer aqui para dar o seu depoimento. Algumas escreveram, como o Ariston, escreveu o seu depoimento. Hoje também teve a leitura de um outro depoimento escrito, que foi o da Rita de Cássia Resende, que é de Goiânia. E 38 crianças se dispuseram a falar. Eu não sei se nós chegamos há 38 essa semana. Não chegamos a 38. Mas 38 viriam aqui. Se comprometeram a vir, de alguma forma, e depois não conseguiram vir.

E a gente sabe que o nome ‘Verdade e Infância Roubada’, a nossa infância foi roubada sim. Foi roubada pela ditadura. Foi roubada em um assalto. Foi roubada mesmo. É uma ação violenta dos militares querendo romper, querendo destruir a infância dessas crianças nossas. E todas as que nós ouvimos aqui a gente, umas até, umas são mais leves, outras são mais pesados os depoimentos, mas todas têm, a gente sente essa, ou fala dessa ausência, ou fala dessa violência. Então é muito forte.

E eu acho que duas pessoas aqui hoje, que estão aqui com a gente, que eu acho que são o exemplo, ou, digamos assim, são os casos que mostram a tamanha violência com que nós vivemos na ditadura militar. É a Naia, que eu chamo de Naia, porque esse Ñasain é muito difícil.

Então, é a Naia, que os pais são assassinados, e a Iara Lobo que os pais são assassinados também. Ela não tem o pai nem a mãe porque foram assassinados pela ditadura. É o mesmo caso. E essa eu vi, eu estou ali juntinho da Iara enquanto a Naia fala, e eu vejo como que as experiências são, talvez não se conheçam, mas como é tão comum, como é tão igual assim, tem sentimentos, tem sensações, têm vazios aí que são muito iguais. Eu queria lembrar que uma das, eu queria que estivesse aqui, dessas 58 crianças, ou talvez até mais, essas acho que nem entraram na conta dos 58, os filhos do Danieli e o filho do Luiz Guilhardini, até porque foram da mesma organização que eu militei, e como militante clandestina nós também fazíamos o trabalho de babá. Eu fui babá dos filhos do Devanir, ontem estava aqui o Ernesto, mas eu fui babá do Carlinhos, não foi do Ernesto, do Geninho que é o filho do Guilhardini e um pouquinho dos filhos do Danieli. E hoje eu tenho uma notícia muito triste, porque um deles morreu hoje. O do meio, o Valdenir Danieli morreu. Ele vinha em um processo de depressão, tem 47 anos, vinha em um processo de depressão por muito tempo e hoje justamente hoje. E eu gostaria, era uma pessoa que eu gostaria que estivesse aqui falando da sua história. Enfim, toda essa oportunidade que nós estamos tendo, é uma oportunidade tardia sim. Eu costumo falar o seguinte, nós somos a última geração que temos o testemunho ocular dessa história. Daqui para frente, essa história vai ser contada por quem ouviu ou leu alguma coisa, mas não por quem viveu essa história.

A Comissão da Verdade veio muito tarde no Brasil. O último país da América Latina, e a gente vai ressentindo isso. Quer dizer, muitas dores aqui colocadas nessa semana, talvez a gente busque, tem que ser registrado na história, tem que ser cobrado, tem que, nós temos que nos imbuir de um ideal político. Eu vejo, por exemplo, as crianças que foram para Cuba. Eu acho que vocês foram as mais felizes dessa história. Eu fico pensando, porque vocês tiveram a reparação afetiva, política, social, no momento que vocês foram violentados, mas quem ficou aqui não teve isso não, entendeu. Então é gente que tem uma ferida aberta que sangra todo o tempo. Eu vejo, a gente vê pelos depoimentos. Então eu não sei, você sabe o número de crianças que falaram aqui? Vocês lembram? Então, eu acho que durante essa semana, vamos dizer que foram umas 30 crianças, que enriqueceram muito assim todo o trabalho. Acho que o compromisso, eu acho que o depoimento de cada uma aqui, cada uma criança, cada uma mãe, viu Damaris, porque a mãe também fala, porque mãe, quando atinge criança, a primeira a ser atingida é a mãe. Então as mães também falaram, algumas falaram aqui. Esse depoimento da Telma, que nós queremos sepultar nossos parentes. Isso foi muito forte aqui em vários depoimentos. Quer dizer, essa bandeira dos familiares, onde estão os desaparecidos, queremos sepultar nossos parentes, queremos dar uma sepultura digna, aquela, tem uma outra consigna que fala, não se constrói a democracia com cadáveres insepultos. Isso tudo apareceu aqui. Eu acho que é esse o grande recado da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, para a Comissão Nacional da Verdade, para esse relatório, que vai ser, de alguma forma, até o ano que vem tem que sair esse relatório com todas, esses sentimentos, essas propostas, essas necessidades que se apresentam. Porque vocês vêm aqui, trazem isso, e a gente vê que tem uma repercussão. Como alguém falou aqui, isso reverbera junto à sociedade, a gente. O que eu acho importante do funcionamento dessa Comissão da Verdade, é que você vê que não está isolado. Não somos mais um grupinho como nós éramos. Não somos. Nós deixamos de ser.

E, por último, eu queria dizer o seguinte. Que hoje a Comissão Nacional da Verdade convocou o Ustra, o Carlos Alberto Brilhante Ustra, Comandante do DOI-CODI do Segundo Exército, responsável por torturas, estupros, assassinatos de pelo menos 60 militantes políticos da época, nos anos 70, e ele, ele até usou de um recurso jurídico, um habeas corpus, estou ali com o advogado, um HC, um habeas corpus, que ele não queria falar, aliás, ele disse que não vai falar, e esses 60 militantes que ele matou, e outros tantos que ele torturou, porque dizem que passou mais de dois mil e tantos, tem gente que fala em 10 mil, não sabemos quantas pessoas passaram ali no DOI-CODI do Segundo Exército. Essas pessoas foram torturadas, foram mortas para não falar, porque elas não queriam falar e ele queria obrigar a elas a falar. E agora ele pede um, na época que ele comandou o DOI-CODI, o habeas corpus estava suspenso, as garantias constitucionais estavam suspensas, agora ele usa dessa democracia que nós lutamos para ter, ele está podendo usufruir de uma garantia constitucional, felizmente, que nós conquistamos, é bom que a gente diga. Mas ele não podia, eu acho que tem que sair no mínimo uma nota aqui da Comissão da Verdade, nessa semana de audiência das crianças, de repúdio à atitude dele em chamar até, chamar todos os, ele não se refere a nós da esquerda como pessoas, militantes que usaram o direito de resistir, inclusive com armas na mão. Ele não se refere assim. Ele nos chama de terrorista. Somos todos terroristas. E ele tem por obrigação sim, nós estamos em uma democracia, ele tem por obrigação, a Comissão Nacional da Verdade é um órgão do Estado, não é uma ONG não é um movimento, é um órgão do Estado. Portanto, ele tem a obrigação de respeitar esse Estado e esclarecer os crimes de lesa humanidade que ele cometeu. Isso eu acho que a gente tem que repudiar. Essa falta de respeito que ele teve para com a Comissão da Verdade, de respeito que ele teve para com todos nós, entendeu. Acho que nós temos, acho que a Comissão da Verdade, hoje a minha recomendação, eu acho que o que vocês trazem aqui é a força. Vocês são frutos dessa luta. Vocês se sentem comprometidos a manter essa luta. Eu vi pela Telma, eu vi pela Ña, por todos, pelo Quito, pela Marta. Então eu acho que nós, pela própria Iara Lobo, então eu acho que temos que repudiar essa manifestação desrespeitosa com a qual o Ustra utilizou lá na Comissão, entendeu, não esclarecendo os crimes de lesa humanidade. Ele não pode se negar a esclarecer os crimes que ele cometeu. Eu acho que nós temos que manifestar sim, porque hoje seria um dia histórico e não deixa de ser, porque pela primeira vez o Estado brasileiro tem ações contra o Ustra. Eu mesmo sou da família Teles, que tem. Tem a família Merlino que tem a sua ação contra o Ustra. E é o Estado convocando o Ustra para responder pelos crimes que ele cometeu contra a família Merlino, contra a família Teles. Mas ele não pode, hoje a Comissão Nacional da Verdade colocou um torturador para, convocou esse torturador para esclarecer os crimes. Então seria um dia importantíssimo se ele tivesse esclarecido os crimes. E assim, eu não sei exatamente o que aconteceu lá, mas eu vejo que a imprensa toda hora está ligando para mim porque eles querem, isso está repercutindo, essa presença dele. Então eu acho que a gente tem que repudiar mais uma vez o fato dele não, de ele ter sido, ele dizia que a gente era antipatriótica. Eu fui torturada pelo Ustra. Eu fui torturada pelo Ustra, o Adriano foi torturado pelo Ustra, aqui a Criméia foi torturada pelo Ustra. Aqui tem pelo menos três pessoas nessa sala que foram torturadas pelo Ustra. E ele dizia que nós éramos antipatrióticos, porque nós defendíamos o socialismo. Defender o socialismo, defender a democracia é ser antipatriótico? E ele foi antipatriótico hoje porque ele sentou em cima da mentira. Não esclareceu os fatos que ele tem por obrigação esclarecer. Os crimes de lesa-humanidade.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Eu só vou esperar a Damaris voltar para fazer o encerramento, porque eu queria ler um poema na frente dela e da família. Deu uma esvaziada geral, mas, vamos lá. Vamos recompor.

Eu só queria dizer que o Ivan Seixas não está aqui agora no fim da reunião porque ele está lá na Prefeitura, reunido com o pessoal do Ministério, para tratar das ossadas de Perus. Ele foi representar a Comissão lá. Está tendo um problema enorme aí com a recuperação das ossadas e o Ivan está lá.

Só vou esperar recompor a mesa. Damaris, eu podia encerrar essa semana, de alguma forma eu acho que a Amelinha já deu, mas eu queria, antes de terminar, ler um poema, um poema de um baiano chamado Torquato Neto, que ele fez esse poema, vocês estavam no Brasil ainda quando ele fez? Que a Maria Bethânia gravou junto com o Carcará. Vocês lembram disso? A situação da Bahia estava uma barra pesadíssima, ele fez esse poema, ele morreu em seguida. Estava todo mundo preso lá na Bahia. Acho que ele fez isso aqui em julho de 69, se eu não me engano. Acho que o Marighella ainda não tinha morrido. Ou ele fez quando da morte do Marighella. Alguma coisa assim. Ele conhecia o Marighella, era muito amigo do Marighella. Ele fez esse poema. Eu vou ler o poema e daí o Danilo vai por um acordezinho no fundo para a gente terminar a reunião. Pode parecer um poema muito agressivo, mas é o sentimento que eu tenho na data de hoje que esse Senhor 49 anos depois do golpe ele foi lá, ofendeu a Presidente Dilma, chamou ela de terrorista, se acovardou, amarelou, mentiu e xingou todos nós. Vamos lá. O poema chama Marginalia.

‘Eu brasileiro, confesso minha culpa, meu pecado. Meu sonho desesperado, meu bem guardado segredo, minha aflição. Eu, brasileiro confesso, minha culpa, meu degredo. Pão seco de cada dia, tropical melancolia, negra solidão. Aqui é o fim do mundo, aqui é o fim do mundo, aqui é o fim do mundo. Minha terra tem palmeiras onde sopra o vento forte. Da fome, do medo e muito, principalmente da morte. A bomba explode lá fora. Agora o que vou temer. Oh,sim, nós temos banana. Até pra dar e vender. Aqui é o fim do mundo. Aqui é o fim do mundo. Aqui é o fim do mundo.

A sessão está encerrada.

\* \* \*